



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 111

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 16 de setembro de 2015

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.*

Na presente sessão foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 55/X – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro, que procede à aprovação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2015”;**

Após o uso da palavra pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Garcia (*PSD*), José Contente (*PS*), José Avila (*PS*) e pelo Sr. Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia (*Fausto de Brito e Abreu*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Usou da palavra para proferir um protesto a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*).

- **Petição n.º 37/X – “Surto do vírus DHV2 na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por José Arruda, na qualidade de 1.º subscritor;

Após a leitura do relatório pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), usaram palavra os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Renato Cordeiro (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*), Duarte Moreira (*PS*).

- **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – “Programa de incentivo ao consumo continente de peixe dos Açores nas cantinas do Sistema Educativo Regional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

No debate do diploma usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Judite Parreira (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), Nuno Meneses (*PS*), José Contente (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Usou da palavra para defesa da honra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

- **Projeto de Resolução n.º 126/X – “Qualidade nutricional das refeições escolares”**, apresentada pela Representação Parlamentar do BE;

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), participaram no debate os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Judite Parreira (*PSD*), Nuno Meneses (*PS*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Para interpelar a Mesa usou da palavra a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

*Os trabalhos terminaram às 20 horas.*

**Presidente:** Muito bom dia a todos.

*Eram 10 horas e 08 minutos.*

Vamos começar pela chamada, como é habitual.

Sr. Secretário, faça o favor.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cecília do Rosário Farias Pavão**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Iasalde Fraga Nunes**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

Maria da **Graça Oliveira Silva**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Nuno Miguel Aguiar de Meneses**

**Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Cláudio Borges Almeida**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

José **Joaquim Ferreira Machado**

**José Maria de Medeiros Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

Maria **Judite Gomes Parreira**

**Paulo Henrique Parece** Baptista

**Renato** Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

**Valdemiro** Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana** Carina Alberto **Espínola**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal** da Conceição **Pires**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Terminámos os nossos trabalhos ontem no debate sobre o ponto 4 da nossa Agenda. Conforme ficou deliberado em Conferência de Líderes é neste ponto que vamos continuar na manhã de hoje.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires que dispõe de um minuto para fazer a sua intervenção.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste tempo que me resta apenas para reafirmar algumas dúvidas que subsistem relativamente à forma como a proposta de alteração ao artigo 30.º está feita.

Dar nota também de que neste artigo, à semelhança de muitos outros normativos, as decisões são remetidas para o poder discricionário do Governo, ao qual importa dar nota, e neste caso nota negativa porque julgamos que as regras de acesso ao investimento devem estar bem definidas e não devem ficar sob o poder discricionário do Governo.

Por outro lado, subsistem dúvidas relativamente à forma como está redigida esta proposta de alteração e também ao *timing* em que foi feita.

Apesar do debate ontem feito aqui, e, digamos, da conversa informal que mantive com o Sr. Secretário, continuam a subsistir algumas dúvidas sobre esta iniciativa do Governo Regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições sobre esta matéria.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto de Brito e Abreu*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu, sobre as dúvidas que levantou, gostava de esclarecer aqui que é entendimento do Governo, em primeiro lugar, que a alteração que hoje vai ser votada nesta câmara não traz nada de novo do ponto de vista de poderes discricionários do Governo ou qualquer tipo de...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Nada!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas vai trazer!

**O Orador:** Absolutamente nada.

A alteração que está a ser feita, se a lerem, não altera o que já foi aprovado nesta Assembleia, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, não resistindo a comentar a crítica que faz, acho que temos sempre que arranjar um compromisso entre a flexibilidade que queremos que os

atos normativos tenham e a sua verdadeira aplicação e a sua máxima transparência.

Portanto, aqui não tendo tido qualquer influência na redação do artigo 30.º, não vejo aqui que haja alguma situação que mostre ou que crie um problema excessivo, de tal maneira que passou, como vos digo, nesta Assembleia esta mesma disposição que diz que quando um projeto tem reconhecida e notória relevância estratégica para a Região, pode beneficiar de um conjunto de benefícios fiscais.

Aliás, acontece em legislação nacional e europeia algo com disposições semelhantes. Não há aqui nenhuma inovação por parte da nossa Assembleia Legislativa Regional neste tipo de redação.

Quanto às dúvidas que diz subsistirem quanto à alínea b) da proposta que agora é apresentada, que é matéria relevante do ponto de vista da substância, queria esclarecê-las:

Se bem entendi a sua dúvida, e não estava a entender ontem durante o debate, a sua dúvida é quando um projeto de biotecnologia marinha ou aquacultura for para além dos 2 milhões, se ficaria isento da disposição que o obriga a ter 10% do investimento dedicado a atividades de investigação científica.

A resposta é, enfaticamente, não! Não fica liberto!

Qualquer valor acima do valor mínimo que são 200 mil euros, num projeto de aquacultura ou de biotecnologia marinha, está sempre sujeito aos 10%, no mínimo, de investimento em investigação científica.

Portanto, na minha perspetiva não subsiste absolutamente dúvida nenhuma sobre o que está aqui a ser proposto e o que vai ser posto à votação e também como dei a possibilidade no debate de ontem, volto a dar outra vez, faça por favor o Sr. Deputado uma proposta alternativa de redação se entende que subsistem algumas dúvidas.

Não o fazendo, entendo que não subsistem dúvidas nenhuma e, portanto, conto com o seu voto favorável a esta proposta de alteração e que o assunto morra aqui mesmo.

Sobre o *timing* lamento, mas julgo que já expliquei o que tinha a explicar sobre este *timing*.

O *timing* está a ser feito no percurso normal do processo legislativo, foi apresentada uma proposta a esta Assembleia pelo Governo.

Há uma vantagem prática, como disse, de haver um evento internacional que poderá trazer mais-valia para a Região no mês de outubro, mas como digo não há pressa nenhuma em relação a este *timing* do ponto de vista do Governo.

Julgo que no essencial isto responde às questões que foram levantadas durante o debate. Não o fazendo, estou disposto a prestar outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Vem, mas vem tarde, Sr. Secretário!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, Sr. Secretário, o que isto vem provar, e que nós já há muito tempo denunciámos, é uma coisa:

É que os Açores tem sido, até agora, a Região que menos investiu em investigação e em desenvolvimento e o senhor vem tentar, com este diploma, colmatar de alguma maneira essa grave lacuna de 20 anos de governação do Partido Socialista.

Nomeadamente no que se refere à aquacultura, que é uma vergonha ser a única região do país onde ainda não tem projetos de aquacultura que tão rentáveis são neste momento, e que podiam servir para criar novos postos de trabalho, que



podiam servir para a desenvolver economia dos Açores, e que os senhores rejeitaram várias propostas para se investir em aquacultura, vem agora aqui Sr. Secretário passar uma esponja pelo passado e dizer que agora é que assim, agora a um ano de fim de mais uma legislatura agora é que vamos conseguir.

Aquacultura zero nos Açores!... Aquacultura zero nos Açores!

Outro tipo de investimento, houve aí umas experiências piloto que não deram em nada. Aliás, se há coisa que os governos socialistas se especializaram foi em experiências piloto. Têm várias experiências piloto na matéria, agora só que ficaram pura e simplesmente por aí.

Vou dizer-lhe:

O que o senhor tem aqui para essa matéria são *peanuts*, Sr. Secretário. Isto não dá para nada, rigorosamente nada!

O senhor com isto não consegue nada!

É a região do país que menos investe em investigação e desenvolvimento.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O senhor não leu bem a proposta de alteração!

**O Orador:** E mesmo no próximo Quadro Comunitário de Apoio foi a região que menos destinou verbas a essa investigação, Sr. Secretário. Aumentou um bocadinho, mas não chega.

Depois vêm os senhores bradar e culpar os mesmos de sempre das vossas insuficiências e sobretudo das vossas negligências e incompetências.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto de Brito e Abreu):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Eu gostava de entender na sua perspetiva o que quer dizer com a região que menos investe em investigação científica no país.

Dá-se o caso de que esta Região tem um Governo Regional que patrocina mais de 75% das bolsas de investigação científica que existem. Só 25% das bolsas de investigação que existem nesta Região são com fundos nacionais.

Pobres das outras regiões do país que têm universidades e não têm governos regionais que façam este tipo de investimento.

Em segundo lugar, dá-se o caso de estar aberto até ao final deste mês um programa de apoio a projetos de investigação científica com o valor de cerca de 3 milhões de euros (2,9 milhões, para ser mais preciso) em que podemos financiar até 150 mil euros por projeto, no prazo de 3 anos, projetos de investigação científica a decorrer na Região ou por investigadores baseados na nossa Região e que, no quadro dos quais, podem contratar recursos humanos, portanto, investigadores doutorados.

Tanto quanto sei é a primeira vez que se faz, sem prejuízo do trabalho feito anteriormente por outros Governos, consegue-se dar o salto de só termos bolseiros na Região para termos contratados.

Parece-me particularmente inoportuna a crítica de que nesta Região é onde menos se investe em ciência.

Tendo dito isto, há outro aspeto que é importante chamar a atenção, que é o seguinte:

Nós estamos a aproveitar o Quadro Comunitário de Apoio até 2020 para gerar previsibilidade ao investimento em investigação científica.

Não é só anunciarmos a abertura de um concurso de 3 milhões agora e não se sabe o que é que vai acontecer a seguir.

Sabe-se que dentro de dois anos temos condições de abrir outro concurso no mesmo montante, que terá um *"overlap"* do ano final dos projetos, garantindo assim continuidade e previsibilidade para os nossos investigadores do Centro de Investigação científica da Universidade dos Açores que terão, pelo menos até 2022, financiamento para os seus projetos.

Portanto, parece-me particularmente inoportuno o momento que escolhe para fazer esta crítica ao Governo Regional e aos antecessores.

Segundo ponto: somos a única Região do país sem projetos de aquacultura. Depois já corrigiu. Disse que não. Que houve uma séria de projetos que decorreram de facto.

Nós somos uma região atípica dentro do país, como reconhecerá.

Estamos a milhares de quilómetros de mercados, não temos rias, não temos águas protegidas. Portanto, comparar o Algarve ou Aveiro com os Açores é uma comparação, no mínimo, intelectualmente desonesta, para não dizer absurda.

Nós temos boas razões para não ter cá a aquacultura que é produzida de forma massificada na Europa continental, porque temos águas com características diferentes, queremos proteger os nossos ecossistemas, portanto não queremos pôr aqui douradas ou linguados ou outras espécies que cá não existam, e temos também algumas vantagens que começam agora a poder ser exploradas com avanços tecnológicos que estão disponibilizados na aquacultura e onde a ciência se democratizou de alguma forma e temos agora boa perspetiva para poder ter desenvolvimento na área.

O que está a ser apresentado agora tem relevância como um cartão de visita da Região, que mostra empenho político e cria condições de atrair investigadores estrangeiros que tendo um projeto de investimento que se enquadra nas vantagens que a Região de facto oferece, e oferece algumas, tem águas muito

limpas, tem profundidades grandes perto da costa que para algum tipo de aquacultura...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Afinal tem! Afinal tem!

**O Orador:** ... avançada, cuja tecnologia começa agora a estar disponível a preços possíveis de pôr à escala comercial, temos vantagens a usar.

Podemos, nesse sentido achar que o Governo se calhar deve substituir-se à iniciativa privada, não sei se é isso que está a sugerir o CDS-PP, e faça investimentos diretos a empresas ou crie uma empresa estatal/regional para promover a aquacultura. Ou deve criar, como está a fazer, um quadro jurídico que atraem benefícios fiscais que estimulem a iniciativa privada. É o que temos feito ao longo dos anos e aqui estamos a fazê-lo mais uma vez.

Se for preciso fazer alguma outra alteração será feita com esse propósito.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Tem cerveja, tem açúcar ...

**O Orador:** Parece-me que apreciar esta alteração como sendo *peanuts*,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É *peanuts*, é!

**Orador:** ...é uma forma um pouco, direi eu, miópica e sem ter a visão perfeitamente aberta para o potencial que pode ter para atrair investimento estrangeiro para a Região e criar condições para os próprios empresários regionais avançarem nesta área.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Secretário Regional julgou que vinha na sua fatiota de Bruxelas e chegava aqui, passava um atestado de ignorância a todos nós e vinha com os desintelectualmente desonestos e adjetivos parecidos.

Sr. Secretário, de aquacultura já se fala antes do senhor cá chegar e se o senhor julgou que vinha de Bruxelas, ou lá do continente, dar-nos cá alguma lição enganou-se redondamente, Sr. Secretário. Está completamente enganado.

Se chegou e se ainda acha que vem passar uma esponja...

**Deputado Berto Messias (PS):** Sempre elegante!

**O Orador:** ... em toda a incompetência, até agora do Governo Regional, enganou-se também, porque o que prova isso são os números, Sr. Secretário.

E vou dizer-lhe mais uma coisa: se vem usar argumentos falsos...

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Que azedume!

**O Orador:** ... e esses sim, intelectual e politicamente desonestos, como o senhor aí utilizou relativamente à aquacultura nos Açores, vá ver os números e veja quanto foi investido. Sobretudo veja quanto foi recusado de propostas da oposição para se investir em aquacultura, porque o senhor chegou tarde e não sabe o que se passou e vem aqui defender os seus antecessores sem saber sequer o que é que está a dizer. Isso é que é grave, Sr. Secretário.

A fatiota e a boa faladura não são suficientes para a competência, Sr. Secretário. Mas vou dizer-lhe mais: quando o senhor quer comparar as nossas águas não compare com o continente, compare com as Canárias.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Não se pode comparar!

**O Orador:** Já agora vamos a números, Sr. Secretário. Diga lá como é que está a aquacultura nas Canárias? Onde é que ficam situadas as Canárias?

**Deputado André Rodrigues (PS):** As condições de mar são iguais?

**O Orador:** Diga lá como é que é que produzida a aquacultura lá, como é que são, em que baías e que diferença faz dos Açores, o arquipélago das Canárias do arquipélago dos Açores?

O que eu lhe digo, Sr. Secretário, é que estamos com 20 anos de atraso, no mínimo, relativamente, por exemplo ao arquipélago das Canárias, se o senhor

não quer comparar com o território continental português. Mas compare com as Canárias e vamos comparar uma realidade com a outra.

Veja há quantos anos se investe em aquacultura nas Canárias e veja há quantos anos não se investe em aquacultura nos Açores.

Eu não corriji nada, Sr. Secretário. Em aquacultura nos Açores o investimento é zero.

Foram uns projetos piloto.

O que é que se está a produzir neste momento relativamente à aquacultura nos Açores? Responda-me a essa pergunta.

O que é se produz nesta altura relativamente à aquacultura, Sr. Secretário?

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E os resultados dos projetos!

**O Orador:** E os resultados, obviamente, disso.

Quanto à iniciativa privada, Sr. Secretário, quando as empresas interessam ao Governo, o Governo sabe muito bem criar PIRs para as apoiar. Quando não interessa o argumento é seu.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

*(Pausa)*

Peço desculpa. A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Para um protesto.

**Presidente:** Um protesto às?

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Pelas expressões que o Sr. Deputado utilizou e que atentaram a honra do Sr. Secretário Regional!

**Presidente:** Tem a palavra, Sra. Secretária.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, com toda a consideração e respeito que tenho por si, acho que o debate político se deve fazer sem partir para o ataque pessoal.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

**A Oradora:** A forma como o Sr. Deputado se dirigiu ao Sr. Secretário Regional não me parece que tenha contribuído nem para clarificar as pessoas que nos acompanham e a quem interessa clarificar o debate, nem sequer para dignificar esse debate.

Sabe, Sr. Deputado, que sou a favor do confronto e do debate de ideias, mas que isso se faça no mais profundo respeito por todos os nossos adversários.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima, para um contraprotesto, tem a palavra, dois minutos.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Para pedir desculpa!

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente.

A consideração e o respeito é mútuo, Sra. Secretária.

Agora vou dizer-lhe uma coisa: a senhora devia ser absolutamente isenta nessa matéria e devia ter atentado primeiro nas expressões de Sua Excelência, o Sr. Secretário Regional, porque Sua Excelência, o Sr. Secretário, é que utilizou os adjetivos de intelectualmente desonesto e de ridículo.

Portanto, o Sr. Secretário é que me adjetivou primeiro e a Sra. Secretária fez ouvidos de mercador. Isso é que é politicamente desonesto da sua parte.

Para a senhora ser correta admoestava o Sr. Secretário para ser politicamente correto e para usar uma linguagem correta.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Vou dizer-lhe:

A fatiota foi para ser simpático, porque o Sr. Secretário é uma pessoa simpática, porque o que me apetecia era dizer bem outra coisa...

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas diga lá o que lhe apetecia!

**O Orador:** ... porque o ridículo e o absolutamente desonesto eu não reconheço competência ao Sr. Secretário para me atribuir esses atributos.

Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

**Deputado Berto Messias (PS):** Igual a si próprio!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho estado aqui à espera que o Governo explique a alteração de estratégia e a alteração enorme, muito significativa em relação aos valores que aqui estamos a debater.

A verdade é esta: há alguma novidade em relação ao conceito, em relação à prioridade política e à prioridade do ponto de vista do desenvolvimento relacionado com a biotecnologia e aquacultura?

Há alguma novidade nessa matéria? Não há nenhuma novidade nessa matéria.

Há muitos anos que todos sabemos isso e como aqui foi dito o Governo Regional e o Partido Socialista são dos últimos a chegar a estas conclusões, tanto é assim que nós temos tentado incrementar os apoios para estas áreas e



tem o sido o Governo Regional do Partido Socialista que tem parado esse investimento estratégico.

Mas aqui significativa alteração que é realizada é no sentido de passarmos de 2 milhões de euros para 200 mil euros. Portanto, isto é uma alteração enorme do ponto de vista conceptual por parte do Governo na área do investimento.

De 2 milhões de euros para 200 mil euros no âmbito do investimento...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que venha a ser realizado, por exemplo, na Terceira e em São Miguel.

O que eu quero, e apesar de tudo o Sr. Secretário não conseguiu fundamentar, é saber a que é que se deve esta alteração? Porque nós já sabemos que estas áreas são estratégias.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para quem é a alteração?

**O Orador:** Agora esta multiplicação por 10? O que é que aconteceu?

Há alguma coisa do ponto de vista prático, do ponto de vista do investimento...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Pergunta para quem é?

**O Orador:** ... da aquacultura, há alguma coisa que tenha sofrido uma revolução e que multiplique de repetente por 10, em relação ao conceito inicial do Governo?

É porque o Governo tem fundamentado estes parâmetros e estes limites de 2 milhões de euros e tem aqui fundamentado para garantir a segurança e a qualidade do setor e com 2 milhões de euros em áreas, que são estratégicas e fundamentais, o Governo tem dito não! Esses quantitativos garantem que os investimentos nestas áreas são seguros e têm qualidade.

De repente sofremos aqui uma alteração de 2 milhões de euros, para 200 mil euros.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para quê e para quem?

**O Orador:** E eu pergunto: então e a segurança e qualidade que justificavam o parâmetro anterior?

Onde é que fica a segurança e a qualidade que justificavam o parâmetro anterior? O que é que aconteceu?

Eu penso que estas respostas não estão a ser dadas por parte do Governo Regional.

É por isso que nós na oposição, que estamos habituados a que alguns investimentos e algumas medidas estratégicas acabem por, assim dizer, fulanizar-se, é por isso que nós estamos aqui a problematizar esta questão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Até que enfim!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Ouçam com atenção!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD já em Comissão assumiu que vai dar o seu apoio a esta alteração ao Orçamento da Região que pretende reduzir o investimento necessário para aceder a benefícios fiscais no âmbito de várias áreas, desde logo a aquacultura e a biotecnologia marinha.

É uma medida positiva, como aqui já foi dito, é uma medida que também não tem nada de extraordinário (também já foi dito), mas é uma medida tardia, sobretudo esta aposta que o Governo agora diz que vai fazer na aquacultura.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não é isso! Tem de ler a proposta!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E é uma medida tardia porque há muito o Governo já devia ter apostado na aquacultura, na biotecnologia marinha, como forma de criar emprego e riqueza, como forma de diversificar as fontes de rendimento do

nosso setor da pesca, muito necessitado por sinal, e é uma forma também de contribuir para diminuir o esforço da pesca, por sinal também muito necessário. Portanto, a aprovação destes benefícios fiscais e a intervenção que o Sr. Secretário Regional aqui ontem fez e que já hoje repetiu na apresentação desta proposta, não pode pretender fazer esquecer o passado desta governação nesta matéria. Não pode, também como já foi dito, querer passar uma esponja nesse passado.

Uma governação com quase 20 anos, que vem agora a esta Assembleia dizer que agora é que vai ser; agora é que vai apostar na aquacultura.

É uma aposta tardia, Sras. e Srs. Deputados, e os verdadeiros motivos que justificam esta aposta não são os que estão na fundamentação desta proposta, porque tudo o que ali está já era assim há 20 anos. Portanto, têm de existir outros motivos para que esta aposta seja feita agora e para que a queiram fazer agora.

É imperdoável que uma região como a nossa, uma região atlântica tenha negligenciado durante tanto tempo esta aposta na eventual criação de riqueza e de emprego e tenha negligenciado também durante tanto tempo uma potencial fonte de financiamento da União Europeia nesta matéria, porque nós sabemos que os atuais e anteriores Quadros Comunitários de Apoio davam e dão grande ênfase à aquacultura e davam e dão grande apoio a estas áreas.

É, portanto, e repito, uma medida positiva, mas reforçar os apoios a esta área, reforçar os incentivos e os benefícios fiscais é só uma peça deste puzzle complicado e deste processo.

É preciso mais!

É preciso, desde logo, definições que não existem; agora é que se estão a estudar as áreas em que isso pode ser realizado, passado 20 anos.

**Deputado José Ávila (PS):** Passados 40 anos! Tem de se lembrar dos outros 20!

**O Orador:** Agora é que estão a estudar as espécies que eventualmente podem ser produzidas e o que é que se fez durante todo este período com o dinheiro que foi inscrito nos diversos planos e podemos aí ver também os montantes inscritos para estas áreas. Dinheiro para estudos, dinheiro para experiências piloto! Quais são os resultados de tudo isto? Porque se existem são absolutamente desconhecidos.

Portanto, apoios, benefícios fiscais, sim, mas é apenas uma peça deste puzzle, é preciso muito mais. São precisas definições que não existem, é preciso reduzir burocracias e entraves que já levaram no passado eventuais empresários interessados nesta área e que desistiram deste investimento na Região.

Portanto, é preciso, de facto, fazer muito mais nesta área para que, de facto, ela possa se transformar em realidade e numa fonte, de facto, de criação de emprego e de geração de riqueza.

É, e repito, uma aposta tardia, mas mais vale tarde do que nunca.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi para intervir neste debate por dois motivos:

Em primeiro lugar, porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que esta é uma medida importante. Eventualmente criticando ou não o *timing*, a medida é importante, aliás já foi aqui reconhecido por todos.

Mas também por um segundo motivo. É preciso conhecer o Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa do Governo da República para os anos 2014 a

2020 e relativizar um pouco o exagero de algumas intervenções, porque nesse Plano diz-se, nomeadamente em relação a Portugal e não a nível mundial, o seguinte:

“Apesar da relativa abundância de recursos hídricos em Portugal, especialmente de águas marinhas ou salobras, as taxas de crescimento do setor estão limitadas pelas condições técnicas e/ou naturais de utilização dos recursos existentes pelos espaços disponíveis de cultivo e pela disponibilidade de financiamento. Esse crescimento será também afetado pelo aumento estimado dos custos, nomeadamente da energia, e das rações.”

Por isso aquilo que eu quis dizer trazendo à colação uma parte deste relatório, que aliás é o Plano Estratégico do Governo da República, é que, por um lado, o Governo Regional está a tempo e está em tempo e pode e deve recolher todas as experiências e as próprias análises *swot* que este Plano faz em termos de pontos fortes e pontos fracos, em termos de oportunidades e de ameaças para que este Plano que agora vai ser desenvolvido o possa ser feito com eficácia, com sustentabilidade, mas também com a noção de não trilhar os erros conhecidos e as ameaças conhecidas na aquicultura portuguesa que não têm um desenvolvimento tão grande, de acordo com o relatório, como de algum modo esta discussão podia levar e pensar que as pessoas poderiam de algum modo acometer ao Governo Regional falhas gravíssimas, quando isto é uma área emergente e, portanto, nós estamos a tempo e em tempo.

Este Plano nacional demonstra que o Governo Regional só está no bom caminho, como está em tempo e a tempo.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto de Brito e Abreu*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, a quem agradeço o comentário sobre a fatiota e simpatia, que retribuo também, queria dizer o seguinte:

Apesar de eu estar há pouco mais de um ano no Governo Regional, e de facto estive em Bruxelas e estive no continente anteriormente, trabalhei com Governos Regionais anteriores em funções que tinha responsabilidades em política marinha, como saberá.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Eu sei!

**Deputado Luís Garcia** (*PSD*): E da República também!

**O Orador:** Pelo menos desde 2005, sei o que é que se pensa no continente e em Bruxelas do que se faz nos Açores em aquacultura e em política marítima em geral e posso dizer-lhe, não tendo mérito nenhum nessa reputação que temos em Bruxelas e em Lisboa, que a imagem que a nossa Região tem em política marítima é das melhores regiões do país senão a melhor...

**Deputado José Ávila** (*PS*): Muito bem!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Em que áreas? Produz o quê?

**O Orador:** ... e não a imagem negra que tentou pintar.

Em Bruxelas passa-se exatamente o mesmo. Dá-se o caso de termos um Presidente do Governo Regional agora, que por acaso até é o Líder das Conferências das Regiões Periféricas e Marítimas.

Portanto, é uma área, e com mérito para esta Casa, porque também é o órgão de Governo próprio com mais competências sobre o mar, é uma Região que é prestigiada a nível nacional e a nível europeu.

Portanto, eu não venho ensinar nada aqui. Venho só dizer que já aprendi o que aqui se faz em outras encarnações profissionais anteriormente e portanto não sou um recém-chegado ao que faz nos Açores no mar – primeiro ponto.

Segundo ponto:

Não há nenhum passar de esponja sobre o passado. Como bem foi assinalado não há razão para ter vergonha nenhuma sobre o que se passou no passado.

O momento é um momento diferente.

Há hoje objetivamente condições diferentes de termos projetos diferentes do que tínhamos antes e que aproveitam mais-valias que a Região tem para dar, que eram nalgum sentido desvantagens que tínhamos no passado.

Eu entendo a comparação que tenta fazer com as Canárias, mas tem um modelo de desenvolvimento verdadeiramente diferente em várias aspetos e estatísticas que são de base, em vários setores: no turismo, em outras áreas, em sustentabilidade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isso é verdade! Estamos de acordo! Nos transportes aéreos!

**O Orador:** É um destino e uma Região com uma abordagem totalmente diferente, um bocado como a Madeira também, de alguma forma. Estranhei que não tenha falado das douradas na Madeira, mas há outras espécies muito mais estabelecidas e outras formas de aquacultura que podem ser feitas nessas regiões e que não podem ser feitas nos Açores por opção de não introduzir espécies exóticas aqui. Portanto há razões objetivas para isto.

Disse muito bem o Sr. Deputado Luís Garcia de que esta é apenas uma pequena peça no puzzle. O Governo, de facto, só este ano já alterou o regime de benefícios fiscais.

Faz agora esta alteração no valor mínimo dos projetos, lançou um projeto e está a executá-lo este ano para divulgar a todos os investidores e empreendedores

um mapeamento, um estudo científico que lhes permite escolher as zonas com mais potencial para a instalação de produções de aquacultura.

Portanto, parece-me, como lhe digo (desculpe se usei algum adjetivo impróprio, não pretendia de todo ser ofensivo, achei que o tom do debate o permitiria) acho que é inoportuno, se me permite, a crítica a este Governo nesta altura em que tanto está a ser feito para promover este setor.

Pergunta o Sr. Deputado Paulo Estêvão o que é que estava mal com os 2 milhões, por que é que antes não se fez logo 200 mil e por que é que agora se está a fazer? Parece que há uma insinuação de que há uma agenda secreta para favorecer um setor ou outro, ou um empresário ou outro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Há, há!

**O Orador:** Como sabe, o artigo 30.º tinha 2 milhões para projetos genéricos em todos os setores.

Em análise do que é um projeto típico para a escala que queremos promover na Região e que realisticamente pode criar emprego nesta fase, 2 milhões de euros, especialmente para o setor da biotecnologia marinho, é um valor excessivo e teríamos um conjunto vazio.

No caso da biotecnologia marinha, e da aquacultura também, que são setores muito intensivos do ponto de vista do conhecimento, não são tão intensivos do ponto de vista do gasto de capital, do investimento de capital, e 2 milhões era para estes dois setores um valor elevado de mais.

Portanto, essa redução para 200 mil euros pretende abranger e poder estender para estes dois setores, que têm características especiais e que não estão no quadro geral que foi tido em conta quando foi originalmente criado este benefício, foi a razão pela qual se optou por fazer esta adaptação agora. Como bem foi dito, é apenas uma pequena peça do puzzle.

Eu julgo que não há muita mais informação que possa dar sobre esta matéria.

Vejo neste momento de todos os grupos parlamentares apoio para a medida.



Portanto, do meu lado encerro o debate para esta fase.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a gora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se nos entendemos.

Eu li, como os senhores leram, o Sr. Secretário não leu no início mas já deve ter lido, para enquadrar a sua atividade governativa na medida em que está sujeito a um Programa do Governo, que é o que tem legitimidade do ponto de vista institucional e do ponto de vista democrático, que foi maioritariamente votado e uma das áreas que são assinaladas como uma área de grande potencial nos Açores é a biotecnologia e a aquacultura. Está lá no Programa do Governo.

Portanto o Governo tinha essa perceção, mas mesmo tendo essa perceção estabeleceu um limite de dois milhões de euros nestas ilhas.

Agora, o que eu lhe quero dizer é o seguinte do ponto de vista de alcançar benefícios fiscais, ou ter acesso a benefícios fiscais.

A questão é a seguinte: como é que o Governo fundamentava essa posição, sabendo que estas duas áreas eram áreas fundamentais e tendo alguma experiência anterior do ponto de vista dos programas que existiam?

Portanto, em relação a isso não há aqui nenhuma descontinuidade, não há aqui uma revolução, há aqui uma continuidade.

A descontinuidade é a sua, Sr. Secretário.

O senhor multiplica por 10, ou melhor divide por 10 este investimento.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Só para São Miguel e Terceira!

**O Orador:** O Governo dizia anteriormente: Nestas áreas o que nós queremos, a nossa aposta é no crescimento sustentável.

Nós queremos investimentos nestas áreas, sim, mas de qualidade, numa área como a aquacultura, também na área da segurança porque é uma área que como se sabe pode e tem riscos, por exemplo, para a biodiversidade. Há riscos que são garantidos.

Nos documentos científicos a que nós temos acesso qual é a recomendação que é feita?

Nestas áreas, uma aposta sim, mas em investimentos de qualidade.

Estas são, do ponto de vista internacional, as referências que são feitas. Os investimentos nesta área são importantes mas têm que ser sustentáveis, têm que ser de qualidade, têm que dar garantias para um crescimento sustentável.

Portanto, essa era a aposta e de repente o senhor chega aqui e divide por 10 e nós fazemos-lhe a pergunta: faça o favor de sustentar e de argumentar a sua posição, para o senhor praticamente dinamitar aquela que era a posição do Governo Regional do PS nesta matéria, que dizia: “segurança, crescimento sustentável, investimento de qualidade. São estes os patamares”.

E o senhor vem aqui dinamitar essa visão e essa perceção.

O que lhe estou a dizer é que fundamente a sua posição porque não é uma redução de 20%, nem de 50%.

O senhor divide por 10, estes valores.

Eu quero que o senhor me explique este pensamento que é um pensamento completamente contrário ao que aqui tem vindo a ser defendido por parte do Governo Regional, nesta matéria.

Fundamente!

Até agora o senhor não fundamentou esta posição que nos trouxe aqui a este Parlamento.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto de Brito e Abreu*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se bem entendo a pergunta que me faz é por que é que não foi originalmente quando foi aprovado o Decreto Legislativo Regional, por que é que não foi logo introduzida a menção sobre a aquacultura na altura?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Fundamente as alterações que faz! É por este, este, este e este motivo!

**O Orador**: A fundamentação é muito simples, tem a ver com o *timing* do processo legislativo.

Este, como foi bem dito, é uma peça de um *puzzle* de benefícios fiscais que envolveu uma alteração e reflexão sobre que valores é que deviam ser feitos; auscultação de cientistas, empresários, etc., que com os calendários que foi aprovado o regime geral, não era possível fazer.

Portanto, teve que ser feita uma alteração ao Decreto Regulamentar Regional dos benefícios fiscais, que já foi feita, quando já estava em vigor este Decreto Legislativo Regional do Orçamento de 2015 e depois esta peça complementa outra peça que foi feita já no decorrer deste ano.

Portanto, não era possível na altura fazer o processo todo em sede do art.º 30.º quando o Decreto Legislativo Regional original que aprova o Orçamento deste ano, foi aprovado.

Não há aqui nenhum mistério, nem nenhuma necessidade de fundamentar.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Tem, tem!

**O Orador**: Igualmente não há nenhuma ligação entre o valor mínimo passar a 200 mil euros e a qualidade dos projetos passar a ser menos sustentável ou não estarmos de alguma forma a apoiar projetos com o mesmo rigor em termos de critérios de sustentabilidade e da qualidade que pretendemos.

Portanto, não há nenhum dinamitar do que estava a ser feito antes, há apenas um ajuste, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Ajuste?!

**O Orador:** ... agora se faz para dois setores que beneficiaram de uma série de investimentos e de iniciativas políticas do Governo Regional, só este ano, e que entre elas envolvem esta pequena peça do puzzle...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Pequena?!

**O Orador:** ... que é baixar o valor mínimo para 200 mil euros para poderem beneficiar do pacote que foi aprovado recentemente, também, em Decreto Regulamentar Regional. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo não consegue fundamentar a posição que está a tomar, diz que é um pequeno ajuste, um pequeno ajuste.

**Deputado André Rodrigues (PS):** O senhor está a confundir isto tudo!

**O Orador:** Um investimento numa área que é para ser realizado até ao dia de hoje, são necessários dois milhões de euros de acordo com a doutrina anterior (está no Governo Regional, S. Miguel, na Terceira) por parte do Governo Regional que era para garantir à escala das populações e das ilhas a que nos estamos a dirigir, garantir a qualidade destes projetos, garantir a segurança, que é algo que é absolutamente fundamental.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Não! Isso não tem nada a ver com o valor do investimento!

**O Orador:** Quando nós lemos a fundamentação académica, em relação a estas matérias, o que se diz é que nos investimentos tem que existir uma garantia de

qualidade e de sustentabilidade, o que significa que os investimentos têm de ser significativos, isto não é uma mercearia.

Portanto, neste momento, o Sr. Secretário o que diz é: “Não. De dois milhões de euros, passamos para duzentos mil, que é uma redução de mil e oitocentos milhões de euros”, o que significa uma revolução autêntica nesta matéria.

Não é um ajustezinho. É uma alteração enorme! É algo que é dividido por 10, portanto era algo que eu estava à espera, a menos que aqui o Governo me viesse dizer: “Não. Não, nós descobrimos agora a biotecnologia e a aquacultura. Acabámos de descobrir estas matérias! É fundamental e vamos reprogramar os investimentos para estas matérias porque agora é que nós vimos isso!”.

Mas eu faço justiça ao Governo Regional e faço justiça aos Srs. Deputados do PS, já cá estavam e já sabiam que a biotecnologia era importante.

Não posso de forma nenhuma utilizar essa crítica porque é uma justiça facilmente comprovável que é olhar para o Programa do Governo e dizer: “Estas áreas são fundamentais? Não são fundamentais e nós consideramos que este é que é o investimento para garantir a legalidade e a sustentabilidade deste setor!”.

Temos agora o Sr. Secretário que adota uma medida que altera e vai dinamitar a filosofia anterior nesta matéria, porque os Açores são conhecidos, nalgumas matérias, por apostar na qualidade e eu considero que a diferença entre os Açores e o mundo globalizado, do ponto de vista de produções massificadas, a aposta tem de ser como aqui tem sido discutido nesta Casa e defendido por todos os Grupos Parlamentares, é a qualidade, a qualidade e qualidade significa que temos que garantir um investimento significativo em áreas tão sensíveis como estas.

Não é isso que eu estou a ver que seja sustentado pela posição do Governo porque não é um ajustezinho, é algo que é absolutamente um corte com o passado e um corte em relação à qualidade e à segurança que era o argumento

fundamental que o Governo tem utilizado para estabelecer estes patamares de investimento. Este é que é o argumento.

Portanto da minha parte eu já perguntei, já coloquei a questão duas vezes, o Sr. Secretário não respondeu, da minha parte estou esclarecido.

**Presidente:** O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sra. Presidente, termino já.

Da minha parte estou absolutamente esclarecido que esta alteração não tem sustentação.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia, tem a palavra.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além desta questão muito pertinente colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e que carece efetivamente de explicação e de fundamentação, há outras questões que carecem de ser esclarecidas também neste debate.

O Sr. Secretário diz que agora o Governo está a fazer um plano, agora está a estudar as zonas, a fazer o mapeamento, agora está de facto a agir, segundo as palavras do Sr. Secretário, esperamos para ver, mas há um passado Sr. Secretário. Há um passado e as heranças às vezes têm dessas coisas, não têm só coisas boas.

Portanto o senhor é responsável e herdeiro desse passado de inação e de omissões desta governação durante 20 anos.

É bom que nós façamos um exercício de ir aos Planos anteriores e às intenções anteriores e vejamos o que é que era lá dito e que verbas é que estavam alocadas a estes objetivos.

Podemos ir até ao Plano de 2009 e já lá se dizia que “se ia promover o desenvolvimento da aquacultura”;

2010: “promover o desenvolvimento da aquacultura”;

2011: “estudos de viabilidade de aquacultura, de cracas, ouriços e de lapas”;

2012: “intensificar as ações de investigação marinha que incluirão também ações relacionadas com o desenvolvimento da aquacultura”;

2013: “promoção do desenvolvimento da aquacultura na Região Autónoma dos Açores”;

2014: “devido à natureza extrativa da atividade dá-se ênfase especial à proteção dos recursos naturais, nomeadamente promovendo a investigação aplicada e a aquacultura”;

2015: “apoio ao setor de transformação, realização de estudos no âmbito da aquacultura, promoção e divulgação da aquacultura”.

Portanto, este objetivo sempre esteve nos planos anteriores ...

**Deputado André Rodrigues (PS):** E ainda bem!

**O Orador:** ... e o que tem que ser explicado é por que é que não foi desenvolvido? Quais são os resultados?

Depois, alocaram-se a esse objetivo verbas significativas:

- em 2009, 2 milhões de euros;
- em 2010, 2 milhões de euros;
- em 2011, 1 milhão, oitocentos mil euros;
- em 2012, 2 milhões, quinhentos mil euros;
- em 2013, 1 milhão e meio;
- em 2014, 1 milhão, seiscentos mil euros;
- para 2015, 1 milhão, seiscentos mil euros.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não executados!

**O Orador:** Quais são os resultados disto?

Para que é que foram todos estes milhões? Qual é a execução efetiva disto?

**Deputado André Rodrigues (PS):** Foi para investir!

**O Orador:** Portanto, não podemos querer com esta aposta que “agora é que vai ser”, esquecer todo este passado.

Portanto isso tudo tem que ser esclarecido.

Os açorianos têm o direito de saber, esta Assembleia tem o direito de saber o que é que foi feito nesta área com este dinheiro, com estes planos que esta maioria aprovou aqui nesta Assembleia, que os Srs. Deputados do PS também devem querer saber como aprovaram todos estes planos. Quais são os resultados de tudo isto?

Isto é que é transparência na vida pública.

Diga lá, Sr. Secretário, quais são os resultados de tudo isto?

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente da legitimidade das questões do Sr. Deputado Luís Garcia, mas uma vez que o Sr. Deputado Luís Garcia gostou de falar em história e ir buscar planos anteriores ...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Temos historiadores aí!

**O Orador:** ... provavelmente devia recordar-se que esta questão da aquacultura ou da aquícultura é muito mais antiga, às vezes até tem percalços.

A primeira vez talvez que se falou nisso foi há muitos e muitos anos quando uma equipa do Celsius e Acólitos foi a S. Jorge e estudando as ameijoas pensou transferi-las para outro local, por exemplo para as Lajes do Pico e viu que as condições de salinidade eram diferentes e que isso não dava certo. Portanto já lá vão bastantes anos.

**O Orador:** Mas depois os seus governos, do PSD, nomeadamente um Diretor Regional que era aqui do Faial...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor tem esse trauma!



**O Orador:** ... experimentou com total inêxito a aquacultura na baía de Ponta Delgada. Foi para lá fazer um grande espalhafato com isso.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso foi em Ponta Delgada, se fosse aqui no Faial dava certo!

**O Orador:** Portanto o Sr. Deputado não venha aqui invocar demagógicamente todas essas situações de planos, de insatisfações e de insucessos ...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E responder a isto. O senhor antes também estava naquela bancada!

**O Orador:** ... porque isto é muito mais antigo e é do vosso tempo e no vosso tempo houve nada, houve nada.

Agora construiu-se alguma coisa e chegou-se a um plano.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Onde está o plano?

**O Orador:** Os senhores tiveram também 20 anos no Governo e fizeram nessa matéria zero.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Contente, percebo que o senhor tenha vindo ao debate porque de facto o senhor estava naquela bancada, em todos estes governos que

propuseram estes planos a esta Assembleia e que foram aprovados e que o senhor devia e deve prestar contas sobre eles e não quer.

O senhor não quer dizer-nos o que é que fizeram com 13 milhões de euros que foram inscritos no plano desde 2009, para esta área da aquacultura.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Onde é que estão os resultados? Explique aí?

O senhor não se venha para aí consolar que os outros nada fizeram que isto não é um argumento justificativo.

**Deputado José Contente (PS):** Estão investidos!

**O Orador:** Portanto, o senhor o que tem que explicar, já que o Sr. Secretário não quer assumir essa responsabilidade, o senhor que era membro dessa governação explique o que é que fizeram com 13 milhões de euros.

Já agora, o senhor fica muito incomodado com as minhas críticas à governação de 20 anos do PS, mas a maior crítica foi feita pelo Sr. Secretário Regional à vossa governação: “Os Açores não podem continuar a fechar os olhos à aquacultura”.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** O Sr. Secretário é que o disse, não fui eu.

Portanto, peça também justificações ao Sr. Secretário sobre isso.

Há uma coisa muito importante que o senhor disse. O senhor diz que se chegou a um plano, portanto está na altura desta Assembleia conhecer este plano.

Este plano sobre a aquacultura, se existe, esta Assembleia deve conhecê-lo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Olhe a água que o senhor está a meter!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para uma intervenção.

**Presidente:** O seu tempo já terminou, Sr. Deputado Aníbal Pires, logo na sua primeira intervenção desta manhã.

Julgo então não haver inscrições e não havendo vamos passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A Proposta de DLR apresentada foi na generalidade aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 uma abstenção do PCP.

**Presidente:** Esta proposta de alteração tem apenas dois artigos.

Penso que posso votá-los em conjunto.

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Avila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui em sede de especialidade queria levantar aqui uma questão que acho que pode ser resolvida em sede de redação final.

O art.º 30.º tem repetido o n.º 2.

Acho que é perfeitamente sanável mas queria pôr isto à consideração da câmara.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada pelo alerta.

De facto já tínhamos detetado esse lapso mas é um lapso que facilmente depois a própria Comissão, em sede de redação final, corrigirá.

Penso que poderei colocar à votação os dois artigos em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 uma abstenção do PCP.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretária:** Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 uma abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

*Eram 11 horas e 09 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

*Eram 11 horas e 56 minutos.*

Entramos ano ponto 5 da nossa Agenda: **Petição n.º 37/X – “Surto do vírus DHV2 na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada por José Arruda, na qualidade de 1.º subscritor.

Rege esta matéria o art.º 192.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes: cada Grupo ou Representação Parlamentar intervém uma única vez, por tempo não superior a dez minutos.

Para apresentação do relatório dou a palavra ao Sr. Relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

[http://base.alra.pt:82/Peticao\\_Abaixo/Xpare1259.pdf](http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/Xpare1259.pdf)

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Peço no entanto que se continuem a inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa que estamos a apreciar quero, em primeiro lugar, cumprimentar e saudar os cidadãos que fizeram chegar estas suas preocupações à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, isto é aos legítimos representantes do povo açoriano.

Efetivamente esta questão que nos foi colocada, incidindo sobre o vírus que afetou os coelhos em oito das nossas nove ilhas, levanta aqui alguns problemas muito complicados e para os quais eu julgo que todos nós devemos olhar com atenção porque ficou mostrado à evidência de que não existe uma fronteira

sanitária da Região, nem essa fronteira existe na circulação de animais inter ilhas, isto é, passam pelos nossos portos e aeroportos animais, de várias espécies, que não têm o devido controlo sanitário e julgo que isso nos deve preocupar a todos, aliás há notícia de que em pelo menos uma das nossas nove ilhas, apareceram recentemente duas novas parasitoses, neste caso que afetam o gado bovino e que podem ter efeitos nocivos (depois posso dizer-lhe quais são, Sr. Secretário), podem causar problemas complexos na atividade agrícola, designadamente na produção, na agropecuária.

Aliás, uma dessas parasitoses era conhecida em S. Miguel, mas já está, como disse, numa outra ilha e a segunda parasitose a que me referi não havia registo do seu conhecimento ou da sua presença na Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, e face às estruturas que dependem do Governo Regional, não se entende bem, digamos, a sua atuação designadamente do Laboratório Regional de Veterinária.

Por outro lado, as medidas que foram tomadas, designadamente a proibição de caça não foi, na nossa opinião, atempada e a recolha de carcaças foi ineficaz porque começou tarde e terminou cedo, aliás terminou ainda com animais a morrer em algumas das nossas ilhas, designadamente algumas das ilhas que foram afetadas por este vírus.

Por outro lado eu não sei bem qual é que foi o destino que foi dado às carcaças recolhidas porque se elas não foram todas incineradas continuaram a ser um foco de infeção por aquele vírus.

Por outro lado, julgo que não foi feito, e poderia ter sido feito, o seguinte: a recolha de animais, o seu parqueamento em quarentena e a sua vacinação prática que ao que julgo é comumente utilizada em situações como esta, designadamente no território continental.

Portanto, há aqui para além da ineficácia como o Governo Regional tratou estas questões, há uma outra questão que me parece de sobremaneira importante e

que tem exatamente a ver com o facto de esta situação do surto deste vírus nos coelhos, em oito das nove ilhas dos Açores, ter mostrado a inexistência de uma fronteira sanitária, não só da Região no seu conjunto, mas também entre as suas várias parcelas.

Esta situação tem de ser forçosamente resolvida sob pena de colocarmos em causa não só algumas espécies da fauna endémica mas também de causarmos problemas à atividade da agropecuária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(\*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Em primeiro lugar felicitar mais uma vez o Clube de Caçadores de Vila Franca do Franco porque isto já é a segunda petição que apresentam nesta Legislatura, o que mostra bem a sua atividade.

Isto por acaso foi todo um processo que levantou uma série de dúvidas à população em geral e mais ainda às que estão envolvidas diretamente com a caça.

Até hoje ainda não foi bem explicado de que forma é que esta doença foi introduzida cá; se foi ou não por ação criminosa; a questão de começar pela Ilha Graciosa, uma ilha que não tem voos diretos de quem vem do continente, nada disto ainda foi bem explicado.

É notário aqui a falta de uma ação fiscalizadora ativa.

Houve uma divergência nas afirmações à comunicação social em relação a este processo da Direção Regional de Veterinária com a Direção Regional de Florestas, algo que ainda levantou mais dúvidas e também como há pouco foi aqui afirmado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, um fraco controlo nos nossos aeroportos e portos, tanto é que falou-se na altura, saiu um edital a 6 de janeiro da Ilha da Flores, onde não havia saída de coelhos e dos seus derivados e depois

comenta-se que a 21 do mesmo mês permitiu-se a saída de dois cães da Ilha das Flores para a Ilha de S. Miguel, onde aí se pensa que foi introduzida a doença.

O facto é que não há registo destes cães terem saído da Ilha das Flores, ou seja, para além do ato ainda há a falta de registos.

A caça nos Açores merece um outro tratamento, uma outra atenção, não só por aquilo que ela contribui para a vertente económica e lúdica mas também para a biodiversidade que temos nas nossas ilhas, lembro aqui a questão do milhafre.

Já foi muitas vezes abordado aqui, nesta câmara, o caso do controlo de pragas, onde a caça, se houvesse uma boa associação desta atividade com o nosso Governo, talvez fosse uma forma mais eficaz de controlo.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS quer em primeiro lugar, obviamente, felicitar os peticionários pela sua participação cívica e reconhecer a pertinência desta moção de censura, lembrando que não é frequente encontrar petições nesta figura regimental, portanto não é pedido nada ao Governo, mas sim é feita uma nota de censura à forma como todo o processo relacionado com o surto do vírus da febre hemorrágica do coelho bravo na Região Autónoma dos Açores, se processou de facto.

Devo lembrar que o problema da praga do coelho bravo não é de hoje nem de ontem, tendo assumido na Região proporções, no mínimo, preocupantes, o que levou já em 2011 o CDS-PP a trazer a esta Casa uma proposta no sentido de apresentar medidas urgentes e eficazes para o controlo da praga do coelho bravo em S. Jorge, exatamente através do mecanismo da caça e que de resto foi chumbada pelos Deputados desta Casa.



A verdade é que a praga do coelho bravo deixou de ser preocupante apenas na Ilha de S. Jorge e alastrou-se às outras ilhas, assumindo proporções incontroláveis.

Os coelhos destroem as culturas agrícolas, provocam prejuízos económicos que até hoje ainda ninguém calculou e coincidentemente, de repente, aparece um surto de febre hemorrágica, dizimando os coelhos em todo o arquipélago, obviamente com exceção da Ilha do Corvo ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já não há! Comeram-nos todos!

**A Oradora:** ... que como já foi aqui dito teve início na Ilha da Graciosa que é a ilha mais isolada do Grupo Central, ou seja, todos os voos para a Ilha Graciosa têm proveniência na Ilha da Terceira ou na Ilha de S. Miguel, sendo exetável que as primeiras ilhas a apresentar sinais do surto fossem exatamente a Ilha Terceira ou a Ilha de S. Miguel e isso não aconteceu, levantando obviamente suspeitas de que o aparecimento do surto do vírus do DHV2, tenha tido uma introdução na Região, intencional.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso é muito grave!

**A Oradora:** Nós já dissemos aqui, e voltamos a repetir, que ao CDS-PP preocupa seriamente que na ausência de medidas eficazes por parte das entidades competentes, que a população decida começar a fazer justiça por mãos próprias e voltemos ao tempo das melícias populares.

Sr. Secretário, seria importante que nos explicasse como é que é possível, tendo sido acionadas ...

**Deputado Berto Messias (PS):** O Sr. Secretário não pode falar!

**A Oradora:** Sr. Secretário não pode falar na figura mas ...

**Presidente:** Não pode, Sr. Deputada.

**A Oradora:** Não pode explicar hoje aqui mas poderá sempre e a seu tempo explicar aos açorianos e a quem de interesse, como é que ...

**Deputado André Bradford (PS):** Vai fazer uma conferência de imprensa!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** O GaCS trata disso!

**Presidente:** Srs. Deputados, apelo um pouco à vossa atenção.

Naturalmente a Sra. Deputada sabe que não deve interpelar diretamente o Governo, portanto as suas considerações terão que ser gerias.

**A Oradora:** Não estou a interpelar, eu estou a dizer que seria importante o Governo ou o Sr. Secretário, obviamente, explicar à população em geral se de facto foram acionadas as medidas de controlo em todos os portos e aeroportos, como se diz que assim foi, proibido o trânsito inter ilhas, tanto de espécies animais como qualquer produto e artefacto relacionado com a caça, como se diz que assim foi e que foi obrigado pelos editais publicados, que num espaço de tempo tão curto, o vírus se tenha disseminado por todas as ilha admitindo, obviamente e em bondade, que as entidades responsáveis pela fiscalização não foram nem negligentes, nem inoperantes, como de resto é afirmado pelos peticionários.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começar por, obviamente, saudar os mais de 500 peticionários desta petição intitulado “**Surto do vírus DHV2 na Região Autónoma dos Açores**”, fazê-lo na pessoa do seu primeiro subscritor, o Sr. José Maria Arruda, que é simultaneamente Presidente do Clube de Caçadores de Vila Franca do Campo.

Dizer também que não sendo eu assumidamente uma fã da caça, não posso nem eu, nem o BE, ficar indiferente à indignação manifestada por um conjunto de centenas de peticionários, presumo que a maior parte deles têm a caça como um *hobbie*, um desporto, como lhe queiram chamar, dizia eu não posso ficar indiferente nem o BE à indignação manifestada no conteúdo desta Petição de

que em algumas partes faço questão de a ler para que os açorianos e açorianas percebem bem o que é que ela contem e posso ainda menos ficar indiferente às imagens que todos nós, cidadãos desta Região, vimos na RTP-Açores e que não deixaram de chocar qualquer pessoa, independentemente se ser caçador, não ser caçador, ter preocupação com as populações cinegéticas, independentemente disso, eram de facto imagens que feriam a sensibilidade de qualquer pessoa.

Daí eu compreender bem a indignação manifestada por estes peticionários quando dizem, por exemplo, que uma das suas principais intenções e pretensões é que querem “fundamentar a necessária apreciação e revisão administrativa no campo de ação de algumas entidades governamentais com vista ao fomento de uma atuação fiscalizadora ativa e de restrição de condutas que não promovam o funcionamento transparente e eficaz do sistema autonómico regional”.

Dizem-no por quê?

Porque consideram a “atuação negligente, inoperante de algumas entidades com competência na área da fiscalização e preservação dos recursos naturais da Região, aquando do controlo na disseminação do vírus DHV2, cuja matéria pretendemos (pretendem os peticionários) denunciar e reivindicam uma posição firme e uma ação conjunta entre todas as entidades, o que não se verificou”.

Dito de outra maneira: na avaliação destes peticionários os respetivos departamentos governamentais não se organizaram e não se relacionaram de uma forma eficaz para responder organizadamente àquilo que estava em causa que era uma febre hemorrágica que deu azo àquelas imagens e àquela disseminação de morte por cada uma das nossas, neste caso, oito ilhas, felizmente uma ficou fora daquele espetáculo.

Mas aquilo que me importa realçar, ainda mais (e simultaneamente felicitar os peticionários por terem espelhado nesta sua petição este tipo de preocupação) é a justificação que os mesmos peticionários, neste documento dão, para a manifestação que realizaram em Ponta Delgada, no dia 22 de fevereiro, que

todos nós também vimos na nossa televisão, e que protesta contra o regresso ao cativeiro de mais de 5 000 cães de caça existentes somente na Ilha de S. Miguel, sem mencionar portanto o número de cães nas outras ilhas da nossa Região.

Dizem os peticionários e vou citá-los: “manifestámo-nos porque entendemos ser necessário encontrar alternativas; manifestámo-nos pela preocupação no aumento eminente do abandono dos animais ou mesmo do seu abate; manifestámo-nos porque está em causa o bem estar animal; manifestámo-nos para que haja um maior controlo sanitário, sejam realizadas mais campanhas de vacinação pelas entidades com responsabilidade sanitária, a título gratuito, como forma de contenção e controlo em situação de abandono de animais.

Contudo, até à data não encontrámos eco nas nossas questões, não obtivemos qualquer atitude ou solução por parte das entidades responsáveis.

Foi referenciada em reuniões realizadas com a Direção Regional, nomeadamente nos anos de 2012 e 2013, a hipotética criação de um campo de treina.

Contudo após terem sido identificados os terrenos para constituição do campo e contactados os seus proprietários não foi ultimado mais qualquer passo, considerando que a Direção Regional pretendia que a gestão do campo fosse da responsabilidade do Clube de Caçadores de Vila Franca do Campo, uma associação sem fins lucrativos, nem quaisquer recursos financeiros”.

Esta denúncia feita por estes peticionários, para o BE é extremamente importante e mais ainda o tipo de preocupações que aqui revelam com os seus cães, neste caso, mas com todos os cães caçadores que existem na Região e que só em S. Miguel são 5 000.

Dizem ainda, para terminar, os peticionários: “Em nome dos valores e interesses do povo açoriano, nós questionámos a receita gerada pelo exercício da atividade e licenciamento dos cães de caça, não poderia ser agora direcionada para a manutenção dessa infraestrutura (qual infraestrutura?), o

campo de treinos para os cães de caça quando estão inativos, como forma de minimizar o impacto negativo causado nos animais?”.

É esta pergunta, esta hipótese, levantada também por estes peticionários, que mais uma vez felicito, dizendo-lhes que da parte do BE encontrarão todo o eco positivo a este tipo de pretensões.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para terminar, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(\*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo, obviamente por felicitar e congratular os peticionários pela apresentação e por trazerem este assunto à Assembleia e à discussão por parte dos Deputados, mecanismo que obviamente a sociedade tem para se fazer também ouvir junto daqueles que foram eleitos para representá-los.

A doença hemorrágica viral é uma doença altamente contagiosa nos coelhos selvagens, que pode ocorrer também em coelhos domésticos e é causadora de uma hepatite muito severa que provoca hemorragias internas que levam à morte dos animais.

A nova variante do vírus DHV foi identificada em França em 2010, tendo surgido um surto em Portugal Continental nos anos 2012/2013, com uma elevada taxa de mortalidade, tendo chegado aos Açores, como já aqui foi dito, em novembro de 2014, mais concretamente à Ilha Graciosa.

Cronologicamente, o surto surgiu no dia 29/11/2014 na Ilha Graciosa, a caça foi proibida a 11 de dezembro de 2014, portanto poucos dias após; na Ilha Terceira surgiu no dia 2 de janeiro, tendo sido proibida a caça no dia 22 de janeiro; S. Jorge no dia 2 de janeiro, tendo sido proibida no dia 7 de janeiro; nas Flores apareceu no dia 2 de janeiro, tendo sido proibida no dia 20 de janeiro; em Santa Maria no dia 5 de fevereiro surgiu o surto, foi proibida a caça no dia 20 de

janeiro; em S. Miguel no dia 8 de fevereiro, a data do surgimento, a data de proibição é do dia 13 de fevereiro (cinco dias depois); no Faial o surgimento foi no dia 15 de janeiro tendo sido proibida a caça no dia 20 de fevereiro e no Pico surgiu no dia 4 de março, tendo sido proibida a caça no dia 26 de março.

A decisão de fechar a caça em cada uma das ilhas teve como fundamento o resultado de análises laboratoriais a um elevado número de coelhos encontrados mortos como no caso das Flores e S. Jorge.

As amostras foram encaminhadas para a Direção de Serviços Veterinários e também para a CIBIO da Universidade do Porto, portanto Centro de Investigação em Biodiversidade da Universidade do Porto, do Porto.

Este vírus transmite-se por contato direto com o animal infetado ou por contato com os seus materiais fisiológicos que podem também ser transmitidos através de vetores vivos onde se inclui o próprio homem.

A contaminação pode ocorrer também através da água, do ar e objetos contaminados.

Daqui se poder concluir que todas as hipóteses para explicar a forma como chegou e se disseminou na Região, são admissíveis.

À data há diversas queixas crimes apresentadas por associações de caçadores no Ministério Público, tendo a Direção Regional dos Recursos Florestais se constituído assistente nos onze processos a decorrer nos tribunais da Região.

Desde os primeiros dias, até à sua identificação, foram adotados diversos procedimentos recomendados para estes casos pela Direção de Recursos Florestais e pela Direção de Serviços de Veterinária da Direção Regional de Agricultura e, Sr. Deputado Renato Cordeiro, não há qualquer divergência entre os dois serviços naquilo que foi publicado: uma coisa é recomendar que não devem ser consumidos e outra coisa é dizer que não há risco para a saúde pública através deste vírus.

Portanto, não há aqui qualquer incongruência ou contradição.

**Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Há!

**O Orador:** Esses procedimentos foram nomeadamente: recolha de animais mortos e respetiva análise em laboratório; recolha e destruição de animais mortos; criação de pontos de entrega dos animais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E as questões espirituais não contam?

**O Orador:** No caso de confirmação da virose optou-se por: interdição da caça a todas as espécies; divulgação de boas práticas na recolha dos animais mortos; divulgação de boletim informativo direcionado à população em geral, aos agricultores e aos caçadores.

Durante este processo foram ainda publicadas diversas portarias de proibição da caça, que já foram aqui também referidas.

Desde o primeiro dia do conhecimento do surto que o Governo dos Açores, através dos respetivos serviços operativos acompanhou a situação e evolução diária através de censos populacionais de forma a avaliar-se o impacto desta doença sobre as populações de coelho bravo em cada uma das ilhas afetadas.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Oh, Sr. Deputado, então explique lá como é que o vírus passou de uma ilha para a outra?

**O Orador:** Foram ainda acionadas medidas de controlo nos portos e aeroportos, de forma a impedir o trânsito de coelhos e seus derivados e utensílios utilizados na caça, bem como a circulação de cães de caça para efeitos venatórios.

Foi dado conhecimento destas medidas ao Comando Territorial dos Açores da GNR, SEPNA e à SATA, a 24 de fevereiro de 2015, conforme foi referido em Comissão.

A gestão dos recursos cinegéticos é complicada, atendendo a que se está a falar de populações selvagens.

Há que equacionar a realidade de cada uma das ilhas, nomeadamente a abundância de cada espécie, número de caçadores e esforço de caça.

A capacidade de disseminação deste agente, aliado à facilidade de movimentação de pessoas e produtos dentro dos Açores, torna muito difícil o combate a agente infecciosos que possam surgir, quer estes, quer outros, que surgiram anteriormente noutros tempos, não se podendo impor uma interdição absoluta na movimentação de pessoas e bens o que traria impactos económicos muito superiores aos causados pelo aparecimento do vírus.

Para esta gestão é efetuado todos os anos e em contínuo a monitorização das populações, são realizados inquéritos e com base nestes trabalhos são definidos os calendários venatórios, ouvidas as associações de caça e agricultores; o conselho cinegético, em S. Miguel onde estão representados os caçadores, agricultores, associações ambientalistas e produtores florestais.

Os calendários venatórios são instrumentos abertos e adaptáveis à realidade de cada momento.

De referir ainda, e isto julgo ser bastante importante, que a 5 de junho de 2015 foi realizada uma apresentação pública sobre a gestão do coelho bravo nos Açores e impacto do DHV2 na qual os investigadores da CIBIO da Universidade do Porto revelaram os resultados das análises genéticas efetuadas e que permitiram concluir que o vírus chegou à Graciosa, provindo do sul da Península Ibérica, daí saltou para as ilhas das Flores, S. Jorge, Fail, Pico, Terceira e Santa Maria por esta ordem.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** E chegou à Graciosa diretamente da Península Ibérica sem ter passado pela Terceira e São Miguel?

**O Orador:** Concluíram ainda os investigadores que o surto chegou a S. Miguel, proveniente da Ilha Terceira, pelo que o argumento ter sido introduzido por cães oriundos da Ilha das Flores, carece de fundamento científico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos obviamente solidários com os peticionários e com os caçadores da Região, que viram a sua atividade cinegética altamente afetada pelo



aparecimento deste surto o que prejudica também a atividade económica das ilhas, devendo-nos preocupar a todos sobre a forma como o mesmo foi introduzido e fazendo votos que se ficar demonstrado haver mão criminosa os responsáveis sejam punidos nos termos da lei.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Qual é a sua dúvida?

**O Orador:** No entanto os factos demonstram que nesta situação as autoridades regionais atuaram conforme as regras instituídas, sem que isso implique que não se deva olhar, em permanência, para os procedimentos e melhorá-los através do conhecimento que se adquire com a experiência e a prática quotidiana.

Felizmente, na maioria das ilhas onde ocorreu o surto do DHV2 a caça já foi restabelecida mantendo-se apenas interdita em duas ilhas onde o vírus teve um efeito mais drástico, designadamente Santa Maria e Flores.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Logo nos extremos!

**O Orador:** Termino com um apelo, um apelo à sociedade para que esta esteja atenta e desperta para as questões de natureza ambiental preservando a biodiversidade, atuando com responsabilidade e equilíbrio, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E ao partido socialista!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mensagem interna!

**O Orador:** ... preservando o bem estar animal e ajudando a dissuadir e a identificar atitudes e práticas ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Uma referência planetária!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados ...

**O Orador:** ... que ponham em causa o bom nome dos Açores.

Os Açores devem ser, como já o são, cada vez mais uma referência na gestão do meio ambiente, na preservação da biodiversidade, no bem estar animal e na correta utilização dos fatores que fazem de nós uma referência mundial, com vários prémios e distinções como Região ambientalmente sustentável.

Finalmente só uma pequena referência a alguns comentários que foram feitos pelos Deputados de outras bancadas.

Em relação às fronteiras nós não podemos impedir e fazer uma fiscalização nas fronteiras, nós pertencemos a um espaço europeu e deixo aqui esta questão: nós quando nos movimentamos para qualquer outra região do país, quando nos movimentamos para outros países, por carro, por outro meio de transporte, somos fiscalizados à entrada desses países? Sim, ou não?

Não me parece que assim seja, sendo portanto extremamente difícil e até ilegal fazer esse tipo de controlo à entrada dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos o ponto 5 da nossa Agenda.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Interpelação, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra.

**O Orador:** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** É regimental.

Considerando o nosso horário, vamos também interromper para almoço.

Peço apenas aos líderes e à Sra. Secretária Regional, o favor de se aproximarem da Mesa.

*Eram 12 horas e 37 minutos*

**Presidente:** Peço às Sras. e aos Srs. Deputados, o favor de ocuparem os vossos lugares.

*Eram 15 horas e 08 minutos*

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 6 da Agenda da Reunião: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 51/X – “Programa de incentivo ao consumo continente de peixe dos Açores nas cantinas do Sistema Educativo Regional”**.

Este Projeto de DLR é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos são também os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o PCP hoje aqui traz não é uma proposta complicada e assenta em dois objetivos principais, que são efetivamente estratégicos para a Região:

Por um lado, contribuir para a promoção de estilos de vida saudáveis e escolhas alimentares corretas, junto dos alunos das nossas escolas, oferecendo-lhes a possibilidade de consumir mais frequentemente peixe local de qualidade, com benefícios diretos para a Região, em termos de saúde das novas gerações, mas contribuindo também para a luta contra a obesidade, em especial entre os jovens, onde se tem revelado um problema muito grave.

E por outro, contribuir para valorizar o nosso pescado local, abrindo-lhe mais uma possibilidade de escoamento e formando uma nova geração de “clientes” do bom peixe dos Açores, com evidentes benefícios económicos locais.

O que pretendemos é que seja mais frequentemente servido nas nossas cantinas escolares um produto de qualidade, cujo preço muitas vezes não consegue naturalmente competir com outros formatos de peixe congelado, importado de

paragens longínquas, comercializado em massa, a baixo preço, mas a baixa, às vezes baixíssima qualidade.

Assim, impõem-se um reforço das verbas, para que as escolas possam fazer a opção pelo peixe local. A opção que pode não ser sempre a mais barata, mas que é a mais razoável em termos económicos, levando em conta a relação qualidade / preço e a que mais vantagens traz para a Região no seu conjunto.

E esta questão da qualidade do peixe que é servido nas cantinas não pode ser subestimada. A tal reação negativa dos alunos, quando lhes é servido peixe nas cantinas, de que fala o Senhor Secretário Regional da Educação, tem justamente a ver com isto. E compreende-se: Se me servirem perca do nilo congelada ou filetes de maruca recozida, também eu terei uma reação negativa!

Se pensamos que o peixe é uma parte importante de uma nutrição saudável e se queremos ensinar às nossas crianças e jovens a gostarem de peixe, temos de lhe servir peixe que preste, peixe de qualidade, peixe dos Açores.

Depois, referindo-me ainda às dificuldades logísticas que a preparação de pratos de peixe pode implicar para as cantinas escolares, quero dizer: Haja razoabilidade! Haja bom senso!

É claro que não vamos servir postas de congro cheias de espinhas a crianças de 7 anos! Naturalmente que competirá às Escolas adequar os menus às camadas etárias a quem se destinam e gerir os recursos de que dispõem. Ora, o que queremos é justamente aumentar-lhes os recursos para que o possam fazer.

E, na verdade, já existem iniciativas empresariais nos Açores que fazem, por exemplo, filetagem e congelação de peixe açoriano. E com este programa poderemos estar a contribuir para que surjam outras, valorizando o nosso produto, gerando riqueza, criando emprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa também assinalar uma questão de contexto em relação à qualidade das refeições escolares:

A privatização das cantinas resultou, por toda a Região, numa redução generalizada da qualidade das refeições servidas aos nossos alunos, aliás será objeto de discussão no ponto seguinte.

Enquanto antes, as refeições eram planeadas e confeccionadas por funcionários das escolas, supervisionadas pelo Conselho Diretivo e Executivo, dentro dos limites orçamentais a que estavam sujeitos, atualmente são planeadas e executadas por empresas privadas, procurando que sejam o mais barato possível, de forma a maximizar o seu lucro. Esta inversão do paradigma teve os resultados óbvios e esperados.

Para que o orçamento regional poupasse, sacrificou-se os alunos e a qualidade das suas refeições escolares. Mas, mesmo assim, é duvidoso que no médio prazo exista qualquer poupança, se levarmos em conta, por exemplo o prejuízo para a saúde infantil que se repercutirá no futuro, dentro da lógica da medicina preventiva.

Estamos convencidos que esta opção pela privatização, fruto dos dogmas da moda, a prazo será sempre pior, mais cara e com consequências sérias para a Região e para a saúde dos Açorianos. Pensamos que essa política tem de ser invertida e que as cantinas escolares devem voltar a estar sob gestão direta dos Conselhos Executivos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O aumento da qualidade nutricional, mas também pedagógica, das refeições que servimos nas nossas escolas é uma questão que não pode ser subestimada. Propomos um investimento na saúde das gerações futuras, um estímulo ao sector da pesca e da transformação, criando um círculo virtuoso económico local. Propomos que se olhe para a frente, que se pense no futuro dos nossos jovens.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há muito que o papel da Escola ultrapassou a mera transmissão de conteúdos, por isso, entendemos a Escola como um espaço privilegiado onde, de forma pedagógica, também devem ser incutidos hábitos de alimentação saudáveis e equilibrados nas crianças e jovens.

Sendo o peixe um alimento essencial numa alimentação equilibrada, possuindo do ponto de vista nutricional, componentes essenciais à saúde pública e ao desenvolvimento dos alunos, nomeadamente o iodo, em que, segundo estudos recentes, os alunos açorianos estão deficitários. É um dever da Escola incutir hábitos de ingestão deste alimento e de pôr em prática esses ensinamentos, oferecendo-o nas refeições servidas aos alunos.

Os Açores, por força da sua condição arquipelágica, são ricos em pescado de invejável qualidade que, nem sempre é fácil de escoar, provocando, por isso, constrangimentos financeiros aos profissionais da pesca.

O Projeto de D.L.R. que o PCP traz a esta casa, pretende, de uma forma articulada, aumentar a oferta de peixe fresco ou transformado localmente, ao invés da opção mais acessível financeiramente, mas menos vantajosa do ponto de vista nutricional, da oferta de peixe congelado comercializado pelas grandes cadeias de distribuição, por forma a fornecer aos alunos os nutrientes de que necessitam e, através deles, fomentar o consumo de peixe das próprias famílias, pois, como se sabe, as crianças são um veículo privilegiado de formação e informação das suas famílias. Assim, proporcionaria também uma forma de, mais facilmente, os pescadores poderem escoar o seu produto, contribuindo,

deste modo, para uma melhoria das suas condições económicas ao longo do ano.

Esta iniciativa vai, aliás, ao encontro de declarações feitas pelo Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia que, no dia 31 de maio, Dia Nacional do Pescador, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Veja lá Sr. Secretário!

**A Oradora:** ... apontou a necessidade de valorizar o pescado dos Açores, nomeadamente ao nível da região, pelo facto de ainda se importar muito pescado, afirmando mesmo que (e passo a citar): “o Governo dos Açores vai promover campanhas de sensibilização para aumentar o consumo do pescado com menos valor comercial”.

Mas o senhor Secretário foi ainda mais longe e no dia seguinte, dia 1 de junho, Dia Mundial da Criança, em articulação com a Direção Regional da Educação, visitou a lota de S. Mateus, na ilha Terceira, acompanhado por alunos da escola do 1.º ciclo daquela freguesia, proporcionando-lhes um dia diferente no âmbito do projeto “A Escola vai à pesca”. Lá, apelou ao consumo de peixe dos Açores, referindo a necessidade de passar a mensagem nas escolas de que o peixe da nossa região é o melhor do mundo e que deve fazer parte de uma alimentação equilibrada. Salientando que (volto a citar) “O Governo dos Açores está a fazer estas campanhas que pretendem incentivar o consumo de peixe nas escolas” e que “as crianças podem desempenhar um papel importante de mensageiros junto dos mais velhos, na sensibilização para o consumo sustentável de pescado”.

Confirma isto Sr. Secretário?

Estas palavras foram vertidas na página do GACS, que supomos ser uma fonte *fid digna* ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Fidedigna não é!

**A Oradora:** e em cuja veracidade podemos confiar. Mas podemos lê-las, também, no Açoriano Oriental de 4 de junho onde o Sr. Secretário Regional do Mar diz que o Governo Regional vai desenvolver uma campanha para aumentar o consumo de peixe dos Açores, com menor valor comercial (nomeadamente veja, tainha, peixe porco e peixe espada) nas cantinas escolares, acrescentando que o Governo estava a preparar esta medida e ia reunir com nutricionistas que acompanham as refeições escolares e com empresas de *catering* e apelou a formas mais criativas de preparar o peixe nas cantinas por forma a cativar os alunos para o seu consumo.

Isso era o que o senhor julgava senhor secretário e nós também! No entanto, e a quando da audição do seu colega do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, sobre esta iniciativa, em sede de comissão, ficou muito claro que tal não iria acontecer.

O senhor Secretario da Educação, apesar de reconhecer a importância de um aumento do consumo de peixe nas escolas, colocou uma série de obstáculos à sua operacionalização, inviabilizando, assim, a iniciativa. Nomeadamente a dificuldade no fornecimento que, quanto a nós se resolveria com fornecedores fixos. Até à logística necessária à confeção dos pratos e que implicaria iniciar os trabalhos nas cantinas mais cedo, o que também poderia ser resolvido, aliás conforme a sugestão de um dos pareceres da escola, com a obrigatoriedade do peixe já amanhado no ato da entrega.

Mas não podemos deixar de apresentar aqui a primeira razão evocada pelo senhor Secretario da Educação. “ Não como em casa”, como sendo um dos argumentos dos alunos para não comerem peixe nas escolas e, em consequência, procurarem outro tipo de alimentos em estabelecimentos próximos.



Senhor secretário, também há ainda, infelizmente, muitos alunos que dizem que não gostam da disciplina de Matemática e nem por isso o senhor os dispensa da sua frequência, (espero com isto não lhe estar a dar nenhuma ideia)!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito bem! Depois desta argumentação!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas, senhor Secretário Regional do Mar, se o Secretário Regional da Educação, lhe passou uma rasteira (como quem diz: não te metas onde não és chamado ou tu mandas no Mar, mas eu é que mando na Escola), o PS, partido que suporta o Governo, puxou-lhe completamente o tapete, votando contra a esta iniciativa, o que diz bem da importância que deu ao seu projeto, que, volto a dizer, em nosso entender, era um bom projeto.

O que nós gostaríamos Sr. Secretária é que nos explicasse o que é que correu mal neste projeto?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não se conhecem!

**A Oradora:** Os senhores não se conhecem? Não falam um com o outro? Não articulam as iniciativas? Ou o senhor Secretário Regional do Mar não tem, ainda, peso político para fazer valer as suas iniciativas?

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**A Oradora:** O que é que o senhor vai dizer sobre isto aos pescadores, depois de lhes ter dado esperanças de um escoamento de peixe mais fácil? E o que é que vai dizer às crianças? Que afinal o peixe dos Açores não é assim tão bom, nem tão importante?! É fundamental que o senhor esclareça esta casa sobre essas questões que ficaram no ar e que os Açorianos também gostavam muito de ver esclarecidas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**A Oradora:** Quanto à iniciativa o PSD/Açores de forma coerente e conforme já manifestou em comissão, vai votar favoravelmente esta iniciativa que visa, em simultâneo, melhorar a qualidade alimentar das refeições escolares, tão importantes para os nossos alunos e apoiar financeiramente os pescadores açorianos.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a gora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a confusão da Deputada Judite Parreira...

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Do Governo! A confusão é do Governo!

**A Oradora:** ... nesta sua interpretação que deu agora na sua intervenção porque de facto nós temos agora consecutivamente em análise duas iniciativas que, na minha opinião, deviam até ter sido discutidas em conjunto porque visam a alimentação escolar no seu global.

Mas é preciso que nós consigamos aqui ser credíveis e ser honestos nas nossas apreciações, não basta pensar que estamos em campanha eleitoral, ainda é um bocadinho cedo para as legislativas regionais e que eu saiba a senhora não integra aquele cartaz dos “100% açorianos”.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** A senhora é que está a falar!

**A Oradora:** De maneira que é preciso ver e distinguir aqui.

*(Apartes inaudíveis do Deputado Joaquim Machado)*

**A Oradora:** O candidato Joaquim Machado à Assembleia Legislativa Nacional pode manifestar-se. Inscreva-se e fale!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Assembleia Legislativa Regional? Que horror! Assembleia da República!

**A Oradora:** Horror, é baratas!

Eu ainda nem comecei a falar e ele já está irritado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

O Projeto de Decreto Legislativo regional que nos traz o PCP tem um nome que tinha tudo para ser um projeto extremamente interessante.

O nome começa por ser um programa de incentivo ao consumo de peixe dos Açores e um programa de incentivo ao consumo de peixe dos Açores, tudo fazia crer que de facto, e como ele entrou depois ou no dia 1 de junho, já depois, eu não vou fazer a resenha histórica porque a Deputada Judite já fez o favor de fazer, do Sr. Secretário da Ciência e do Mar ter ido fazer a visita e ter ido à lota e ter proposto o consumo de peixe ...

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Foi um momento mediático!

**A Oradora:** ... tinha tudo para fazer pensar que de facto nesse Projeto de Decreto Legislativo Regional com esse nome, nós íamos ter efetivamente um programa de incentivo ao consumo de peixe nas nossas escolas. Um programa de incentivo que visava ações de sensibilização, uma pedagogia dos nossos alunos que foi exatamente o objetivo do Sr. Secretário Regional da Ciência do Mar e da Tecnologia. Visar a sensibilização, a importância para os estilos de vida saudável!

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Quando vi entrar no meio esse projeto, pensei que vinha isso, que estava tudo, que era um programa consistente, pensado, articulado para promover o peixe.

Hesitei! Promover o peixe dos Açores, mas por que não promover a carne dos Açores, por que não promover as hortícolas dos Açores, as frutas dos Açores, as nossas leguminosas.

Só por si já pecava por isso, se era para promover o peixe dos Açores, devia promover todo o resto dos Açores.

Mas fiquei muito admirada quando vi que afinal era só cinco artigos, um para publicação, um para entrada em vigor, um para regulamentação, um o âmbito e o outro limitava-se a 0,80€ por aluno, por refeição, para as unidades orgânicas. Não é para os pescadores! Não é para a Federação de Pescas! Não é para a Lotaçor! Não é para a Espada Pescas! É para as unidades orgânicas, para incentivar o consumo de peixe.

Ora bem, fazendo umas contas rápidas, mesmo que só comessem por dia, dava para o nosso sistema educativo uma quantia superior a 30 000 euros; num ano seria quase dois milhões de euros se atendêssemos ao que está vertido no manual das instruções da DRE sobre essa matéria.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é que se chama de matemática!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso são contas rápidas!

**A Oradora:** Portanto, o PCP limitou-se a fazer um derrame de dinheiro, como muito bem as oposições aqui às vezes gostam de dizer, sobre a questão.

Ora bem, quando a Sra. Deputada Judite Parreira vem dizer que eles não se entendem, isso não é verdade!

Onde é que está o desentendimento?

Então se o Sr. Secretário Regional da Ciência do Mar e Tecnologia está a fazer sensibilização, pedagogia para o consumo de peixe e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura reconheceu que de facto é preciso continuar a dar a

sensibilização e a pedagogia, que de facto está vertido nos pareceres que recebemos e naquilo que é ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Isso é uma grande caldeirada!

**A Oradora:** É uma caldeirada quando não se quer perceber, mas é uma bela caldeirada!

... o caderno de encargos da Direção Regional é muito claro.

O caderno de encargos da Direção Regional, para os serviços que estão concessionados, não são nada omissos na questão do pescado, aliás desde a capitação, desde o consumo de pescado, desde o funcionamento do refeitório. Do pescado diz muito bem como é que deve ser.

Portanto, eles falam nas quantidades e ainda falam dos nossos peixes (da abrótea, da pescada da bicuda, da garoupa, falam do afonsinho, da boca negra, co cherne, do peixe espada, da solha) ou seja, o que acontece é desconhecimento das ferramentas que a Direção Regional de Educação, em colaboração com as unidades orgânicas tem vindo a implementar.

Há um desconhecimento profundo, quer por parte das oposições, quer por parte do próprio proponente, neste caso do Sr. Deputado Aníbal porque há algumas coisas que o Sr. Deputado depois se tiver a gentileza de me responder, aliás, é tão simples (para não dizer que é pobre) o seu Projeto de Decreto Legislativo Regional que o Sr. Deputado na apresentação do diploma limitou-se a falar ...

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço um pouco de silêncio, por favor.

**A Oradora:** ... da promoção de estilos de vida saudável, da luta contra a obesidade, como se o consumo de peixe resolvesse isso, Sr. Deputado! Não é 0.80€ por refeição que vão resolver esse problema!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não resolve, mas ajuda!

**A Oradora:** Mais, mostra desconhecimento do Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado desconhece a portaria que é de programa de apoio à competitividade e/ou aqui aquisição dos produtos regionais ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Essa tem carne de burro!

**A Oradora:** Há uma portaria da Vice-Presidência, 33/2013, depois com uma adenda ao anexo que incentiva as empresas de restauração e hotelaria ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Tem mandioca, pururuca  
São produtos regionais?

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer aqui um ponto de ordem.

Os apartes são regimentais, não podem interferir na intervenção dos colegas que estão a falar.

Apelo a todos alguma moderação, por favor, para que a Sra. Deputada possa concluir a sua intervenção.

**A Oradora:** Eu estava a dizer que há uma portaria da Vice-Presidência que incentiva a aquisição de produtos regionais, com o pagamento de 10% dessas faturas e informo que mesmo as empresas concessionárias das nossas cantinas têm o Código de Atividade Económica que lhes permite concorrer a esses programas e terem esse apoio para uma melhor e para uma aquisição de produtos regionais que não se limita ao peixe.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Produtos regionais que são efetivamente o leque de abrangência que nós queremos dar a esta matéria.

O Sr. Deputado sabe que no caderno de encargos a essas empresas não pode estar limitado que os produtos têm que ser dos Açores, porque isso viola as leis da concorrência.

Portanto, não é possível, mas é possível programas de incentivo que valorizam, mas isso, Sr. Deputado, nós já temos, não era necessário o senhor vir propor que as unidades orgânicas tivessem 0,80€ para essa aquisição.

Importa também saber o que é que o Sr. Deputado considera nesta sua atribuição dos 0,80€ por refeição, porquê o peixe (é uma questão que eu deixo) porquê só o peixe, porque há estudos, inclusivamente da organização dos nutricionistas e da DECO que dizem que até há excesso de proteínas, hoje em dia, em algumas das nossas refeições e eu queria saber, além do peixe, o quantitativo anual no orçamento, se o senhor acha que justifica e que seria por isso que os alunos vão passar a adorar o peixe. Ou seja uma coisa é a pedagogia que é feita nas escolas, e que nós podemos ver aqui com muitos pareceres da ordem dos nutricionistas a propósito do tema que vem a seguir mas que aqui verte que a qualidade das refeições nas nossas escolas tem melhorado imenso desde 2009

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ui!

**A Oradora:** Ficava por aqui agora.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

**Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos esta proposta sobre o incentivo ao consumo de peixe dos Açores nas cantinas do sistema educativo regional, meritória.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** De facto garantir uma alimentação saudável em crianças em idade escolar não é só louvável mas é imperativo.

Nos últimos tempos tem havido uma crescente preocupação com hábitos de vida saudáveis em particular no que se refere aos hábitos alimentares.

O pescado é uma opção para a melhoria da qualidade da alimentação nos consumidores, sobretudo das crianças, pois possui alto valor nutricional devido à sua riqueza em alguns elementos como o ferro, o iodo, além de ser uma importante fonte de ómega 3, o qual é fundamental para o desenvolvimento intelectual do sistema nervoso.

A Região Autónoma dos Açores é por excelência e por abundância dos nossos recursos piscícolas uma zona onde o seu consumo deveria ser naturalmente a primeira opção.

No entanto toda e qualquer iniciativa que vise promover o aumento do consumo de pescado, especialmente em crianças em idade escolar, onde nem sempre as referências alimentares são as mais saudáveis, deverá ser acompanhada, para além de uma cuidada campanha de sensibilização e até mesmo de persuasão, da formação do pessoal que trabalhe nas cozinhas escolares para que o peixe passe a ser uma primeira escolha nas refeições dos nossos jovens.

As escolas têm obviamente um papel importante uma vez que é nas escolas que as crianças passam grande parte das suas vidas, no entanto este trabalho deve ser complementar, que primeiramente deve começar nas nossas casas porque os pais são os primeiros e principais educadores das crianças.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** No que se refere ao objeto da proposta em discussão trazida pelo PCP, o CDS-PP tem algumas dúvidas de que se estimule o consumo de pescado nas escolas por via da atribuição de uma comparticipação de 0,80€ por aluno e por refeição, até porque a não ser que os alunos sejam proibidos de ter outra opção que não seja fazer a refeição na cantina da escola, nada garante que o aumento de refeições de pescado nas ementas escolares, resulte efetivamente num maior consumo de peixe por parte dos alunos.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Ora bem!



**A Oradora:** Nesse sentido seria importante que o Sr. Deputado nos esclarecesse de que forma um incentivo monetário às unidades orgânicas, por aluno e por refeição, se irá traduzir num maior consumo de peixe por parte dos alunos, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... pois subentenderia que o principal entrave ao consumo de peixe nas escolas se deveria apenas ao custo do pescado.

Não obstante, Sras. e Srs. Deputados consideramos que todas as iniciativas que promovam o consumo de produtos açorianos de qualidade, neste caso o pescado dos Açores, são obviamente meritórias até porque neste caso contribuem ainda para uma melhor nutrição de crianças e jovens em idade escolar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Isto é que é falar!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à dúvida colocada pela Deputada Ana Espínola da bancada do CDS-PP dizer o seguinte: é evidente que não será só pelo apoio financeiro concedido às escolas e que esta iniciativa propõe que aumentará o consumo de peixe nas refeições escolares, designadamente o peixe dos Açores, o objetivo é exatamente esse. É evidente que não.

Mas eu aproveitava já para ir dizendo mais qualquer coisa à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado da bancada do PS que afinal de contas não percebeu a iniciativa do PCP e não a percebendo tentou minorizá-la reduzindo-a apenas a um dos seus aspetos.

Mais, tentando até confundir a câmara e as açorianas e açorianos que nos estão a ouvir com os cálculos que fez relativamente ao custo que esta iniciativa podia acarretar para o orçamento regional. Não é verdade!

Não é verdade por quê?

Isto não é obrigatório. É para quem quer. A senhora, leia! É para quem quer.

Com esta iniciativa, primeiro: não se pretende obrigar as crianças e os jovens a comer peixe, como foi transmitido, quer pelo Secretário Regional, quer pela bancada do PS.

**Deputado André Bradford (PS):** Então não serve para nada!

**O Orador:** Segundo: a opção é da escola.

Se optar por incluir nas ementas peixe dos Açores, portanto peixe pescado nos Açores, pode ser transformado, mas tem de ser pescado nos Açores e como sabemos começa a haver alguma indústria na Região que faz filetagem e congelamento de peixe, aliás o PS aos costumes disse nada, nada, rigorosamente nada e apenas centrou numa outra questão.

Portanto a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, para além do ataque cerrado que fez, naturalmente à intervenção da Deputada Judite Parreira, que quero saudar, enfim um pouco para desviar a atenção do objeto desta iniciativa, depois minoriza-a e reduz apenas a um dos seus aspetos, quando ele tem dois aspetos e não obriga as escolas, nem ninguém a comer peixe, nem dos Açores, nem de lado nenhum. Apenas cria um acréscimo às escolas que incluam nas suas ementas peixe dos Açores, seja peixe fresco, seja peixe transformado, mas peixe dos Açores.

Mas tem um outro aspeto, até porque esta iniciativa nasceu de uma reunião com uma associação de pescadores, quer dizer, não foi o Deputado Aníbal Pires, enfiado no seu gabinete em Ponta Delgada ou na Horta, que teve aqui uma iluminação pelo Espírito Santo. Não! Isto nasceu da discussão com uma associação de pescadores, aliás na verdade a origem da proposta vem do setor das pescas. Não foi o PCP que agora se lembrou: “Olha, vamos fazer isto!”.

Não, isto decorre do trabalho que regularmente a Representação Parlamentar do PCP faz no contato com os diferentes setores económicos e organizações de

empresários, de trabalhadores, etc., etc., que é uma coisa que eventualmente a Deputada Catarina Moniz Furtado, deveria fazer também.

Agora, Sra. Deputada, porquê só o peixe e não o resto?

Exatamente porque existem incentivos para outros produtos.

De facto este aqui, como é um projeto, que só fala no peixe porque tem uma segunda componente, que é um apoio ao setor da pesca, para escoamento do pescado.

Ao contrário do que disse o Secretário Regional da Educação em sede de Comissão, o problema não é um problema de abastecimento, o problema é que a partir do momento em que começa a haver na Região a transformação de pescado, deixa de haver o problema do abastecimento, porque em determinada altura a oferta é muita e não há escoamento do peixe mas a partir do momento em que se começa a fazer a transformação as coisas mudam de figura, Sr. Secretário e o abastecimento está garantido.

Mas, relativamente ao Sr. Secretário vou aguardar que V. Exa. venha ao debate para depois trocarmos algumas impressões porque efetivamente aquilo que V. Exa. disse em sede de comissão, eu não estive presente, e que depois foi notícia nas páginas dos jornais e se mantiver as afirmações que fez, teremos com certeza muito que conversar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos que atualizar aquela referência da década de 70, que era feita sobre o Partido Comunista, agora o que temos que dizer é que os comunistas querem obrigar os meninos a comer peixe ao pequeno almoço e ao almoço.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** E bem!

**O Orador:** Eu estou obviamente a ironizar em relação à proposta que nos foi aqui apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires que foca de facto um problema que é um problema que nós podemos observar nas nossas ilhas e nas nossas escolas, porque apesar de vivermos em ilhas, a verdade é que muitas das nossas comunidades, posso dar o exemplo da comunidade que conheço melhor, que é a comunidade da Ilha do Corvo, come-se predominantemente carne, come-se pouco peixe.

Há que de facto alterar esses hábitos do ponto de vista alimentar e as escolas aqui têm um papel muito importante, tem que existir uma sensibilização no âmbito da comunidade escolar, nas escolas e estes exemplos, do ponto de vista da formação são importantes, mas é muito importante que tenha uma componente prática, ou seja uma componente prática, no âmbito dos refeitórios escolares.

Esta é uma questão premente.

Como disse eu penso que é fundamental aqui a formação em sensibilização.

O Partido Comunista tem aqui um incentivo prático, cria aqui um mecanismo prático de forma a que exista um incentivo, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista económico, para adquirir o peixe e assim dessa forma incrementar.

Não é por aqui que predominantemente se resolve o problema, o problema resolve-se mais a nível da sensibilização da comunidade escolar e fundamentalmente dos seus responsáveis, mas também considero que esta é uma das medidas possíveis.

Há outra questão que eu penso que é uma questão mais estruturante que tem a ver com o facto de existirem, ou não, orientações e um trabalho realizado neste âmbito por parte das escolas.

A verdade é que nós podemos observar que de facto em relação a este assunto, tal como eu tinha referenciado no debate de uma outra proposta, às escolas

chegam orientações e há um trabalho que está a ser realizado nas escolas dos Açores em relação a esta matéria.

Portanto, não é por falta de informação nem por falta da construção de guiões, até muito bem elaborados, com uma boa sustentação científica no sentido de podermos ter nas nossas escolas uma alimentação saudável, que neste caso inclui obviamente o consumo de peixe.

A questão tem a ver também é com a parte prática, é verificar se isto de facto está a acontecer nas nossas escolas, se estas orientações estão a ser seguidas nas nossas escolas porque é fácil dizer aqui, dar um ou outro exemplo de uma outra escola, um ou outro testemunho, o importante era que se tivesse realizado um levantamento exaustivo em relação à situação real e à situação que neste momento nós estamos a enfrentar, os nossos alunos e a comunidade em geral, enfrentam nos refeitórios escolares.

É por isso que eu pedi através de requerimento cópia dos contratos que estão a ser feitos entre as escolas e os seus fornecedores no sentido de poder verificar se estas orientações fazem parte do processo contratual que é elaborado pelas escolas.

A verdade é que o Governo não respondeu à questão que o PPM levantou. Nós pedimos cópias, cópias desses contratos. Nós queríamos ter a certeza de que estas orientações que aqui estão e que são bem estruturadas e bem preparadas, nós queremos saber se isto está a ser seguido na prática, se está a ser adotado.

A verdade é que esses contratos que o Governo do ponto de vista do pressuposto de que funcionamos numa democracia e que o Governo tem que se deixar fiscalizar, o Governo não nos remeteu essa informação.

Pedi cópia dessa informação e o Governo não nos fez chegar a informação que foi requerida por parte desta Representação Parlamentar e assim é difícil.

Diz aqui na resposta ao requerimento que isso é feito pelas escolas. Ee sei que isso é feito pelas escolas.

A Representação Parlamentar de acordo com o funcionamento do nosso sistema parlamentar pede é ao Governo e o Governo é que tutela as diferentes escolas e tinha obrigação de nos fazer chegar essa informação porque o pressuposto do PPM aqui é um pressuposto construtivo, tivemos oportunidade de dizer. Estas orientações existem, temos é dúvidas e queremos fazer verificação, até pelos testemunhos em contrário que temos tido oportunidade de ser confrontados com essas informações, queremos ver se isto está a ser feito na prática e é fácil, podíamos de facto fiscalizar esses contratos, verificar se estão a ser incluídas essas recomendações.

Aqui, como em muitas outras áreas o Governo não se deixa fiscalizar e dificulta muito o exercício democrático de fiscalização por parte das oposições.

Portanto, é este reparo que eu aqui quero deixar.

Em relação á proposta propriamente dita eu considero que é um dos mecanismos possíveis.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires na sua última intervenção disse que isto era uma questão que as escolas é que decidiam.

Ora, eu gostava que o Sr. Deputado me dissesse em que parte do articulado isto está, porque se permitem, no art.º 1.º diz que: “Pelo presente é instituído o programa de incentivo ao consumo de peixe nos Açores nas cantinas do sistema educativo regional”.

No art.º 2.º “Comparticipação”, a epígrafe, diz no ponto 1: “É atribuída às unidades orgânicas do sistema educativo regional, uma participação num valor mínimo de 0,80€ por aluno, por refeição, destinado à aquisição de peixe capturado e transformado na Região Autónoma dos Açores”.

No seu ponto 2 diz que: “o valor mencionado no número anterior é atualizado anualmente por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação”.

Eu dispenso o art.º 3.º porque é a dotação.

O art.º 4.º, regulamentação.

O art.º 5.º, entrada em vigor.

Eu não consigo perceber onde é que está a questão de serem as escolas a decidir e a questão que o Sr. Deputado disse que eu não tinha percebido o sentido do diploma de que isto era uma questão de opção das próprias unidades orgânicas.

Perante isso eu não consigo perceber.

Depois, há a questão do Sr. Deputado ter dito que eu não tinha percebido que havia um segundo aspeto importante neste diploma, que de facto não está assumido de uma forma direta e que eu percebo que o PCP o faça, que é um incentivo, não foi um apoio ao setor da pesca, foi o termo usado pelo Sr. Deputado.

Oh, Sr. Deputado, a um partido responsável como o PS, como o Partido Socialista, que cabe a governação de uma Região, a importância e o apoio ao setor da pesca não pode ser sobrevalorizada ou não pode criar assimetrias do apoio ao setor da fileira da carne nos Açores, ou ao setor da fileira da hortifruticultura.

Portanto, como tal o que eu lhe digo é que de fato para propiciar a todos a mesma oportunidade de aquisição dos produtos regionais, o que este Governo, o que o Governo do Partido Socialista tem, é a portaria que eu já mencionei e que de facto visa apoios que podem ser feitos e que podem ser candidatáveis e que podem inclusivamente ser âmbito de apoio mesmo às empresas que têm a concessão de uma grande parte dos refeitórios, se bem que é preciso que se diga que ainda há muitas cantinas nas nossas nove ilhas que não têm a sua cantina concessionada e dessas nós recebemos pareceres exatamente a dar nota disso,

uma delas veio exatamente de S. Jorge em que a escola refere que: “a nossa cantina disponibiliza refeições à base de carne e de peixe de origem açoriana, não estivéssemos nós numa ilha onde o peixe a carne são reconhecidos como sendo de qualidade superior”.

Mas dizem a seguir que: “a questão é que há uma grande disparidade na aquisição de senhas quando é servido na emenda peixe, daí a importância de haver uma sensibilização”, para qual eles terminam, que estão disponíveis a colaborar.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É por isso é que é preciso melhorar!

**A Oradora:** A mesma coisa é nos dita no parecer da escola das Capelas, que diz que “tem perfeita consciência que o consumo de peixe, de acordo com o plano de ementas da Direção Regional da Educação, a oferta alimentar é favorável e nutricionalmente equilibrada, pois todas as semanas existe pelo menos, uma a três vezes, peixe à refeição, sendo este alimento um dos maiores fornecedores de ácidos gordos polinsaturados nomeadamente ómega 3 e proteína, é essencial estar presente na oferta alimentar”.

Basta ver, como eu disse há pouco, a própria DRE tem esta preocupação, a própria DRE em todos os documentos que emanam e que estão disponíveis mesmo na internet tem essas orientações relativamente à quantidade de vezes que deve ser servido peixe durante a semana, bem como os legumes, a fruta, como toda a refeição e como se não bastasse nós temos tido, por parte dos nutricionistas envolvidos, que é preciso lembrar que também foram os governos do PS que dotaram os centros de saúde da Região todos com nutricionistas porque foi uma medida que veio ajudar, em muito, a articular e a criar devagar, porque estas coisas são hábitos culturais intensos.

Quantas vezes já não ouviram: “Para ele vai ser uma pizza, porque ele não come peixe! Temos aqui peixe mas as crianças vão comer carne com esparguete ou pizza porque eles não gostam de peixe!”.



**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O Secretário apoia!

**A Oradora:** A família é parte importante. A família também tem que ser sensibilizada, daí a importância das ações que são desenvolvidas.

Se o Governo não trabalhasse articuladamente dentro das suas secretarias, estavam de costas voltadas; quando trabalham articuladamente como foi o caso da Secretaria Regional da Ciência do Mar e da Secretaria Regional da Educação e Cultura, estão a passar rasteiras uns aos outros.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Oh!

**A Oradora:** Aquele Governo é apoiado pelo partido Socialista.

O PSD é que está habituado às rasteiras uns aos outros, aqui não!

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer que a Representação Parlamentar do BE vai obviamente votar favoravelmente este Projeto de Resolução da Representação Parlamentar do PCP e fá-lo por duas razões claríssimas: é que subscreve todos os considerandos que fazem parte deste Projeto de Resolução e subscreve ainda mais a parte resolutiva e a parte das recomendações.

Realçando alguns dos considerandos que exatamente nós privilegiamos desde logo a afirmação de que “o incentivo ao consumo local de peixe dos Açores apresenta enormes vantagens em termos de saúde, valorização da sustentabilidade ambiental da nossa pesca e dinamização dos circuitos económicos locais, contribuindo também para a valorização do preço do pescado em primeira venda”.

Outro argumento ou considerando que também valorizamos: “As cantinas escolares desempenham um papel essencial na formação dos hábitos

alimentares das futuras gerações e assim devem fornecer refeições saudáveis e equilibradas e incentivar o consumo dos produtos locais, nomeadamente o de peixe fresco ou transformado localmente”.

Eu tenho dificuldade em perceber quem é que nesta Casa poderá não concordar com estes dois considerandos.

Tenho ainda mais dificuldade em perceber quem é que poderá não concordar com a parte resolutiva.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não é uma resolução!

**A Oradora:** A parte resolutiva essencial é que “seja atribuída às unidades orgânicas a quantia de 0,80€ por aluno e por refeição, por forma a que a aquisição de peixe capturado e transformado na Região Autónoma dos Açores seja aquele que é utilizado nessas escolas e que este valor seja atualizado anualmente por portaria do membro do Governo da tutela”.

Quem é que pode estar contra isto?

Do ponto de vista do mero bom senso, Sras. e Srs. Deputados, já não estamos a falar de política, mero bem senso.

Agora passo a explicar onde é que eu não encontrei nenhum bom senso.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Oh, Sra. Deputada! Poupe-nos!

**A Oradora:** Aqui tenho que me dirigir diretamente ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Quando nós lemos o relatório e parecer da Comissão de Assuntos Sociais onde praticamente é o Sr. Secretário Regional que fala e depois há a intervenção de duas Deputadas, nomeadamente a Deputada Judite Parreira e a Deputada Catarina Furtado, o Sr. Secretário Regional começa por dizer assim e aliás o próprio relatório realça isso: “Não come em casa, tem espinhas, é mole!”.

Foram estas as primeiras palavras proferidas pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, referindo-se aos alunos, obviamente do nosso sistema educativo regional.

Continua o Sr. Secretário: “Uma das consequências destas atitudes é a troca das cantinas pelos cafés e pelos snack bares mais próximos, fruto da rebeldia própria da faixa etária respeitante e pelo consentimento dos pais para tal.

Sr. Secretário Regional, deixe-me dizer-lhe que esta argumentação vai servir lindamente para a discussão da próxima iniciativa porque aquilo que manda os alunos para os snack bares é a má qualidade de muitas refeições servidas nas escolas.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não é verdade!

**A Oradora:** Mas voltaremos aos snack bares.

“As cantinas constituem os melhores centros de educação alimentar – repare bem Sr. Secretário Regional – para as crianças e jovens, combinando alimentos de forma adequada e saudável e conferindo normas de conduta e posturas corretas (é a tal pedagogia que as cantinas também têm de fazer).

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Uma porcaria autêntica!

**A Oradora:** Por seu lado, o Sr. Secretário a seguir (porque não vou ter tempo para ler as suas afirmações, mas valia a pena Sr. Secretário Regional) ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas seria interessante!

**A Oradora:** ... aqui a seguir atira-se ao peixe e o peixe só tem defeitos, a começar porque tem que ser escamado, o que é uma coisa altamente desagradável.

Depois, a seguir a Deputada Judite Parreira chamou à colação, obviamente, a iniciativa do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, que afinal adora o peixe e acha que ele faz parte da cultura, da alimentação da Região Autónoma dos Açores e que deve ser introduzido nas cantinas.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ele já fugiu!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** A maré já vazou ali no Governo!

**A Oradora:** Obviamente que se isto é articulação entre dois departamentos do governo, o BE não sabe o que é articulação porque eu chamo-lhe até absoluto desconhecimento porque eu não acredito que o Sr. Secretário Regional dissesse o que disse, se soubesse daquela iniciativa ou vice-versa.

Os senhores não se estão a entender, estão a desentender-se.

Depois, isto também é importante: “o Sr. Secretário Regional da Educação esclareceu não ter dito que era contra a iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista, pelo contrário, registou a importância do peixe na dieta alimentar e do seu consumo nas cantinas escolares”.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Essa é para uma interpelação!

**A Oradora:** Está aqui no relatório e parecer.

Sr. Secretário, quando se chega ao fim e não há mais nada e se vê PS, vota contra, há alguma estupefação, pelo menos confesso que da minha houve, porque o Sr. Secretário Regional nem disse que não, disse que até concordava (só não gosta é de peixe) mas até concordava.

*(Risos)*

**Deputado Luís Maurício (PSD):** É mole e tem espinhas!

**A Oradora:** Portanto, o PS decidiu votar não, vá-se lá saber porquê.

Para concluir, Sr. Secretário Regional, várias coisas deste parecer e portanto das suas declarações a que aliás agora se juntaram outras declarações, nomeadamente da Sra. Deputada Catarina Furtado, eu vou dizer-lhe com toda a frontalidade, as conclusões que o BE tira:

A primeira, é que o Sr. Secretário Regional da Educação Cultura não gosta de peixe e é tão nítido neste relatório que é absolutamente inegável.

Depois, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, precisa de ler um livrinho muito elementar de pedagogia infantil, que eu por acaso dei à minha

filha quando fui avó pela primeira vez, que se chama “Como dizer não a uma criança”, é porque dizer não é tão pedagógico quanto dizer sim, depende do momento.

Se é mole, tem espinhas, tem escamas, não como, ok! Então vai para o snack bar do lado!

Se isto é pedagogia, Sr. Secretário está a precisar de fazer uma formação e uma reciclagem, requalificação em pedagogia.

Depois, diz a Sra. Deputada Catarina Furtado, que para promover o peixe dos Açores, é preciso promover os produtos todos, Desculpe, mas então o que é que isto quer dizer?

Então eu para promover o peixe dos Açores, tenho que promover o quê mais? Não estou a perceber.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Mas tem?

**Deputado André Bradford (PS):** O resto não se promove! É só peixe !

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas já tem uma portaria!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

**A Oradora:** Vamos pôr algum bom senso nisto.

Eu para promover um produto, estou a promover aquele produto, a seguir vou promover uma quantidade de outros, agora o que não tenho é que promover todos ao mesmo tempo. Isto não é propriamente tudo ao monte e fé em Deus.

**Deputado André Rodrigues (PS):** É mais ou menos!

**A Oradora:** Isto não faz sentido nenhum.

Mais, pergunta a Sra. Deputada Catarina Furtado: “Escandaloso, 0,80€ por aluno, por refeição, para as escolas, para as unidades orgânicas”. Escandaloso? E então as federações? Então a Federação das Pescas? Então os pescadores? Então e os comerciantes?

Sras. e Srs. Deputado, então para onde é que vão esses 0,80€? Vão para o caixote do lixo ou vão exatamente para os pescadores que vendem o peixe, para a federação, para as associações e para os comerciantes.

Quer dizer, isto não tem outra vez sentido nenhum.

Depois, outra conclusão: a pedagogia, Sr. Secretário da Educação e Cultura, com este parecer que aqui está, é uma “batata”, como o povo costuma dizer. A pedagogia é uma “batata” no que diz respeito a fazê-la para que os nossos jovens e as nossas crianças consumam peixe, como uma parte fundamental da sua dieta alimentar e que consumam peixe dos Açores para que aquilo que é nosso e que é bom, ainda por cima, seja vendido aqui e o dinheiro da venda fique aqui, já agora.

Depois, continuar ainda, no fim o Sr. Secretário Regional acaba por dizer “nim”, já o disse e volto a repetir. Não disse não, nem sim, disse “nim”. Quem disse não, em absoluto, foi o PS e eu continuo sem perceber porquê até agora.

Depois, Sr. Secretário Regional: o peixe é mole, tem espinhas, os alunos não comem em casa, para além disso o peixe tem vísceras, tem escamas, obriga os trabalhos de cozinha a começar às cinco da manhã e só os alunos da Calheta de S. Jorge é que gostam de peixe porque os outros detestam peixe.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Onde é que a senhora foi buscar isso?

**A Oradora:** Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, não lhe parece que esta é a tal boa razão para implementar o Projeto de Decreto Legislativo Regional da Representação Parlamentar do BE, é porque só uma escola na nossa Região, onde os nossos alunos gostam de peixe que é a Calheta de S. Jorge.

Portanto, a dieta alimentar está toda errada, a pedagogia feita nas escolas está toda errada e o sinal que o PS está a dar às crianças, aos jovens e já agora aos pescadores da nossa Região é que afinal aquele produto que nós queremos

valorizar para o vender lá fora a bom preço porque merece, dentro dos Açores não tem valor nenhum. É como diz o povo “em casa de ferreiro, espeto de pau!”.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já chega, Sra. Deputada!

**Deputado André Bradford (PS):** Confesso que não percebi nada!

**A Oradora:** Obrigada, Sra. Deputada.

O BE esgotou o seu tempo e a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, eu acho que é muito importante que a Sra. Deputada esclareça que quando a Sra. Deputada cita as afirmações do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, do relatório eu quero crer que foi por lapso...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não foi!

**A Oradora:** ... mas quando cita que quanto à iniciativa o SREC não ter dito que era contra a mesma, ele está a referir-se à iniciativa que a Sra. Deputada Judite Parreira lhe perguntou.

Tem que vir ao parágrafo atrás e ver que questionou, comentários à parte, “a Deputada confrontou as afirmações do SREC com uma notícia publicada no Açoriano Oriental, em que a Secretaria do Mar, Ciência e Tecnologia vai desenvolver uma campanha para aumentar o consumo de peixe dos Açores com menor valor comercial nas cantinas dos Açores.

Assim questionou (e está em parágrafo, que é para dizer que não está em parágrafo, não está ligado) assim a Secretaria Regional da Educação e Cultura questionou se esta ação se vai atender”.

Na resposta à Deputada Judite Parreira o Sr. Secretário diz que, regista a opinião da Sra. Deputada, faz um parágrafo sobre isso, deficitário que dará o devido conhecimento aos responsáveis pelo setor e depois diz: “Quanto à

iniciativa da Secretaria Regional da Ciência e do Mar, não é contra a mesma”.

Não é! É preciso ler o relatório.

Eu peço desculpa, mas se a leitura dos membros da Comissão foi toda essa e ninguém referiu, então estamos perante muita má fé.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares, julgo que é para uma interpelação.

Tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há uma maneira extremamente simples para lá de ler tudo, incluindo aquilo que a Sra. Deputada não leu, há uma maneira muito simples de esclarecer.

O Sr. Secretário Regional da Ciência e Cultura está ali e ainda não falou sobre o assunto.

**Deputado André Bradford (PS):** Calma!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ainda não se entenderam!

**A Oradora:** Ele melhor do que ninguém poderá dizer o que é que queria significar quando falou em iniciativa, mas eu vou ler tudo.

“Assim, a Sra. Deputada Judite Parreira questionou a Secretaria Regional da Educação e Cultura, se ...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** “Se”! É importante!

**A Oradora:** Oh. Sra. Deputada reconheça que eu ainda sei ler e quando eu precisar da sua ajuda não tenho nenhum problema em lhe pedir.

**Presidente:** Sras. Deputadas ...

**A Oradora:** ... não sei se a senhora terá algum problema em me dá-lo, agora eu pedirei.

**Presidente:** Sras. Deputadas, vamos ter um pouco de calma.

**A Oradora:** Vou retomar a leitura.



**Presidente:** Apesar de que o relatório é público e todos o tiveram, mas Sra. Deputada faça favor.

**A Oradora:** Não. Não. É importante, foi lido, eu vou reler.

*(Apartes inaudíveis)*

**A Oradora:** Eu vou ler se for possível, Sra. Presidente. Não está a ser fácil.

**Presidente:** Faça favor, Sra. Deputada.

Está no uso da palavra.

**A Oradora:** “Assim questionou se a Secretaria Regional da Educação e Cultura também vai integrar esta ação, a ação do Sr. Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia.

Se por um lado existem épocas do ano em que a exportação de peixe é deficitária para a procura, existem outras em que não existe escoamento para todo o pescado capturado nos Açores.

A opção por fornecedores fixos poderá ser uma forma de ultrapassar alguns problemas.

Em suma, a Deputada Judite Parreira considerou que a iniciativa, permite duas vantagens: aumentar o consumo de peixe dos Açores pelas crianças açorianas e garantir que determinadas espécies de peixes tenham escoamento.

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura disse registar a opinião da Deputada, em como os pratos servidos nas cantinas têm uma apresentação deficitária e que dará o devido conhecimento aos responsáveis por este setor, comentando no entanto que visitou todas as unidades orgânicas da Região, onde almoçou em várias e não notou falta de apresentação ou queixas de maior importância”.

Outro parágrafo.

**Presidente:** Sra. Deputada, não vai ler o relatório todo!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Vá sem ser anunciado!

**A Oradora:** Oh Sra. Presidente, agora é que chega...

**Presidente:** Vamos esclarecer.

Não vamos ler o relatório todo porque todos o têm.

**A Oradora:** Vou ler a parte que a Sra. Deputada Catarina Furtado leu, com as partes que ela não leu, Sra. Presidente. É só isso, se não a interpelação não faz sentido e vou concluir.

**Presidente:** Sra. Deputada, mas o que está em causa é o parágrafo em que há uma interpretação diferente.

**A Oradora:** Não! Não!

Sra. Presidente, a Sra. Presidente sabe tão bem como eu que em termos de interpretação do português é preciso conhecer o contexto porque o português é muito traiçoeiro...

**Presidente:** Sra. Deputada, mas não cabe a nós neste Parlamento fazer esse tipo de interpretação.

**A Oradora:** ... e sem o contexto não se percebe.

Portanto eu vou resumir.

**Presidente:** Agradeço que resuma.

**A Oradora:** Passou um parágrafo e no primeiro parágrafo a Sra. Deputada Judite Parreira referiu-se à iniciativa que é a iniciativa do Partido Comunista.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Do PCP!

**A Oradora:** Passou outro parágrafo em que o Sr. Secretário Regional não se refere a iniciativa nenhuma, refere-se ao que disse a Sra. Deputada.

Depois vem o último parágrafo que começa assim: “Quanto à iniciativa o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura esclareceu não ter dito que era contra a mesma”.

Qual iniciativa?

A Sra. Deputada Judite Parreira não teve nenhuma iniciativa, teve uma intervenção.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Era a do PCP?

**A Oradora:** Portanto, a iniciativa que está em causa, a menos que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura me diga que isto é uma interpretação completamente errada e eu aceito, ...

**Presidente:** Sra. Deputada ...

**A Oradora:** ... mas aquilo que aqui está escrito, Sr. Secretário, é tal e qual aquilo que eu estou a dizer.

**Presidente:** Sra. Deputada Zuraida Soares.

Terminou a sua interpelação, naturalmente que já o uso da figura da interpelação também necessita de uma melhor interpretação e claramente terá que ser feita sob pena de ...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Fui interpelada!

**Presidente:** Estou a falar para todos, estou a falar para a câmara.

Fica registado que há esta diferença de opinião ou de interpretação do que está escrito no relatório.

Vamos continuar o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez se comprova que o PS convive mal com a diferença de opinião, aliás temos aqui dois factos que indiciam claramente isso.

Um deles é a interpretação espúria e errada que a Deputada Catarina Furtado fez quando leu o artigo.

Oh, Sra. Deputada vá ler outra vez e veja lá se há uma obrigatoriedade para que as escolas incluam.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não diz que não é obrigatório!

**O Orador:** Não há.

Portanto, Sra. Deputada, não venha com esses truquezinhos porque isso não serve, aliás o mesmo truque que utilizou relativamente à intervenção da Deputada Zuraída Soares, que o relatório é claríssimo...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** ... só se fala na iniciativa, o Secretário Regional refere-se à iniciativa e não à intervenção da Deputada Judite Parreira.

Portanto, o PS à falta de melhor argumento, faz aquilo que na gíria se diz “deita areia para os olhos”.

Sra. Deputada, pelo amor de Deus!

Isso só tem um significado: Vs. Exas. convivem mal com a diferença de opinião.

**Deputado André Bradford (PS):** Na festa do Avante!

**O Orador:** Aliás relativamente a esta questão o PS, esta e outras, mas é esta que estamos agora aqui a discutir, a argumentação do PS é de facto de um nível muito baixo, quase ao nível da JS.

**Deputado Berto Messias (PS):** Ao que chegámos!

**O Orador:** Quase ao nível da JS, um bocadinho mais acima, mas quase ao nível da JS, porque esta argumentação, a argumentação utilizada não tem aqui nada, nada, nada que possa contrariar a importância desta iniciativa, desde logo pela promoção do consumo de peixe dos Açores e não é de outro e depois pelo que representa para o setor das pescas. Não!

Aquilo que tem sido a argumentação do PS através da voz da Deputada Catarina Moniz Furtado, apenas se tem limitado à menorização da iniciativa e sobretudo espalhar a confusão com interpretações espúrias, quer do articulado, quer do relatório da Comissão. Lamentável! Lamentável!

Muito obrigado Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

(\*) **Deputado Nuno Meneses** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dada a nossa condição de ilhéus, para nós o contacto com o mar, com a sua riqueza, com a pesca e com o consumo de peixe é algo natural.

Ainda me lembro de se comprar o peixe pescado nos Açores à porta de casa, transportado em cestos de vimes, tapados com folhas de “quiquilo” que terão outro nome científico com certeza, ...

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Agora temos uma visão histórica da evolução do pescado açoriano!

**O Orador:** ... mas era esse o termo utilizado na Terceira, sem se cumprir qualquer norma de HCCP, mas onde a garantia de que o pescado era dos Açores nem sequer era posta em causa.

Outros tempos portanto.

Hoje não é possível, por diversas razões. Porque o peixe passa pela lota, porque vivemos num espaço europeu onde há livre circulação de bens e mercadorias, porque existem grandes superfícies comerciais que se instalaram, porque há menos tempo para se preparar o peixe fresco e se recorre a produtos processados, enfim, é a realidade.

Na escola não é diferente. A globalização afeta-nos a todos enquanto pessoas individuais, como afeta também as instituições; e a escola não é exceção, com todos os benefícios e prejuízos que isso tem.

Se à escola cabe educar, também não é menos verdade que se adapta àquela que é a realidade dos novos tempos. Enfim, mas essa seria uma discussão, e dado o diploma em apreço, do género “pescadinha de rabo na boca” que não será pertinente aprofundar dado o tema aqui em análise.

Mas centrando-nos no consumo de peixe nas escolas:

Naturalmente que seria importante termos um consumo de peixe mais regular, e se o peixe consumido for açoriano melhor, teríamos a situação ideal.

Precisa sim é de se perceber a exequibilidade ou não dessa proposta em toda a sua dimensão considerando-se e analisando-se as dificuldades logísticas e também financeiras decorrentes da proposta em análise.

Se atentarmos aos pareceres das escolas que nos chegaram, verifica-se que a opinião é quase unânime.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** Realmente reconhecem a mais-valia da aplicação de uma medida como esta para bem dos estudantes e com um eventual benefício para o setor.

Mas logo de seguida são levantadas um conjunto de questões que se prendem essencialmente com a exequibilidade da medida em apreço.

São duas as questões que são essencialmente levantadas.

1ª Questão:

O facto das refeições para as crianças e jovens servidas nos refeitórios escolares, terão de ter efetivamente outros cuidados que seriam menos importante se os destinatários não fossem crianças e jovens a frequentar as escolas da região.

Estas questões são levantadas pelas escolas que responderam e emitiram parecer sobre a iniciativa do PCP.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** Posso pegar num desses pareceres, por exemplo o parecer que foi emitido pela EBI de Angra, que seguinte:

O facto de termos peixe fresco e não congelado e ainda ser peixe regional era realmente uma realidade ideal (portanto, concorda naturalmente com esse pressuposto) mas parece-nos no entanto que existem alguns problemas que são de difícil resolução:

Primeiro, o fornecedor tem que nos garantir as quantidades necessárias para a

realização das refeições e no caso, por exemplo da EBI de Angra, só aí teríamos 600 refeições diárias, isso para não falar, só para o caso da ilha Terceira, no todo da ilha, aquelas que não seriam?

Segundo: a entidade prestadora de serviço tem que garantir que todo o peixe que é servido para escolas está livre de quaisquer espinhas, peles, escamas, para poder de forma eficaz o que não é praticável, ou seja, parece-me que não é apenas o Sr. Secretário Regional a referir-se a estes constrangimentos, são as próprias escolas que têm esta preocupação também.

Terceiro: o transporte deste peixe teria que garantir as medidas de conservação dos alimentos.

Isto não impede que não haja escolas que já façam isso, que já utilizem o pescado regional que já é processado quando a dimensão permite que isso aconteça e foi o exemplo dado pela Deputada Catarina Moniz Furtado, que referiu exatamente o exemplo da Escola Profissional da Velas, onde isso já é feito e com bastante sucesso.

Se nalgumas escolas é viável servir peixe açoriano já filetado porque há capacidade para isso do ponto de vista do fornecimento, porque eventualmente o número de refeições será menor, noutros casos isso não será possível.

No projeto de DLR o que se propõe é uma única medida igual para realidades diferentes o que não me parece que seja solução.

Portanto o que já é feito no manual orientador dos refeitórios elaborado pela direção regional da educação que aponta o consumo de pescado dos Açores como recomendação é uma solução viável; se se passar para uma imposição corre-se o risco de em vários momentos não se cumprir com essa imposição por não haver garantia de fornecimento para grandes quantidades de aquisição de pescado.

Segunda questão, que também já foi referida, que há várias escolas que referem que no dia em que se serve o peixe o número de refeições desce.

2ª Questão que também já foi referida, que há várias escolas que referem que no dia em que se serve peixe o número de refeições desce.

Esta é uma evidência, quer queiramos quer não.

Portanto, o caminho deve passar também pela sensibilização de pais e alunos para uma alimentação saudável onde o consumo de peixe deve figurar, e isso terá de passar necessariamente pela dinamização dessas ações no âmbito da Saúde Escolar onde está já a sua implementação em curso.

Da parte do Governo Regional muito tem sido feito para garantir a qualidade nas refeições escolares, como já foi dito, não é por se dar mais 80 cêntimos por aluno por refeição, que representaria no limite um encargo de 5,5 milhões de euros, e se consideramos os 42 000 alunos, os 165 dias de aulas, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Como se todos os dias comessem peixe, em todos os dias de aulas! Só com pauzinhos!

**O Orador:** ... portanto no limite teríamos um incremento de 5,5 milhões de euros anuais e não é por aí que se vai melhorar ou mesmo incentivar o consumo de peixe.

Avançar para uma medida deste género seria apostar numa medida experimental com um impacto brutal no orçamento da Região, sem garantia de efetivamente se conseguir estimular o consumo de peixe dos Açores.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não vivemos tempos em que se possa arriscar esbanjar dinheiro dos contribuintes, quando a única garantia que teríamos era a de que as empresas concessionárias quando fosse o caso seriam comparticipadas desses montantes, aliás isso é referido em muitos dos pareceres que são enviados pelas várias escolas. Não é os 0,80€ que são previstos no Projeto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PCP que poderá efetivamente resolver isso.



Para além disso, a recomendação no sentido de se privilegiar os produtos como a carne, legumes, e mesmo o peixe fazem já parte dos cadernos de encargos, como aqui já foi dito, ...

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Ora bem!

**O Orador:** ... quando à lugar à concessão do serviço de refeições, para não falar de que seria, naturalmente, temos que concordar com isto, discriminatório apoiar-se financeiramente o consumo de peixe e não o de carne e de legumes, fruta e outros. Por outro lado e como já referi o manual orientador dos refeitórios recomenda a utilização de pescado regional.

Portanto, o que nós temos é uma recomendação da utilização do uso do pescado regional no manual orientador dos refeitórios, não temos uma imposição que era aquilo que seria feito.

Sr. Deputado Aníbal Pires, efetivamente o que está escrito no Projeto de Decreto legislativo Regional, é que se passe a apoiar as escolas nesse montante. Não é uma opção.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quando quiserem utilizar! Não venha com brincadeiras!

**O Orador:** Nas cantinas da Região a nossa convicção é a de que se servem boas refeições, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não venha com brincadeiras!

**Presidente:** Sr. Deputado ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Oh, Sra. Presidente!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** São os argumentos da JS!

**O Orador:** ... sendo contudo necessário continuar a trabalhar para que sejam ainda melhores, porque podem melhorar e têm margem para isso, porque existem no terreno técnicos com formação e capazes de conduzir esse processo de evolução.

Assim não concordamos com a necessidade de se compartilhar financeiramente o consumo de pescado dos Açores, porque já existem recomendações nesse sentido ...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Intenções!

**O Orador:** ... e inclusive já existem cantinas escolares que optam por essa solução, não sendo a comparticipação financeira por si só garantia nenhuma.

A jeito de brincadeira até tenho que confessar que apreciei a primeira parte da intervenção da Sra. Deputada Judite Parreira, na realidade acabou por fazer um elenar de todas aquelas que foram as ações do Governo Regional, no sentido da promoção do consumo de pescado nos Açores.

Portanto, é a prova provada que há trabalho feito da parte do Governo Regional dos Açores, no sentido da promoção e do incentivo ao consumo de pescado a nível regional.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso era uma boa intenção!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Provou que não sabe ler ou já tem maldade!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para uma interpelação?

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para pedir um esclarecimento sobre o Regimento.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Nós levamos quase uma hora e trinta minutos de discussão, ainda não ouvimos nenhum membro do Governo intervir neste debate e a pergunta que eu queria fazer a V. Exa. Sra. Presidente, é se esta figura regimental impede o Governo Regional de falar.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Calma!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): O debate ainda não acabou!

**Presidente**: Sr. Deputado, por favor dirija-se à Mesa e termine a sua interpelação.

**O Orador**: Eu gostaria que a Sra. Presidente me esclarecesse e esclarecesse a câmara, uma vez que vamos com uma hora e meia de debate e ainda não ouvimos nem a Secretária Regional da Presidência, nem o Secretário Regional da Educação ...

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Estão engasgados com uma espinha!

**O Orador**: ... nem o Secretário Regional do Mar que, no fundo, também acabou por ... ainda não ouvimos.

Eu pergunto se o Governo nesta figura regimental está impedido de vir a debate e de se pronunciar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Percebo que isto está a correr mal ao Deputado Aníbal Pires!

**Presidente**: Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor conhece o Regimento tão bem como eu, suponho, sabe que nos Projetos de Decreto Legislativo Regional e nas Propostas, o debate está aberto a todas as bancadas e ao Governo, que se inscrevem à medida que o debate vai acontecendo.

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Então o Governo pode falar!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): O Sr. Secretário tem uma espinha entalada na garganta!

**Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão agora levantada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires é da maior importância até tendo em conta as afirmações antiparlamentares que foram aqui já pronunciadas pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Ou seja, ao fim de uma hora e meia, depois de ter sido citado, depois de lhe terem sido feitas várias perguntas, não é aceitável e significa um desrespeito absoluto por esta câmara, não responder às questões que estão a ser levantadas.

Neste caso concreto até temos um contexto em que por diversas vezes o Sr. Secretário, em declarações que proferiu, não demonstrou o respeito que tem que ter pelas oposições e pelos Deputados desta Casa.

Não é uma escolha do Governo! É um dever responder às questões e ao posicionamento que é apresentado pelos diversos Grupos Parlamentares. É um dever! É um dever responder às questões!

**Deputado Berto Messias (PS):** Mas o debate já acabou?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É um dever e uma obrigação!

**O Orador:** É um dever participar no debate! É um dever responder às dúvidas que aqui são apresentadas de forma legítima para os Deputados!

Pode não fazê-lo? É claro que pode não fazê-lo, mas isso tem um significado político profundo, isso significa um desprezo profundo por esta câmara e pelas opiniões das oposições.

**Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** É uma interpelação ou uma intervenção?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado,

Não foi uma interpelação, foi uma intervenção e participação no debate.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Jamais declarações minhas, neste caso vertidas num relatório, foram sujeitas a uma exegese tão longa, tão grande, nem sequer nos inúmeros números académicos por que passei ao longo da minha vida.

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): Calha a todos!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): É normal!

**O Orador:** Por isso e para que as coisas se esclareçam, julgo interessante recordar, talvez melhor, algumas das declarações que foram prestadas no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais ...

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): A metodologia é um bocadinho diferente!

**O Orador:** ... algumas das quais estão efetivamente vertidas no relatório, outras poderão eventualmente não estar.

Realmente comecei por dizer na Comissão de Assuntos Sociais o seguinte: não como em casa! Gosto mais de carne! Tem espinhas! É mole! Etc., etc., etc., ...

**Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Não gosto mais de carne não está no relatório!

**O Orador:** São estes alguns dos desabafos dos nossos estudantes que originam o desperdício de muitas refeições de peixe, já que efetivamente em altura de refeições de peixe, os estudantes têm muitas vezes a tendência para trocar as cantinas por todos os snack bares das proximidades das escolas, fruto como eu disse, de uma rebeldia própria, possivelmente fruto também de um consentimento dos pais, com certeza.

Por isso, houve aqui uma Deputada, creio que foi a Deputada Ana Espínola, que efetivamente pôs o dedo na ferida. A escola tem de educar em termos alimentares mas não chega, é preciso que haja uma retaguarda em casa. Tentaremos lá chegar, mas não é fácil como compreendem.

As cantinas escolares são entretanto os melhores centros de educação alimentar das gerações mais novas porque combinam e combinam na justa medida os vários alimentos consoante as normas propostas pelos serviços de saúde.

Quanto ao consumo de peixe ele faz necessariamente parte de uma dieta equilibrada e saudável, considerando os seus excelentes valores nutricionais.

De resto, numa Região produtora de peixe, também numa Região em que a maioria das crianças apresenta baixos índices de iodúrias, sendo o peixe um excelente fornecedor de iodo, muitos serão os benefícios resultantes do maior consumo de pescado.

É por isso que o manual orientador dos refeitórios escolares e também todos os cadernos de encargos de adjudicação de serviços de refeições em escolas, contemplam a obrigatoriedade de um prato de carne e de um prato de peixe, em dias alternados, um estímulo concreto ao consumo de peixe e nomeadamente de peixe dos Açores, como vem inscrito no manual orientador dos refeitórios escolares.

É igualmente o reconhecimento da relevância alimentar do peixe que justifica o incentivo do seu consumo, incerto no plano regional de saúde, na área de intervenção, na promoção da saúde em contexto escolar.

É ainda o reconhecimento da relevância alimentar do peixe que recentemente motivou a colaboração entre as Secretarias Regionais da Educação e Cultura e do mar, Ciência e Tecnologia, tendente à implementação de uma política de sensibilização dos estudantes para o consumo de pescado, traduzida na realização de visitas a lotas, para familiarização com a logística da compra e da venda de peixe, traduzida na realização de visitas a escolas, em campanhas de valorização do consumo do pescado dos Açores e também traduzidas na distribuição de recursos técnico-pedagógicos sobre a importância alimentar do peixe, por exemplo, calendários escolares, blocos de notas, flyers, etc., etc.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É importante! É mais papel!

**O Orador:** Para além de todos os benefícios para a saúde da comunidade escolar, o acréscimo do consumo de peixe capturado nos mares dos Açores, traria ainda vantagens para a economia das nossas ilhas.

Porém se não são muitas, são algumas e são de monta as contrariedades que embaraçam, no imediato o acréscimo da disponibilização de mais peixe açoriano nas cantinas das escolas.

Antes de mais a descoberta de fornecedores regionais de pescado capazes de responder com regularidade ao aumento do consumo.

Não é uma observação minha, é uma observação que vem enunciada nos pareceres remetidos à CAS por diversas escolas.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Ora aí está um problema para o Sr. Secretário resolver! É para isso que temos uma secretaria direcionada para as pescas!

**O Orador:** Pior do que isto o fornecimento de peixe, com escamas, com espinhas e com vísceras exige mais manipuladores de alimentos, levantando dificuldades de gestão às escolas e às empresas, considerando o elevado número de refeições servidas, por vezes acima das mil, que nalguns casos já obrigam hoje ao início dos trabalhos cerca das cinco horas da manhã.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso já dá um requerimento! Quais são as escolas que abrem às cinco da manhã?

**O Orador:** Quer isto dizer que o desejável acréscimo do consumo de peixe dos Açores nas escolas dos Açores, exige a montante uma melhoria dos sistemas de transformação e de armazenamento para que possa com regularidade ser fornecido em grandes quantidades, utilizando eventualmente o método da congelação após a transformação.

Felizmente, nos Açores, em algumas ilhas dos Açores há experiências positivas em certas escolas, por exemplo em S. Jorge, onde se tem procedido à aquisição de peixe em filete, fornecido após entendimento com associações de pescadores locais, que poderão muito bem estender-se a outras ilhas.

De resto, e para terminar, diria o seguinte: o acréscimo em 0,80€ do preço das refeições escolares é de todo incompatível, ou melhor é de todo inoportável ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Oh, Sr. Secretário!

**O Orador:** ... quando é sabido que os alunos mais beneficiados pela ação social pagam 0,43€ por refeição, quando é bem sabido que os alunos que não dão beneficiários da ação social pagam 2,14€ por refeição.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E as minhas pagam 2,87!

**O Orador:** Este acréscimo do preço das refeições é simplesmente brutal, brutal para os estudantes se vier a recair sobre eles o agravamento, brutal para os contribuintes recentemente aliviados precisamente nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores, de uma carga fiscal exagerada.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Em suma, louvável a iniciativa se a sua aplicação não estivesse efetivamente em curso. Todavia alguns dos procedimentos apontados não são de todo exequíveis.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Afinal já está a ser feito! Isto tem um nome mas não posso dizer aqui.

**Deputado André Bradford (PS):** Diga, diga!

**O Orador:** O Governo tem a preocupação de responder e responder atempadamente às perguntas que lhe são feitas pela oposição.

Acredito que algumas respostas possam não satisfazer por completo os Deputados da oposição, o caminho que vejo é só um, insistir na pergunta para obtenção de mais informação.

Relativamente àquilo que aqui se referiu aos contratos celebrados para o fornecimento de pescado são efetivamente celebrados entre as escolas e os fornecedores.

As escolas beneficiam de um regime de autonomia próprio.



As escolas podem ser elas próprias também inquiridas se da parte das escolas houver portanto alguma barreira ou fornecimento da informação, obviamente que a tutela estará aqui para exercer aquilo que lhe compete.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(\*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser breve mas não posso deixar de fazer uma referência àquilo que foi dito pelo PS e de esclarecer que muito embora eu não esteja nesses cartazes que por aí andam, conforme foi dito eu sou 100% açoriana e é como tal que eu defendo o mais possível e intransigentemente tudo o que diz respeito aos açorianos e aos produtos dos Açores.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**A Oradora:** Quanto aos argumentos utilizados pelo PS para não aprovar esta iniciativa eu confesso que perante o valor deles, eu não tenho mesmo mais argumentos.

Quando se utilizam argumentos como: “Se não fornecemos a carne dos Açores, também não fornecemos o peixe!”, então está tudo dito, estamos conversados e não temos mais nada para dizer.

Se o argumento é esse estamos entendidos.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Relativamente ao valor que foi aqui apontado, quer pelo PS, quer pelo Sr. Secretário da Educação, deixem-me dizer-lhes que isso foram contas feitas, não sei por quem, não ponho em causa o valor de quem as fez, mas são contas absolutamente ridículas porque esse valor só se verificaria se todos os alunos, de todas as escolas, todos os dias comessem peixe, o que não é verdade.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não é isso! É um terço dos dias!

**A Oradora:** Agora, Sr. Secretário Regional do Mar, eu coloquei-lhe algumas questões, não sei o senhor tem autorização para falar, mas uma vez que o Sr. Presidente já chegou, ...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Mas o mais importante não esclarece

**A Oradora:** ... gostaria que o senhor respondesse às questões que lhe foram colocadas, se for possível, se isso for possível e não causar incómodos ao Governo.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Relativamente ao Sr. Secretário Regional da Educação, deixe-me dizer-lhe uma pequena coisa: o júri mais exigente (o senhor afalou aqui que nunca tinha estado perante um júri tão exigente como este), na verdade o júri mais exigente é o povo e nós estamos aqui dentro a representar o povo que nos elegeu, por isso é que somos tão exigentes.

**Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

Exatamente!

**A Oradora:** Sr. Secretário, deixe-me apenas colocar-lhe uma questão.

O senhor falou aqui também do preço que teríamos que pagar para colocar peixe em todas as escolas e referiu as escolas tinham dado pareceres negativos a esta iniciativa.

É preciso esclarecer a câmara e sermos sérios de que foram apenas sete as escolas que se pronunciaram sobre esta iniciativa, três das quais escolas profissionais, as outras quatro, escolas básicas integradas.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Veja lá a importância que as outras dão!

**A Oradora:** Portanto, isto não corresponde à totalidade das escolas dos Açores. Mas deixe-me apenas fazer uma pergunta: então o senhor entende que o dinheiro dos açorianos deve ser preferencialmente gasto, adquirindo produtos vindos do continente, ao invés de produtos da Região, se foi isto que eu entendi.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Ah, a senhora não esclarece o parágrafo do relatório!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não vou fazer questão em relação a esta matéria, mas penso que aqui o que se passa é que o Sr. Secretário da Educação e Cultura está mal informado.

A questão é a seguinte: nós, oposição solicitamos informações no âmbito da administração regional, neste caso às escolas.

É sua competência, é competência da tutela e do Governo responder.

Eu não posso dirigir-me a cada uma das escolas. Esse não é o procedimento correto.

O procedimento correto é que a tutela recolha essa informação e envie para os diferentes Grupos e Representações Parlamentares.

Portanto, quando eu pedi, e veja bem, a este Governo que me desse a cópia dos encargos elaborados pelas diferentes unidades orgânicas, eu até estava numa posição em que o que eu disse foi que estas orientações existiam por parte da Secretaria Regional da Educação.

Estas orientações existiam. Testemunhei aqui que existiam.

Agora, também achei que era preciso verificar se estavam ou não a ser concretizadas. Essa é que é a tarefa de fiscalização da oposição.

É essa questão, quando eu lhe peço cópia e que me diz que as escolas são autónomas, eu não me posso dirigir, não devo dirigir-me às escolas, eu tenho que me dirigir à secretaria que tutela e é a secretaria que tem que me dar essa informação.

Portanto, eu penso que só, não faço questão política, isto não é nenhuma questão política, mas acho que não está bem informado em relação a estes procedimentos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não tendo sido formado no Partido Socialista, nos quadros do Partido Socialista, depressa aprendeu a utilizar a demagogia como argumento.

Enfim, eu também lhe reconheço craveira intelectual para fazer essas aprendizagens rapidamente.

Oh, Sr. Secretário, o aumento brutal para os estudantes! Mas por quê?

O diploma diz que são os estudantes que vão pagar o acréscimo, ou que são as famílias que vão pagar o acréscimo? Não diz!

O acréscimo é por via do orçamento regional.

Pode constituir um aumento brutal para os contribuintes? Como assim?

Aliás, a Deputada Judite parreira desconstruiu aqueles números que foram apresentados pela bancada...

**Deputado André Bradford (PS):** Mal!

**O Orador:** E bem! E bem, Sra. Deputada. Desconstruiu e bem aquelas contas que a Deputada Catarina Moniz Furtado fez e que o Sr. Secretário Regional também utilizou.

Sr. Secretário, para atingirmos os montantes que aqui foram referidos era preciso servir todos os dias, ao longo de todos os anos e que todos os alunos almoçassem na escola.

Não é verdade, Sr. Secretário! A opção é da escola. Pode ser uma vez, pode ser duas vezes por semana, pode ser uma vez por mês, pode não se mesmo nenhuma.

**Deputado André Bradford (PS):** Afinal não serve para nada!

**O Orador:** Portanto, Sr. Secretário, aquilo que V. Exa. disse não tem nenhum valor.

V. Exa. devia era preocupar-se com a ineficácia das orientações que são emanadas pela Direção Regional e pela Secretaria Regional da Educação, sobre a composição e o valor nutricional que as refeições escolares devem ter e que não estão a ser seguidas, designadamente no que concerne ao consumo de peixe.

**Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Não é verdade!

**O Orador:** Sr. Secretário, é isso que V. Exa. se deve preocupar.

Dizer-lhe só o seguinte e para terminar porque o meu tempo deve estar a esgotar-se.

Sr. Secretário, eu fui Presidente do Conselho Diretivo de uma Escola durante seis anos, uma boa escola, como V. Exa. muito bem sabe, Sr. Presidente do Governo

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Não sei! Não andei nela!

**O Orador:** Sabe! Sabe!

Sr. Secretário, fui seis anos presidente e fui um ano secretário na escola a que estou a referir-me.

Como sabe nessa altura quem confeccionava as refeições eram os funcionários que estavam afetos à cozinha e serviam-se naquela escola, pelo menos, eu já não direi mais, duas vezes refeições de peixe por semana e nunca nenhum funcionário entrou às cinco da manhã para preparar as refeições, entrou sempre dentro do horário normal. Sempre, Sr. Secretário!

Aliás, só pode fazer uma afirmação como V. Exa. produziu na Comissão e aqui, salvo erro repetiu, de que teria que ser necessário começar às cinco da manhã, para preparar as refeições.

Relativamente à questão dos pareceres das escolas, dizer o seguinte: os pareceres das escolas umas vezes servem para a Secretaria Regional, outras vezes não servem. Umhas vezes servem para sustentar a posição, outras vezes esquecem-se, obliteram-se completamente e impõem-se a sua vontade. É assim ou não é, Sr. Secretário.

Aliás, Sr. Secretário, eu reconheço-lhe a craveira intelectual para não ter que se suportar nas opiniões emanadas das escolas para defender a não aceitação desta proposta do PCP.

Agora, refugiar-se nos pareceres das escolas, enfim, algumas questões não são só das escolas também são da sua lavra, refugiar-se nesses argumentos, pelo amor de Deus, Sr. Secretário!

O Sr. Secretário, prefere que as crianças e os jovens comam douradinhos. Pois muito bem assumo! Assumo que prefere que sejam servidos douradinhos. Não se sabe muito bem qual é a composição daquilo, Sr. Secretário.

Depois, para terminar, não é necessário incentivar o consumo de carne.

Segundo o que me parece, há até algum exagero no consumo de carne, porque se há exagero no consumo das proteínas, de origem animal, elas não são

certamente por via do consumo do peixe, mas por via designadamente do consumo da carne.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Alerto que dispõe apenas de um minuto.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma nota para a questão das contas porque podendo o dinheiro não ser o essencial é importante: 0,80€ vezes 40 000 alunos, dá a módica quantia de 32 000€. 32 000€, num ano letivo que tenha 180 dias de aulas efetivas, e eu vou pôr que num terço desses dias a refeição é peixe, faz a quantia de um milhão, novecentos e vinte mil euros.

Portanto, eu não sei onde é que está a dificuldade das contas.

Foi baseado nas diretrizes da Secretaria em que diz que a refeição de peixe que tem que ser duas a três vezes por semana nas cantinas, não vejo onde é que está a dificuldade de elaboração das contas.

Mais, agora na sua última intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires deu bem nota da importância e do carinho, quanto é cara esta proposta para ele. Ele continua a insistir que é opcional, ou seja querem fazer fazem, não querem fazer, não fazem, ou seja isso ou nada para ele é exatamente igual.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não percebi esse argumento, mas está bem!

Mas deve ser problema meu!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

O PS esgotou o seu tempo.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A primeira pergunta a que tenho que responder é uma pergunta formulada pela Deputada Judite Parreira, do PSD.

Devo confessar que estranhei as movimentações verificadas na bancada do PSD, durante a discussão deste diploma.

**Deputado Luís Rendeiro** (*PSD*): As bancadas também se movimentam! O Deputado Lizuarte também está lá sozinho!

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): O José veio para a frente!

**Presidente**: Sras. Deputada e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário possa continuar a sua intervenção.

**O Orador**: Fico com a impressão de que tal como às vezes acontece no futebol o PSD baixou e juntou as linhas, acho que não valia a pena, até porque publicamente isso pode dar um sinal de menorização da sua colega pelo Sr. Deputado Joaquim Machado e acho que ela não precisa, nem merece isso.

**Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Agora falta ouvir o Sr. Secretário do Mar a falar!

(*Apartes inaudíveis*)

**Presidente**: Sras. Deputada e Srs. Deputados ...

**O Orador**: Mas vamos à pergunta.

Sra. Deputada, eu não referi aqui valores absolutos, eu disse simplesmente que a proposta apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, sugeria um acréscimo de 0,80€ por refeição e recordei somente que os alunos mais beneficiados pela ação social escolar, pagam apenas 0,43€ por cada refeição.

Portanto o acréscimo dá duas refeições.



Recordei também o outro extremo, de que aqueles que não têm ação social escolar pagam 2,14€.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Que não é o valor real!

**O Orador:** Estou de acordo consigo, Sra. Deputada Judite Parreira de que o júri mais exigente que existe é o júri do povo. Ninguém melhor do que a senhora para dizer isso, porque há 18 anos que o PSD se debate com esse problema.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Está a aprender depressa! E o senhor bem sabe disso!

**O Orador:** De resto, acho que não vale a pena acrescentar nada sobre a eventual minha pretensão de comprar produtos continente.

Não vale a pena acrescentar absolutamente nada porque o tom da minha intervenção não foi de forma nenhuma nesse sentido.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Mesmo não vale a pena!

**O Orador:** Relativamente à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, posso apenas garantir-lhe uma coisa que não ficará sem a informação que efetivamente carece, não serão problemas de relacionamento institucional entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e as unidades orgânicas da Região, que virão a impedi-lo.

Finalmente o Deputado Aníbal Pires colocou algumas questões: a questão do aumento, quem paga, quem não paga.

Sr. Deputado, o orçamento de uma Região, o orçamento de um País, o orçamento seja do que for, de uma agremiação desportiva, cultural, depende obviamente da contribuição dos habitantes, dos sócios, etc., etc., etc.

Sobre a qualidade das refeições escolares, acho que não vale a pena falar agora porque falaremos à frente, teremos essa oportunidade.

Quanto às cinco horas da manhã, acreditei naquilo que disseram os conselhos executivos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não acredite em tudo aquilo que lhe disserem!

**O Orador:** ... mas estranho muito que um Deputado do PCP aconselhe um Membro do Governo a não acreditar nas informações que vêm dos conselhos executivos das escolas.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(\*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação, uma breve questão, se não for muito incómodo, eu gostaria que nos dissesse quantos são os alunos que almoçam nas cantinas escolares?

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não é assim que se faz contas!

**A Oradora:** Quanto ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, já percebi que fez um telefonema ao Sr. Presidente e que não teve autorização para falar, pelo que as questões que eu lhe coloquei aqui e às quais não obtive resposta, vou colocá-las através de requerimento.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, nós já sabemos ...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Nós, quem?

**O Orador:** Todos nós, designadamente V. Exa. Sr. Presidente do Governo, que a receita pública que integra o orçamento é depois distribuída, alocada a diferentes investimentos, portanto são prioridades que são estabelecidas pelo Governo da Região.

Isto não implica sobrecarga sobre ninguém, implica uma outra coisa, Sr. Secretário: implica a definição de prioridades e ao invés de enterrarem milhões e milhões de euros em, por exemplo, um Centro de Artes Contemporâneas ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Apoiado!

**O Orador:** ... talvez investir mais em educação, seja uma prioridade a ter em consideração.

Outra coisa Sr. Secretário, sabe quando é que os presidentes dos conselhos diretivos e os membros dos conselhos diretivos eram de facto trabalhadores e representantes da comunidade educativa? Sabe quando era? Era quando não havia o pagamento da gigantescas gratificações aos presidentes dos conselhos diretivos....

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que é assim que Vs. Exas. compram a opinião dos presidentes dos conselhos diretivos.

Na altura em que eu era presidente do conselho diretivo eu era o representante dos professores, era o representante da comunidade escolar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem! Gigantesca!

**O Orador:** É substantivamente diferente.

O Deputado do PCP sabe muito bem aquilo de que está a falar e não me obriguem a fazer outro tipo de comparações porque possivelmente o PS vai se sair mal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado André Bradford (PS):** O CDS não teria dito melhor!

*(Apartes inaudíveis)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que os trabalhos possam decorrer dentro de alguma normalidade.

Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

**(\*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para defender a honra.

O Sr. Deputado Aníbal Pires certamente no calor da sua argumentação disse que este Governo, através das gratificações monumentais, grandiosas (um adjetivo qualquer) comprava a opinião dos presidentes dos conselhos executivos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Exatamente!

**O Orador:** Eu gostava só de recordar a esta câmara que este Governo aplica legislação que foi aprovada nesta Casa ...

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e que independentemente da legislação ter sido aprovada nesta Casa, este Governo repudia, por completo, essa acusação e convida o Sr. Deputado Aníbal Pires a retirá-la.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Pressupondo que sendo uma defesa da honra a que eu tenho direito, isto não conte para o meu tempo. É isto não é Sra. Presidente?

**Presidente:** Eu quando dei a palavra ao Sr. Presidente do Governo, por acaso pensei que era para uma intervenção. Foi para defesa da honra. Então sendo assim tem direito a resposta e naturalmente não contará no tempo global.

(\* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Um esclarecimento Sr. Presidente do governo Regional.

É evidente que a legislação foi aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, mas foi aprovada (eu não sei se foi por unanimidade porque não estava cá) com os votos da maioria que suportava o Governo na altura e que era um Governo do PS.

Portanto, não tendo o avale do PS nunca teria sido aprovada. Nunca teria sido aprovada!

Portanto é nessa medida que o PS tem especiais responsabilidades.

Portanto, Sr. Presidente, a questão é esta: foi com o avale do PS.

Relativamente à questão da compra da opinião, certamente Sr. Presidente! Eu não retiro aquilo que disse. Não retiro sabe por quê, Sr. Presidente? Vou explicar-lhe.

Eu participei uma vez no Conselho Coordenador da Educação da Região, um órgão que foi criado, na altura pelo Secretário Regional Álamo Meneses ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Álamo Meneses, o celebre, o famoso!

**O Orador:** ... e verifiquei, constatei, a forma como os conselhos diretivos se submetiam à vontade do Secretário.

Eu não queria dizer isto, Sr. Presidente, mas vou ter de dizer: eu deixei de ser Presidente do Conselho Diretivo em junho de 1996, não sei o ano diz alguma coisa, e quero dizer-lhe o seguinte Sr. Presidente, não houve nenhuma reunião que os presidentes dos conselhos diretivos, para que fossem convocados na Secretaria Regional da Educação e na Direção Regional da Educação, nenhuma, em que os presidentes dos conselhos diretivos não se reunissem previamente em S. Miguel para prepararmos a nossa estratégia relativamente àquilo que a Secretaria Regional da Educação e a Direção Regional queriam conversar connosco. Nunca! Nunca deixámos de fazer isso, coisa que nunca mais veio a acontecer.

Isto acontecia e nós, os presidentes dos conselhos diretivos, da altura, conseguíamos evitar aquilo que a administração educativa da altura nos queria impor.

Sabe porquê Sr. Presidente?

Porque nós efetivamente éramos os representantes da comunidade educativa.

**Deputado André Bradford (PS):** Os outros não são eleitos!

**O Orador:** Éramos os representantes e recebíamos uma pequena gratificação.

Eu não queria ter dito isto mas tive de dizer...

**Presidente:** tem de terminar, Sr. Deputado.

**Deputado André Bradford (PS):** Não queria, mas disse!

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não queria e não devia!

**O Orador:** ... por que fui obrigado a isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

(\*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

**Presidente:** Sr. Presidente, peço desculpa mas pediu a palavra para defesa da honra? Para intervir no debate?

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Para uma intervenção.

**Presidente:** Eu já tinha uma inscrição, peço desculpa. Pensei que fosse para interpelar novamente o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Prescindo.

**Presidente:** Sendo assim, Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(\*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado Aníbal Pires, as palavras não são vazias, querem dizer alguma coisa.

Portanto, se o senhor insiste eu quero que o senhor diga aqui quando é que este Governo comprou a opinião de presidentes de conselhos executivos e há outra coisa que o senhor esquece: a legislação quando é aprovada passa a ser a vontade desta Assembleia, independentemente de quem vota a favor ou de quem vota contra. Sabe o que é que isso se chama? Chama-se democracia.

**Deputado André Bradford** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** Agora há uma coisa que eu não lhe admito, Sr. Deputado Aníbal Pires, não lhe admito a si nem admito ao PCP: o senhor não levanta acusações dessas sem concretizá-las.

Portanto, o senhor vai dizer nesta câmara, ...

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** ... qual foi o presidente do conselho executivo e em que circunstâncias é que este Governo comprou a opinião de um presidente de um conselho executivo.

Mas vai dizer aqui! Não é lá fora! É aqui à frente desta gente que está aqui neste Plenário e à frente da comunicação social.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O senhor tem o direito de discordar da solha, do bacalhau, do que quiser.

Tem o direito de entender que a legislação que foi aprovada por esta câmara ...

*(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)*

**O Orador:** Deixe-me terminar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

... não deveria ter sido, que é má, que é uma má opção. O senhor não tem o direito de fazer acusações destas!

Sabe qual é o principal motivo? Elas não são verdade! São falsas!

*(Risos do Deputado Aníbal Pires)*

Não ria porque isso é sério, pelo menos é sério para mim.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já lhe respondo!

**O Orador:** São falsas! São falsas!

Se o senhor quer ver o histórico deste Governo no que tem a ver com gratificações, créditos ou outras coisas em relação a titulares de órgãos de conselho executivo, vá pesquisar e vai ver qual é o histórico. Vá pesquisar e vá ver qual é o histórico!

Mas não é isso que está em causa neste momento. O que está em causa é o senhor dizer onde, quando e em que circunstâncias este Governo comprou a opinião de um presidente de um conselho executivo?

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*



**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o nosso debate, apenas faço um apelo à câmara, naturalmente quando há questões que são levantadas têm que ser cabalmente esclarecidas mas também apelo que nos possamos centrar no projeto de Decreto Legislativo Regional, que está aqui em causa para não dispersarmos para outras matérias.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Diz o povo que “quem não se sente não é filho de boa gente”.

Eu exerci funções de presidente do conselho executivo, até 2008 e portanto o que lhe tenho a dizer, isso não me impediu de escrever aquilo que escrevi e publicar o livro que publiquei.

Eu devo dizer-lhe que há um conjunto enorme de presidentes dos conselhos executivos que são de diversos partidos, eu era presidente e continuo a ser do PPM e nós temos ex-presidentes dos conselhos executivos que eram de diferentes partidos e portanto nenhuma posição de nenhum presidente do conselho executivo foi comprada, as pessoas não passaram a ter nenhum relacionamento diferente, nenhuma opinião diferente e nenhuma opinião diferente em relação à estrutura da carreira relacionada com os presidentes dos conselhos executivos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Oh, Sr. Deputado!

**O Orador:** Portanto, o que lhe tenho a dizer é que obviamente essa sua afirmação foi Sr. Deputado Aníbal Pires, e com a amizade que tenho por si, excessiva e é uma interpretação que resulta ofensiva para quem desempenhava essas funções.

Pessoalmente sinto-me ofendido por o senhor ter dito isto por o senhor ter dito isto. Não corresponde à realidade e tenho a certeza que essas afirmações são consideradas ofensivas por muitos daqueles que são os visados.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(\* **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, eu vou responder ao Sr. Presidente até no tempo da minha intervenção porque eu tinha e eventualmente o Sr. Secretário Regional ficará sem algumas perguntas que eu ainda lhe queria fazer ou depois da intervenção dele.

Oh, Sr. Presidente, a questão é a seguinte: eu mantenho que o atual sistema compra a opinião dos conselhos diretivos.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Não foi isso que o disse!

**O Orador:** Foi, sim senhor!

Oh, Sr. Presidente, ...

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Tenha coragem de dizer aquilo que disse!

**O Orador:** Assumo sim senhor!

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** O senhor disse que o este Governo comprava a opinião dos presidentes dos conselhos executivos!

**O Orador:** Oh, Sr. Presidente, eu ouvi o Sr. Presidente, não o interrompi, aliás fiz uma tentativa e V. Exa. chamou-me a atenção e eu anuí, portanto agradeço que utilize da mesma urbanidade com que eu utilizei com V. Exa.

**Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Peço desculpa!

**O Orador:** Portanto, eu reitero aquilo que disse: esta legislação que é utilizada pelo Governo Regional, compra a opinião dos conselhos executivos.

Mais, Sr. Presidente, vou dizer-lhe o seguinte: veja a composição do conselho coordenador, tem todos os presidentes dos conselhos diretivos, tem o Secretário, o Diretor Regional, o Inspetor e depois tem mais quem, Sr. Presidente?

Tem o representante dos pais, o representante dos alunos e o representante de dois sindicatos.

Diga-me uma coisa, Sr. Presidente: isto não é instrumentalizar?

Isto não é governamentalizar, Sr. Presidente?

Isso não é governamentalizar e instrumentalizar?

Oh, Sr. Presidente, pelo amor de Deus!

Mais, Sr. Presidente, eu percebo a atitude de V. Exa.

O que não é da responsabilidade do Governo a que V. Exa. preside, é a legislação anterior mas V. Exa. mantém-na.

Veja isto: acha que aquele conselho coordenador não está completamente governamentalizado? Ou não?

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Isso já é outra questão!

**O Orador:** Não é outra questão, não. Não, porque a génese desta organização nasceu nos anteriores governos regionais por mão do Secretário Regional, Álamo Meneses, que domina completamente o conselho coordenador da educação nos Açores.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Qual é que domina?

**O Orador:** O Governo Regional, Sra. Deputada porque está governamentalizado.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Se calhar, Sr. Presidente, esse e outros, temos vários na Região, em outros setores que estão completamente governamentalizados.

Eu diria, Sr. Presidente, que é bom que V. Exa. então olhe para isso porque a sociedade açorina começa a ficar asfíxiada.

*(Apartes inaudíveis do Presidente do Governo Regional)*

**O Orador:** Era bom que V. Exa. olhasse para isso.

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** É uma eleição entre os pares! Não é o Governo!

**Presidente:** Esgotou também o seu tempo, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a apalavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu não vou entrar aqui em quem compra quem, e se alguém foi comprado, porque em 2008, eu já referi nesta Casa, a respeito do Estatuto da Carreira Docente e volto a repetir o que disse na altura, que chamei aos presidentes dos conselhos executivos “os meninos do Álamo”.

O que eu quero dizer é o seguinte: eu não que disse que alguém comprou alguma coisa, o que eu quero dizer e reafirmar é o seguinte, o Sr. ex-Secretário da Educação promoveu um brutal aumento de vencimento aos presidentes dos conselhos executivos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Afinal de contas há mais alguém que tenha essa opinião!

**O Orador:** Com que intenção? Não sei, porque o Governo não propôs isso para outros cargos que também o mereciam.

Portanto, houve um brutal aumento de vencimento dos presidentes dos conselhos executivos. Isso é um facto! Se era merecido ou não era merecido, com que intenção era ou não era, não me compete a mim julgar.

Estou aqui pura e simplesmente a constatar um facto que aconteceu e acontece. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Vou voltar a fazer um apelo, apesar de que naturalmente as questões têm que ser sempre esclarecidas, até quando se fazem acusações naturalmente todos os que pertencem a esta Casa têm o direito de se defender das mesmas, mas volto a apelar a todos que de facto nos possamos, depois deste esclarecimento, concentrar no debate que está aqui em causa.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Presidente:** Desculpe, Sr. Deputado José Contente ...

**Deputado José Contente (PS):** Para uma interpelação à Mesa. **Presidente:** É porque o PS já não tinha tempo.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Só para dar uma informação à Mesa.

“O Governo Regional decreta nos termos da alínea d), do art.º 229 da Constituição, o seguinte:

Art.º 1

1 – Os presidentes dos conselhos diretivos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, passam a auferir uma gratificação mensal de 5 000 escudos, em acréscimo do vencimento.

2 – O disposto no número anterior aplica-se igualmente ao encarregado de direção dos estabelecimentos de ensino preparatório, secundário e artístico, ao presidente da comissão instaladora dos estabelecimentos daquele grau de ensino e ainda aos diretores das escolas do magistério primário (e vai por aí adiante) Governo Regional dos Açores, Decreto Regulamentar Regional, n.º 7 – A, 1984/A de 3 de fevereiro”.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Mas isto é uma interpelação?

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado Aníbal Pires, o que o Sr. Deputado está aqui a dizer é insustentável e vou demonstrar com factos que é o seguinte: ao contrário de

muitas outras posições no âmbito da administração, os presidentes dos conselhos executivos são nomeados pelo Governo Regional?

Dependem politicamente do Governo Regional?

O senhor bem sabe que o que vigora nos Açores é a escola democrática e que a legitimidade dos presidentes dos conselhos executivos e a sua manutenção do cargo, não depende do Governo Regional, depende da escolha livre e democrática dos professores, dos funcionários, dos pais e dos representantes dos alunos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Que tristeza, Paulo!

**O Orador:** O senhor bem sabe que não há uma dependência formal entre o desempenho das funções do presidente do conselho executivo em relação ao Governo Regional.

O senhor bem sabe que não há nenhuma dependência

Por aqui o senhor não tem argumentos.

Depois o que eu lhe quero dizer também é o seguinte, que é evidente: foi este Governo e este Presidente do Governo Regional, tenho que lhe dizer, e a Representação Parlamentar em primeiro lugar ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... que contra a vontade e contra o parecer de muitos presidentes dos conselhos executivos introduziram a limitação de mandatos nesta Região Autónoma dos Açores.

Portanto, Sr. Deputado não há aqui nenhum género de dependência, os presidentes dos conselhos executivos como bem sabe, em defesa da honra deles eu tenho também que falar, os presidentes dos conselhos executivos pertencem a diversas formações políticas e a sua opinião não está dependente do Governo Regional e o Governo Regional não exerce nenhuma tutela, nem faz nenhuma nomeação para os cargos que estão a desempenhar nas escolas, eles são dependentes da comunidade educativa, ...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar, por favor.

**O Orador:** ... o Sr. Deputado não fundamentou a sua posição que é altamente ofensiva para todos os presidentes dos conselhos executivos.

**Presidente:** Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

**(\*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Apenas para deixar registado que o Sr. Deputado Aníbal Pires não concretizou a acusação que fez ao Governo e o problema aqui, Sr. Deputado Aníbal Pires, não é só o Governo, não é só o Governo.

O problema aqui é quem elege e quem é eleito para esses cargos. Quem elege e quem é eleito para esses cargos.

Tenho muita pena, tenho muita pena que o Sr. Deputado não tenha tido a coragem de dizer: “Eu nessa parte excedi-me!”.

Teria ficado a ganhar o senhor, teríamos ficado todos nós aqui neste Parlamento a ganhar.

Muita pena que não tenha tido a coragem de fazer isso.

Agora, há algo que resulta claro: o senhor não foi capaz!

E a razão pela qual não foi capaz é porque isso não existe, que este Governo tenha comprado a opinião de quem quer que seja, de quem quer que seja.

Julgo que estamos entendidos em relação a esta matéria.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Tem de ser para um protesto, porque não tenho mais tempo.

**Presidente:** Um protesto em relação a quê, Sr. Deputado?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Em relação às declarações do deputado Paulo Estevão e às conclusões que considero abusivas do Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente:** Oh Sr. Deputado, qualquer uma das intervenções foram no âmbito do debate que surgiu completamente fora do âmbito (completamente fora do âmbito, não) mas claramente num âmbito muito alargado daquilo que estava aqui em discussão.

Portanto, o senhor esgotou o seu tempo.

Eu não lhe posso dar a palavra para um protesto a afirmações que foram feitas no âmbito do debate.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas pode dar para defesa da honra!

**Presidente:** Mas defesa da honra em relação a quê?

Qual foi a expressão ofensiva da sua honra, Sr. Deputado?

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não ter coragem de assumir...!

**Presidente:** Sr. Deputado, nós não vamos arranjar figuras regimentais, já depois de eu ter apelado por duas vezes, a todos os intervenientes neste debate, que nós estávamos a extravasar completamente o motivo que nos traz aqui a este debate.

Não vamos arranjar figuras regimentais para continuar este debate.

Parece-me que a bem de se poder concluir este ponto, ... e o senhor percebe que não houve nenhuma expressão ofensiva da sua honra.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sr. Deputado.

**Presidente:** Para uma interpelação à Mesa tem a palavra Sr. Deputado.



**Deputado Aníbal Pires (PCP):** É o entendimento de V. Exa., eu vou respeitá-lo, até porque terei oportunidade ao longo dos trabalhos do Plenário de voltar ao assunto e como tal eu respeito, não tenho tempo para intervenção, não me concede o direito de protestar nem de defender a honra, eu aceito a decisão de V. Exa. como normalmente faço e terei oportunidade de, já no ponto a seguir, voltar ao assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

*(Pausa)*

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Retorno ao debate em redor desta Proposta de DLR apresentada pela Representação Parlamentar do PCP, porque ficaram questões por esclarecer, fundamentalmente uma questão que foi colocada pela Sra. Deputada Judite Parreira.

Sra. Deputada, eu peço muita desculpa, mas não posso deixar de expressar aquilo que penso.

Como “o mar não está de lapas” em matéria de discussão de ideias e de programas, a estratégia consiste no refúgio nos pormenores, nos detalhes.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Não foi pormenor!

**O Orador:** Olhe, quantos alunos almoçam no sistema educativo regional? Quantos alunos?

O ano letivo começou anteontem, não sei dizer qual é a média.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Pode ser do ano passado!

**O Orador:** O ano passado, 2014/2015, 16 714 era a média diária, por volta de meados de maio.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Está a ver como foi fácil!

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Insulte-me mesmo! Tem de me insultar!

**O Orador:** Se tiver interesse em saber quantos alunos efetivamente comem no sistema educativo regional nos dias que passam, obviamente que tenho instrumentos para formalmente fazer a pergunta.

O Deputado Aníbal Pires, no meio de toda esta confusão aconselhou o Governo a investir mais em educação.

Lamento que esteja profundamente distraído sobre aquilo que se passa em seu redor.

No início de um novo ano letivo, com menos alunos no sistema devido às incidências da demografia ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Insulte-me lá!, Sr. Secretário! Tenha coragem!

**O Orador:** ... nós contratámos mais professores, mais cerca de duas centenas e meia, mais meia centena de técnicos, isto significa investimento em educação; isto significa desejo de maior acompanhamento dos nossos estudantes; isto significa dar meios para que o programa que temos em curso, o denominado Pro Sucesso Açores, pela educação, tenha capacidade de êxito embora esse êxito só possa ser medido obviamente a prazo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** São tão maus, tão maus... insulte-me lá, Sr. Secretário!

**O Orador:** Quanto às questões dos conselhos executivos, ficaram perfeitamente esclarecidas nas declarações do Sr. Presidente do Governo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não ficaram nada! Insulte-me!

**O Orador:** Da minha parte até pelo jeito que tenho, até pelo feitio que tenho, as minhas relações são estritamente institucionais.

Finalmente, várias pessoas falaram nesta questão, nós no próximo mês vamos discutir aqui o Estatuto da Carreira Docente e temos oportunidade dos Srs. Deputados, das mais variadas bancadas, proporem a alteração daquilo que se paga aos conselhos executivos.

Muito obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais alguma inscrição?

*(Pausa)*

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, vamos passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP lamenta a não aprovação por parte do PS que suporta o Governo, desta iniciativa do PCP.

Como ficou claro tinha dois objetivos que foram reconhecidos por todos os partidos da oposição, por um lado a questão da melhoria e da introdução do consumo de peixe nas refeições escolares e por outro lado, ainda que de forma indireta, um apoio às pescas.

Infelizmente, só o PS é que não compreendeu isto, mas mais do que isto o PS mistificou esta discussão, quer por via das intervenções da bancada do PS, quer por via das intervenções que vieram da bancada do Governo.

Como se percebeu a parte final do debate ficou completamente desfocada do objeto da iniciativa e essa responsabilidade não foi uma responsabilidade do PCP.

Essa responsabilidade foi uma responsabilidade do PS e uma responsabilidade do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor é que desfocou o debate da sua iniciativa!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições para declaração de voto, vamos então fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas e 10 minutos.

*Eram 17 hora e 35 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 18 minutos.*

Vamos então continuar com a nossa Agenda. Entramos agora no ponto 7: **Projeto de Resolução n.º 126/X – “Qualidade nutricional das refeições escolares”**, apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE)**: Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As refeições escolares eram, até há duas décadas confeccionadas por pessoal não docente nas cozinhas das Unidades orgânicas com 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, uma prática que tem sido gradualmente e ao longo das duas últimas décadas preterida pelo fornecimento de refeições através de contratualização pública feita diretamente pelas escolas a empresas *catering*.

Atualmente e apesar dos esforços desenvolvidos para dotar as escolas públicas de nutricionistas, persistem ainda escolas que não contam com serviços especializados em nutrição, serviços esses assegurados, na medida do possível, por duas nutricionistas, uma nutricionista da Direção Regional da Educação e outra nutricionista da Direção Regional de Saúde, mas que têm dificuldade em garantir o cumprimento dos critérios de qualidade das refeições servidas nas escolas, de tal forma que a profissional de nutrição da Direção Regional da Educação só consegue garantir auditorias e visitas de análise ao serviço de refeições escolares nas ilhas Terceira e São Miguel.

As escolas continuam a confeccionar as suas próprias refeições, algumas com a possibilidade de recorrerem ao auto-fornecimento de produtos hortícolas e frutícolas, mesmo sem acompanhamento especializado na área da nutrição. Evidenciam uma autoavaliação positiva relativamente à qualidade e à quantidade das refeições disponibilizadas aos seus alunos.

Pese o esforço dos profissionais da área da nutrição, na realidade subsistem dúvidas acerca da qualidade das refeições escolares, sobretudo daquelas que são da responsabilidade de empresas contratadas para o efeito.

Essas dúvidas consubstanciam-se nas queixas, algumas públicas e publicadas, de associações de pais e encarregados de educação, bem como de associação de estudantes.

Assim sendo, o nosso Projeto de Resolução que propõe a esta Assembleia que recomende ao Governo Regional:

1- Que as escolas públicas da Região implementem, no prazo de seis meses, critérios de qualidade nutricional que orientem um processo de avaliação às refeições escolares;

2- Que as escolas públicas da Região considerem os critérios definidos no número anterior para futuras adjudicações de refeições escolares;

Permitiria, na nossa humilde opinião, a ser aprovado evidentemente, dar um contributo útil, quanto a nós, no sentido de:

1- Implementar critérios de qualidade nutricional que orientem um processo de avaliação às refeições escolares decorrentes de uma análise de diagnóstico a realizar em todas as escolas públicas que incida na qualidade geral das refeições disponibilizadas;

2- Ser um ponto de partida para que as escolas públicas da Região corrijam eventuais problemas aferidos a partir da análise de diagnóstico e que considerem os critérios definidos para futuras adjudicações de refeições escolares;

Por último,

3- Servir de base a uma avaliação trimestral sobre a qualidade das refeições servidas nas escolas que não disponham de serviços próprios de um ou de uma profissional de nutrição.

Para já, Sra. Presidente, ficava por aqui na apresentação da proposta.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão então agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Como sabem, as regras do debate nos Projetos de Decreto Legislativo Regional e Resolução permitem que possam inscrever a qualquer momento e podem falar mais do que uma vez.

Agradeço que se inscrevam. Caso contrário vamos passar à votação.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP nesta primeira intervenção quer anunciar que, sem qualquer tipo de equívocos apoia esta iniciativa do Bloco de Esquerda. Aliás, julgo que é fundamental para que não só se avalie a qualidade das refeições que são servidas nos estabelecimentos de ensino da Região, mas sobretudo que dessa avaliação resultem medidas de correção, caso se venha a verificar a sua necessidade.

Não só medidas de correção, na opinião do PCP, mas como também eventualmente até algumas alterações ao paradigma que entretanto veio a ser introduzido pelos Governos do Partido Socialista e que tiveram como efeito a destruição de emprego público. Com a entrada e com a concessão dos refeitórios escolares, isso equivaleu à destruição de emprego público com

direitos na Região Autónoma dos Açores, perpetrado pelos Governos do Partido Socialista.

Portanto, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, pode contar com o apoio inequívoco do PCP relativamente a esta sua iniciativa.

Mais tarde voltarei ao debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola.

(\*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A preocupação do Bloco de Esquerda em relação à qualidade nutricional das refeições escolares é legítima.

Todos entendemos a necessidade de que nas escolas onde os nossos filhos passam grande parte do seu tempo lhes forneça refeições com qualidade.

No entanto, já existe um Manual de Orientações Básicas e Práticas sobre o Funcionamento do Serviço de Refeições Escolares da Direção Regional da Educação.

Portanto, em relação ao primeiro ponto resolutivo da iniciativa do Bloco de Esquerda que solicita que as escolas da Região implementem no prazo de seis critérios de qualidade nutricional isto parece-nos “chover no molhado”, não obstante a última parte do mesmo ponto resolutivo fazer, na nossa opinião, todo o sentido, que é iniciar um processo de avaliação às refeições escolares, até porque algumas escolas referem a fraca qualidade e variedade das refeições e isto não nos parece como o cenário ideal, quando em alguns casos será esta a única refeição que algumas crianças têm garantida.

As dúvidas que se colocam, ou que coloco ao Sr. Secretário Regional, são:



Em primeiro lugar, existe ou não existe fiscalização e/ou monitorização e com que regularidade é feito o cumprimento destes critérios definidos pela Direção Regional da Educação?

Segundo, se existem mecanismos que permitam aferir dados concretos na Região sobre a qualidade nutricional e as quantidades das refeições disponibilizadas em cada unidade orgânica na Região?

Terceiro, como é que as Unidades orgânicas que não têm colaboração de nutricionistas poderão elaborar e fiscalizar ementas onde se garantam que estes critérios de qualidade nutricional possam efetivamente estar a ser cumpridos?

Uma outra questão final, para a Sra. Deputada Zuraida Soares, é se tem no seu poder dados concretos e oficiais que demonstram a ausência de critérios de qualidade nutricional nos contratos realizados entre as entidades orgânicas e as empresas de *catering* que fornecem as refeições às escolas e que justifiquem o segundo ponto resolutivo da sua iniciativa?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando na sessão plenária de 18 de junho foi apresentado e votado, por maioria, o pedido de urgência deste Projeto de Resolução, o PSD/Açores pronunciou-se, dizendo que “...se havia alguma dúvida relativamente à quantidade, qualidade e tipo de alimentação nas escolas da nossa região, essa dúvida deveria ser averiguada e verificada a sua veracidade.”

Acrescentámos ainda, que esta dúvida nem estaria a ser colocada se o Governo Regional exercesse a sua função de fiscalizar regularmente a qualidade nutricional das refeições escolares o que causou alguma indignação, quer na bancada do Governo, quer do Partido Socialista.

Em sede de comissão, o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura afirmou que no início e fim de cada período letivo o fornecimento de refeições é objeto de maior incidência e muito embora o número de queixas registadas seja muito reduzido, reconheceu que é necessário desenvolver uma vigilância mais apertada (mais, eu deduzi que fosse mais do que aquela que se verifica neste momento).

Disse também que está em curso a elaboração de um manual anual sobre a higiene e segurança alimentar e que irá ser implementado um programa de higiene alimentar inserido no Programa Regional de Saúde. Saudamos essas iniciativas que só pecam por tardias, pois a segurança alimentar deveria ser uma prioridade, nomeadamente no que concerne ao transporte dos alimentos que é, muitas vezes, feito em táxis, o que do ponto de vista da higiene levanta algumas dúvidas.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Não recebemos pareceres de todas as Unidades Orgânicas, na verdade, nem de todas as Associações de Pais ou Associações de Estudantes e não recebemos o parecer de nenhuma empresa de *catering* com contrato estabelecido com Unidades orgânicas da Região. Mas recebemos pareceres que constituem um importante contributo para uma melhor compreensão desta situação.

Vários foram os pareceres que saúdam a iniciativa e apontam, como constrangimento, a falta do apoio de nutricionista. Alguns pareceres referem a relação preço/qualidade como sendo má e o aspeto pouco apelativo das refeições como razão para os alunos não frequentarem o refeitório escolar.

Que fique bem claro que não queremos pôr aqui em causa o trabalho efetuado pelos conselhos executivos, professores ou pelos funcionários dos refeitórios escolares que, sabemos, procuram oferecer aos alunos o melhor que podem e sabem, de acordo com os critérios de qualidade definidos.

Mas, numa época de crise, em que para muitas crianças da nossa região a refeição que fazem na escola é a mais completa do dia, numa altura em que apesar da taxa de obesidade infantil estar a baixar um pouco na região, está a aumentar o número de crianças subnutridas, numa altura em que se verificam carências em determinados nutrientes, nomeadamente o iodo, pensamos que para além de rever os critérios de qualidade definidos, importa verificar se estão a ser cumpridos e importa ter um maior cuidado com os concursos, com os cadernos de encargo e exercer uma fiscalização objetiva e sistemática por forma a introduzir as medidas necessárias à adoção de uma alimentação mais saudável e equilibrada.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Meneses.

**Deputado Nuno Meneses (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma alimentação saudável e equilibrada é um fator determinante para a saúde. A qualidade e a quantidade de géneros alimentares ingeridos em meio escolar têm um impacto enorme na saúde e bem-estar dos jovens.

Efetivamente, é na escola que os jovens passam um elevado número de horas, sendo portanto aí que ingerem uma parte substancial de alimentos. Desde há algum tempo que a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem vindo a manifestar uma enorme preocupação com as questões relativas a consumos alimentares das populações, sobretudo da população jovem.

Melhorar a nutrição infantil, promover uma alimentação e hábitos de vida saudáveis, bem como reduzir ou prevenir a obesidade infantil são os objetivos gerais primários que não deveremos descorar.

Para gozar de boa saúde não é apenas suficiente satisfazer as necessidades energéticas do organismo. É preciso uma alimentação diversificada, equilibrada

e que responda às necessidades diárias das crianças e jovens em fase de desenvolvimento.

Na escola, as cantinas escolares têm tido ao longo do tempo uma importância fundamental:

- pelo papel social que desempenham disponibilizando a preços reduzidos, em função dos rendimentos das famílias, uma refeição completa;
- pelo papel que desempenham também como um referencial de equilíbrio nutricional;

Nas cantinas da região, uns dias melhor outros pior, aliás como nas nossas casas, com maior ou menor cuidado com a apresentação das refeições, confeccionadas nas instalações por profissionais ou em regime de “*outsourcing*”, temos de concordar que são a melhor solução para as refeições regulares dos alunos, e não tenho dúvidas que o que se apresenta aos alunos à hora do almoço, tem qualidade.

Cabe aos órgãos de gestão um acompanhamento próximo no que diz respeito à definição das ementas sendo que poderão contar com a colaboração quer de profissionais na área da nutrição disponíveis nos centros de saúde concelhios para colaborar no âmbito do que está definido pelo “Manual de Operacionalização da Área de Intervenção na Promoção da Saúde em Contexto Escolar”, quer com a Direção Regional da Educação na elaboração das mesmas quando necessário.

De facto, é sabido que alguns alunos ingerem uma única “refeição quente” que é, precisamente, a disponibilizada pelo refeitório da escola. Assim, cabe à escola a responsabilidade acrescida de oferecer refeições saudáveis, equilibradas e seguras, que ajudem a preencher as suas necessidades nutricionais.

A opção dos alunos pelo refeitório é vantajosa a todos os níveis: quer do ponto de vista nutricional quer do ponto de vista energético quer da relação entre os

diferentes nutrientes. Para além de encontrarem uma ementa com um valor nutricional equilibrado para as suas necessidades, os alunos têm garantias de condições higiene-sanitárias dos alimentos. Estes aspetos não podem ser descurados pelos alunos e respetivos encarregados de educação, pois são fatores de equilíbrio alimentar que se refletirão mais tarde na saúde desses jovens.

De facto será preciso distinguir duas questões diferentes:

- uma coisa é a falta de qualidade das refeições;
- outra será as refeições apresentadas não corresponderem àquelas que seriam as espectativa dos alunos;

Isso pode ser muito bem observado num dos pareceres que foi enviados, por uma das escolas do sistema regional da educação, a Escola Básica e Secundária do Nordeste, que diz o seguinte:

“A confeção de refeições é de serviço de gestão própria apoiada no manual com orientações básicas e práticas sobre o funcionamento do serviço de refeições escolares enviados pela DRE.

Informo que apoiamos o estágio de uma nutricionista a qual nos auxiliou na escolha de ementas mais saudáveis que desencadeou algum desagrado por parte dos alunos e encarregados de educação, devido a maior introdução de produtos hortícolas e leguminosas, apesar das diversas sessões de esclarecimento sobre uma alimentação saudável que têm sido feitas ao longo dos anos aos pais e encarregados de educação.

O tema “uma alimentação saudável” tem sido trabalhado ao longo dos anos letivos com os alunos, através do Projeto de Educação para a Saúde, com o apoio de nutricionistas do Centro de Saúde do Nordeste, bem como nas aulas de cidadania.”

Portanto, volto a repetir: realmente a grande questão é esta: de facto é preciso distinguir duas questões que são completamente diferentes, uma é a falta de qualidade de refeições, que sabemos que não existe, ou seja, melhor dizendo,

existe muita qualidade nas refeições que se servem nas nossas cantinas, outra será elas eventualmente poderem não corresponder àquelas que são as expectativas dos alunos do ponto de vista das suas características de apresentação organoléticas e, por aí adiante.

Se tomarmos como exemplo o ano letivo anterior, onde se verificaram duas reclamações fundamentadas, não se pode generalizar a falta de qualidade das refeições nas cantinas escolares.

Ora, o Projeto de Resolução apresentado pelo BE aqui em discussão pretende “definir critérios de qualidade nutricional que orientem um processo de avaliação às refeições escolares”, não é mais do que aquilo que já está definido nos cadernos de encargos que suportam a contratação do serviço de refeições no caso das empresas concessionadas ou pelos nutricionistas que colaboram com as escolas nos restantes casos, tendo como referência o manual orientador dos refeitórios, disponibilizado pela Direção Regional da Educação.

Estes conceitos já existem e são tidos em conta aquando da elaboração das ementas e confeção das refeições escolares.

A parte do controle e fiscalização faz-se por parte dos Conselhos Executivos, como já referi, e através de vistorias constantes integradas no plano de vistorias que existe para o efeito.

**Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é a altura de clarificar algumas intervenções já aqui feitas e também o próprio sentido e objetivo último do nosso Projeto de Resolução.

Eu começaria por contar uma história. A história começa em dezembro de 2014, no nosso plenário, o último plenário do ano 2014.

Nesse plenário, correspondendo e respondendo a uma solicitação variadíssimas vezes feita pelo Governo Regional dentro e fora desta Casa, no sentido (ainda ontem foi feita aqui nesta sala, pelo Membro do Governo) de nós, como qualquer outro cidadão ou cidadã, lhe reportarmos situações menos regulares no sentido de lhes possibilitarmos a fiscalização e a regularização dessas mesmas situações, ingenuamente, reconheço eu, fui ter com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que não me desmentirá, e disse-lhe:

Sr. Secretário, começa a haver nesta Região um problema com a qualidade, com a quantidade das refeições escolares e sobretudo com a desadequação daquilo que as crianças comem relativamente à ementa semanal que é afixada em algumas escolas.

O Sr. Secretário Regional, em dezembro de 2014, perguntou-me se eu poderia exemplificar com algumas escolas e dei-lhe o exemplo de algumas escolas de São Miguel e disse-lhe que havia também na Terceira. Depois disse-lhe que havia noutras ilhas, porquê? Porque chegavam ao Bloco de Esquerda, digamos, denúncias nesse sentido.

Disse-lhe também, e repito aqui, que para lá das denúncias que chegaram, que aliás são óbvias, porque as Associações de Pais e as Associações de Estudantes, que responderam à solicitação da Comissão de Assuntos Sociais, não dizem nada que o Bloco de Esquerda nessa altura não tivesse dito ao Sr. Secretário;

Disse-lhe que tinha um caso próximo que eu acompanhava diariamente, que era o facto da minha neta, com 4 anos, e o meu neto, com 9, andarem na mesma escola (agora, por acaso, andam em escolas diferentes e o problema é o mesmo) e eles comerem mal, de chegarem a casa às 5 horas esfomeados (disse-lhe isto, Sr. Secretário)...

**Secretário regional da Educação e Cultura** (*Avelino Meneses*): Sim, sim!

**A Oradora:** ... e comerem, lancharem, que já não é um lanche, é um lanche ajantarado, porque a fome é muita, o que quer dizer que há uma desregulação total na alimentação porque o jantar já não é tido;

Disse-lhe que as ementas não correspondiam àquilo que estava publicado semanalmente na escola;

E disse-lhe (até lhe dei um exemplo de uma refeição) que arroz com feijão não corresponde às expectativas de ninguém, nem das crianças, nem dos jovens, nem dos pais, nem das mães, nem dos encarregados de educação, nem sequer da sociedade açoriana. Aqui não se come arroz com feijão. Ponto! Isso é no Brasil e nós não estamos no Brasil, estamos na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, isto para dizer que o Governo não se pode queixar que o Bloco de Esquerda não deu conta de que tinha sido contactado, diversas vezes, por diversas entidades, por diversos cidadãos, denunciando a pouca, a baixa qualidade. Aliás, o peixe que as crianças comem (é só ouvi-las!) é sopa de peixe, peixe cozido é sopa de peixe, é aquilo que elas comem, atum é batata cozida com uma coisinha de atum ali, que é preciso um microscópio, um cheirinho.

Portanto, tudo isto é verdade.

Eu não sei!

Existe uma Manual de Boas Práticas? Existe sim senhor!

Mas isso é completamente indiferente quando são as crianças que frequentam as nossas escolas, os jovens, os pais, as mães, os encarregados de educação, as associações de pais e até a coragem de algumas unidades orgânicas que se pronunciaram sobre este Projeto de Resolução, cujos pareceres constam do Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Sociais, que dizem que é pouca, é de má qualidade e às vezes não corresponde àquilo que está publicado.

O problema, Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados, é somente este. E este é um problema grave!



Por exemplo, quando em sede de Comissão o Sr. Secretário da Educação e Cultura diz que “as transformações sociais e económicas verificadas nos últimos anos têm-se notado no acréscimo de maus hábitos alimentares”, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, deixe-me dizer-lhe uma coisa:

Nos últimos anos não se tem acrescentado nada. Não há maus hábitos alimentares. Há falta de comida, Sr. Secretário Regional.

Os maus hábitos é da falta de comida!

Uma criança que tem fome come os chocolates todos que lhe derem, se houver alguém que o faça.

**Deputado André Bradford (PS):** E as que não têm fome também comem!

**A Oradora:** Portanto, nos últimos anos os hábitos alimentares não mudaram, a alimentação é que escasseia, Sr. Secretário Regional e é por isso que a escola pública tem uma responsabilidade acrescida exatamente nestes últimos anos, exatamente porque é a escola que fornece, à maior parte das nossas crianças (em algumas escolas 60%, noutras 90%, noutras 70%) a única refeição quente que muitas delas têm ao longo de um dia inteiro.

Portanto, não vale a pena, Sras. e Srs. Deputados, “taparmos o sol com a peneira” e fingirmos que está tudo bem.

O Partido Socialista chumba o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda. Não é uma novidade. Nós já sabemos que é assim.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, digo-vos uma coisa:

Não há um pai, uma mãe, um encarregado de educação nesta Região, em cada uma das 9 ilhas da nossa Região, que não perceba aquilo que o Bloco de Esquerda está a dizer.

Se não for para si, é a escola onde o sobrinho anda, é a escola onde o vizinho anda (pode não ser a escola onde o seu filho anda). O Bloco de Esquerda não diz todas as escolas, mas diz que são escolas demasiadas e suficientes para que

a tutela, neste caso a Secretaria Regional da Educação e Cultura, assuma as suas responsabilidades e faça alguma coisa nesta matéria.

É só isto que o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda pretende.

E ser chumbado pelo Partido Socialista, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me que vos diga, é uma honra...

**Deputado Nuno Meneses (PS):** Nós sabemos!

**A Oradora:** ... porque isso é a prova de que a razão está do nosso lado.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

(\*) **Deputado Nuno Meneses (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, acho que é importante, talvez, que se recorde a fonte da matéria que deu origem a este Projeto de Resolução aqui apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Na realidade o que fez o BE foi apanhar a boleia de uma investigação conduzida pela nutricionista do Centro de Saúde do Nordeste,...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E muito bem!

**O Orador:** ... cujos resultados foram apresentados nas II Jornadas da Obesidade Infantil da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

Se pegarmos no parecer que nos foi enviado pela Ordem dos Nutricionistas, conseguimos rebater as afirmações que acabou de proferir, uma a uma, e posso começar a ler também.

“A investigação referida conduzida pela nutricionista do Centro de Saúde do Nordeste é um trabalho realizado no contexto do seu mestrado, em que é proposta uma ferramenta que pretende avaliar a existência de políticas alimentares na escola...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** É a Ordem dos Nutricionistas, Sra. Deputada!

**O Orador:** ...e não apenas a qualidade nutricional das refeições escolares”.

Foi com base nesta investigação que se baseou para avançar para a elaboração deste Projeto de Resolução.

Mas diz mais, o Parecer da Ordem dos Nutricionistas. Diz:

“Contrariamente ao sugerido no texto do Bloco de Esquerda, onde é afirmado haver uma falta de consideração e preocupação acerca da qualidade nutricional das refeições escolares, na Região Autónoma dos Açores, através da Direção Regional da Educação e da Direção Regional da Saúde, têm desde 2009 feito um enorme esforço na melhoria do estado nutricional da população em geral, e em particular da população infantojuvenil.”

Sra. Deputada, não sou eu que o digo.

**Secretária regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Ninguém diria!

**O Orador:** É a Ordem dos Nutricionistas é que diz isto que aqui está.

“Desde o ano de 2010 que DRE, através das escolas do sistema educativo regional, e com a contratação de um nutricionista, tem vindo a implementar um trabalho mais ativo na oferta de refeições mais saudáveis e adequadas em meio escolar, tendo-se verificado um significativo aumento do número das refeições servidas.

São igualmente desenvolvidas pela DRE atividades em âmbito de alimentação escolar com a redação e publicação de orientações e diretrizes para apoio à oferta alimentar, higiene nos refeitórios escolares, apoio técnico e científico no âmbito do concurso público e aquisição dos bens alimentares”.

Diz que “são também desenvolvidas pela Direção Regional da Educação ações de educação para a saúde, nomeadamente coordenação, organização e

planificação do Programa Regional de Saúde, área de intervenção para saúde em contexto escolar”.

Diz que “uma preocupação e uma política de implementação de um estado nutricional adequado na população da Região Autónoma dos Açores estão também bem patentes no Plano Regional de Saúde dos Açores, 2014/2016 (que já tinha referido anteriormente também), onde promoção da alimentação saudável surge transversalmente nas áreas da intervenção da saúde infantojuvenil, área de intervenção da promoção da saúde em contexto escolar”.

Diz que “considerando o exposto, podemos considerar um importante trabalho tem vindo a ser realizado na Região Autónoma dos Açores no âmbito da promoção de uma alimentação saudável, concreta e particularmente nas escolas do sistema educativo regional, devendo tal ser motivo de lhe dar continuidade e incrementar mais ações”.

Portanto, é o que diz o parecer da Ordem dos Nutricionistas, Sra. Deputada.

Portanto, na realidade pode dizer-se que foram retirados dados avulsos de um estudo que erradamente interpretados levaram a que se obtivessem conclusões erradas.

A prova disso foi também o incómodo gerado na autora do trabalho que se sentiu na necessidade de, por sua livre iniciativa, esclarecer a Comissão e o Parlamento daquele que era o objeto do seu estudo, da metodologia e das conclusões possíveis.

Passo a ler também aquele foi o esclarecimento...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Leia, leia|

**O Orador:** ... que foi enviado pela autora da investigação que se sentiu melindrada com aquilo que foram as indicações colocadas no Projeto de Resolução elaborado pelo Bloco de Esquerda. Diz:

“É meu entendimento que as declarações públicas feitas em contexto de encontro científico prestado por mim à comunicação social foram alvo de descontextualização e exploração...

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e extrapolação (peço desculpa), e deram origem a uma utilização desproporcionada neste Projeto de Resolução não sendo de todo este o objetivo da divulgação dos dados científicos.” É o que diz a autora da investigação, que é aluna do mestrado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem lembrado!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E diz mais, Sr. Deputado!

**O Orador:** Diz ainda que:

“Deste modo venho também ressaltar...

*(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)*

**O Orador:** Pois diz muita coisa, mas também não vamos estar aqui a ler tudo porque está disponível.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Esse não convém!

**O Orador:** Não é o que convém, Sr. Deputado.

O que está expresso neste esclarecimento da investigadora, Sara Ferreira, que é autora do estudo, é nesta base.

“Deste modo venho também ressaltar que o trabalho efetuado pela tutela ao nível da nutrição nas escolas tem sido, a meu ver, louvável, não podendo deixar de referir o esforço que tem sido feito no sentido da evolução e da melhoria contínua, através da inclusão dos nutricionistas das unidades de saúde nas equipas de saúde escolar e do trabalho feito pelas Direções Regionais da Educação e da Saúde.”

Como se pode ver nem a própria autora da investigação se revê no Projeto de Resolução.

E mais, na verdade o BE não conseguiu resistir à tentação de com base no estudo que de certa forma distorceu, preparar um Projeto de Resolução que tenta dar eco às vozes descontentes de alguns alunos. Até percebo que seja fácil, por vezes, quando ouvimos os nossos alunos queixarem-se que as refeições não são boas, depois os pais queixam-se e por aí adiante, e sentimo-nos na tentação, sim senhor, de apoiar.

Mas repare numa coisa, e até por experiência própria, sei que muitas das vezes essas reclamações que são infundadas rapidamente caem por terra quando são chamados os encarregados de educação a tomar uma refeição nas cantinas, juntamente com os alunos, rapidamente percebem que da parte dos alunos o que há é uma tentativa de ludibriar os pais para se tentar encontrar uma alternativa fora da escola, nos bufetes, enfim, aquilo que já foi referido.

O que posso dizer ainda relativamente a esta situação é perante os dados, ciente de que estamos todos preocupados (em não tenho dúvidas que estaremos naturalmente todos preocupados) em garantir a melhor alimentação aos nossos alunos,...

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Conscientes! Está preocupado, vai para o céu e não serve de nada!

**O Orador:** ... para além de nos preocuparmos com as qualidades das refeições o caminho deverá ser também de, ao mesmo tempo, promover junto dos nossos alunos o incentivo de hábitos de vida e alimentação saudável.

Temos de encontrar um equilíbrio entre a qualidade nutricional e a ementa apelativa, é verdade. Se tivermos só a primeira afastamos os alunos das cantinas, se tivermos só a segunda certamente faltar-nos-á a qualidade. E essa combinação não se faz apenas definindo diretrizes teóricas faz-se garantindo o acompanhamento próximo da parte da gestão da escola e dos nutricionistas.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Os dados mostram que o número de refeições servidas nas cantinas têm vindo sucessivamente a aumentar ano após ano o que é mostra de que progressos têm vindo a ser feitos nesta matéria. Tem sido possível captar mais alunos a fazer a sua refeição na escola o que é já uma evidência dos esforços feitos nesta matéria pondo-se em prática o “Manual de Operacionalização da Área de Intervenção na Promoção da Saúde em Contexto Escolar” que tem vindo a dar frutos em benefício dos nossos alunos.

A proposta apresentada neste Projeto de Resolução de certa forma já existe, é redundante e o que menos queremos é que se coloque mais problemas na engrenagem da prestação de um serviço fundamental que tem qualidade e cumpre a sua função.

**Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Deputados, lembrar o seguinte:

A conversa que eu tive com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura foi em dezembro de 2014, início do mês de dezembro de 2014.

O estudo publicado, publicitado, num órgão de comunicação social desta Região foi feito no dia 28 de maio de 2015.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** No dia 1!

**A Oradora:** Sr. Deputado, faça-me o favor de reconhecer que eu não preciso, nem o Bloco de Esquerda, de ir à boleia de coisa nenhuma, quando cinco meses

antes já tinha dito ao Sr. Secretário Regional aquilo que queria dizer. Esta é a primeira questão, estamos esclarecidos.

Agora vamos ao estudo. O estudo da Dra. Sara Ferreira, foi publicado no Açoriano Oriental do dia 28-05-2015, com o título que é “Ementas das escolas de São Miguel com má avaliação”.

Eu tenho imprimido e são duas páginas e mais um bocadinho. Em termos de jornal, isto era uma página e o título era suficientemente gordo e vale a pena referir que a Dra. Sara Ferreira chama a atenção nesta notícia para o facto desta não ser uma avaliação subjetiva, é uma avaliação objetiva, feita, como ela diz, no âmbito do metrado em doenças metabólicas e de comportamento alimentar com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, que foi ontem apresentado nas II Jornadas de Obesidade e que utiliza as ferramentas metodológicas científicas que deve utilizar, pelo que as suas conclusões não são subjetivas são objetivas.

Tanto quanto sei, até hoje, não apareceu nenhum desmentido da Dra. Sara Ferreira, relativamente às citações que fazem da sua apresentação neste colóquio e não houve nenhum desmentido deste título onde está dito (entre aspas) a avaliação é de facto má.

Vamos continuar, porque ainda não acabou, Sras. e Srs. Deputados:

O parecer da Ordem dos Nutricionistas referido pelo Sr. Deputado do Partido Socialista é um parecer entre variadíssimos que a Comissão de Assuntos Sociais recebeu. É um parecer, com toda a sua legitimidade, da sua opinião e respeitável opinião, não é o parecer.

**Deputado Berto Messias (PS):** Neste caso, é!

**A Oradora:** Não, não é, não!

Neste caso, o parecer são aqueles que comem nas escolas públicas e que têm filhos nas escolas públicas. Esse é que é o parecer, Sr. Deputado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Neste caso é o parecer!



**A Oradora:** Este é um parecer.

Mas vale a pena ler, coisa que o Sr. Deputado se esqueceu, o que é que a própria Dra. Sara Ferreira pensa (pensa e escreve!) acerca do relatório, do parecer da Ordem dos Nutricionistas, que aliás é muito pouco simpático, em termos de avaliação, para a Dra. Sara Ferreira, falando assim de uma forma popular, puxa-lhe um bocadinho as orelhas, porque ela disse aquilo que não devia dizer e até lhe retira credibilidade científica ao estudo que ela está a fazer, e a Dra. Sara Ferreira tem oportunidade, na página 3 do seu parecer, e vou ler, com a autorização da Sra. Presidente (uma vez que já toda a gente leu, agora chegou a minha vez) onde a Dra. Sara Ferreira diz o seguinte:

“Relativamente à crítica da Ordem quanto aos seus instrumentos metodológicos, acrescento que o facto de um instrumento não ser validado não lhe retira o rigor e qualidade, até porque os restantes instrumentos de recolha de dados aplicados na Região Autónoma dos Açores no âmbito da saúde escolar também não se encontram validados, o que de modo algum lhes retira a pertinência e fiabilidade dos dados recolhidos”.

Continua a Dra. Sara Ferreira:

“No âmbito das declarações da Ordem dos Nutricionistas, no que se refere à comparação de resultados, por exemplo, da Escola Roberto Ivens, não se poderia cair no erro de comparar dados distintos, uma vez que os dados recolhidos neste estudos (neste, dela!), revelam apenas que o ambiente nutricional, considerando num todo, não se encontra com cotação positiva.”

Ou seja, a Dra. Sara Ferreira volta a repetir aquilo que tinha afirmado no seu estudo.

“Estranha-se por isso (continua a Doutora) as deliberações assumidas pelos vários intervenientes que enferma de rigor, quer na análise factual, quer nas considerações metodológicas”.

Continua ainda:

“Esta situação acabou apenas por aflorar e mostrar que existem itens que necessitam de maior atenção por parte dos profissionais, pois o ambiente nutricional não se resume a ações de promoção de alimentação saudável. Os utentes de um determinado refeitório podem encontrar-se muito satisfeitos com as refeições por incluírem os itens alimentares que mais lhes agradam, o que não querará dizer que estas refeições sejam equilibradas ou adequadas nutricionalmente.”

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ora muito bem!

**A Oradora:** E conclui a Sra. Dra. Sara Ferreira:

“Termino com a convicção de que a nutrição continuará a seguir o caminho da evolução onde devem ser feitos diagnósticos, conhecer as lacunas e projetar estratégias de resolução e neste caminho esta ferramenta pode contribuir de uma forma decisiva”.

O Bloco de Esquerda diria, e neste caminho e com este objetivo, o nosso Projeto de Resolução pode ser um contributo útil.

Já agora, relativamente àquilo que o Sr. Deputado do Partido Socialista referiu, de que a Dra. Sara Ferreira se teria sentido melindrada, e disso dá nota, por não ter sido ouvida, eu recorro a este plenário (está ali a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Catarina Furtado, que não me deixará mentir), que aquando da pergunta ao Bloco de Esquerda “quem é que o Bloco propõe que se ouça em Comissão sobre este Projeto de Resolução?”. Houve várias propostas: Associações de Estudantes, Unidades Orgânicas, a Ordem dos Nutricionistas, penso que até foi a Sra. Presidente que avançou, e eu disse, e aquela senhora do Nordeste, do Centro de Saúde do Nordeste, que fez aquele estudo e que veio publicado.

E a Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais disse: não vale a pena porque nós vamos ouvir a Ordem dos Nutricionistas.

E o Bloco de Esquerda aceitou. De facto, não fazia sentido ouvir uma pessoa da Ordem quando nós íamos ouvir a Ordem.

Portanto, eu daqui desta bancada quero dizer à Dra. Sara Ferreira, se ela eventualmente está a acompanhar esta emissão, digamos assim, e esta sessão, que a senhora não foi convidada porque se entendeu que a Ordem dos Nutricionistas falaria por ela. Não foi porque o Bloco de Esquerda desrespeitasse o seu trabalho. Que fique bem claro!

Agora quem não a respeitou, e também digo isto toda a clareza aqui neste plenário, foi a Ordem dos Nutricionistas quando nega o trabalho desta senhora com todas as letras, desta Doutora com todas as letras, a sua qualidade científica, a sua credibilidade e até põe em causa a metodologia utilizada.

Portanto por muito que lamento dizê-lo: não tenho outro remédio!

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente, e ninguém põe em causa o parecer da Ordem dos Nutricionistas, mas é um facto que do estudo feito pela Dra. Sara, há algumas questões que é necessário evidenciar, designadamente algumas conclusões, e as que estão no preâmbulo do Projeto de Resolução que o Bloco de Esquerda nos traz aqui à apreciação e à discussão e à votação, designadamente o facto de nessa investigação se concluir que a oferta alimentar nas escolas se baseia, conforme explicações da autora, no sistema “planeamento e avaliação das refeições escolares, um instrumento que confere subjetividade à avaliação da qualidade das refeições referidas”.

Se me permitem, a interpretação que faço é a seguinte:

Não pode ser só por análise das ementas que se avalia ou que se deve avaliar a qualidade das refeições, porque importa saber qual a relação entre os diferentes alimentos, entre os diferentes nutrientes, mas importa também saber a forma como se confeciona e que outros complementos se utilizam, designadamente gorduras, quais as gorduras que se utilizam para a confeção, porque como sabemos há algumas (e isto também se relaciona com a temperatura) algumas gorduras se degradam a uma temperatura mais baixa, outras degradam-se a um temperatura mais elevada.

Portanto, qualquer avaliação que seja feita apenas pela análise da composição das ementas, é insuficiente.

Portanto, é necessário que se tenha em consideração nessa avaliação outras variáveis e que não me parece que isso venha a acontecer, embora, só pela avaliação da composição das ementas, o estudo tenha concluído que há desequilíbrios.

Portanto, o estudo indica isso claramente, designadamente que “há um abuso do recurso a carnes processadas e não se diversifica a oferta de hortícolas ou leguminosas ou por vezes nem disponibilizam tais alimentos”.

Depois, ainda diz mais: “a falta de consideração e de preocupação acerca da qualidade nutricional das refeições escolares é sintomática de uma política de saúde que tarda em investir na promoção da saúde e na prevenção primária, até porque no que diz respeito à alimentação nas escolas só se questiona a qualidade do que é serviço às crianças e jovens quando ocorrem situações de intoxicação alimentar”, o que me parece, também a mim, que é muito pouco.

Portanto, há aqui, de facto, necessidade de, e se o queremos fazer e se o queremos fazer em consciência, que se aprove esta iniciativa do Bloco de Esquerda, se queremos efetivamente tratar este assunto com o rigor que ele efetivamente merece, porque estamos aqui a falar de alimentação e quando

falamos de alimentação estamos a falar de saúde, e estamos a falar de prevenção na saúde, isto é, estamos a falar de políticas de saúde.

Eu sei que para o Partido Socialista importa-lhe mais as políticas da doença do que as da saúde, mas de facto há aqui uma questão que me parece que é essencial, e se de facto o Partido Socialista quer demonstrar o contrário, só pode fazer uma coisa, neste como noutros assuntos, é aprovar este Projeto de Resolução e depois introduzir as medidas que forem indicadas para corrigir aquilo que nós sabemos que não está efetivamente bem ao nível daquilo que se serve nas cantinas escolares.

E reitero aqui ainda uma outra questão que para a Representação Parlamentar do PCP é muito importante, é que o paradigma da concessão dos refeitórios escolares diminuiu a qualidade das refeições que são fornecidas nos refeitórios escolares, para além, como disse ter sido uma forma de destruir emprego público e tudo isto julgo que deve ser repensado e que o Partido Socialista, ou melhor, o PS deve repensar estas questões e o Governo Regional também.

Eu voltarei ao debate daqui a bocadinho.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não se incomode!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(\*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que fiquei um pouco confusa quando da apreciação e votação do relatório e desta iniciativa em sede de Comissão o Partido Socialista aprovou o relatório, mas votou contra a iniciativa quando, no dia 18 de junho, a urgência passou aqui em plenário, o Partido Socialista, pela voz da Sra. Deputada Catarina Furtado, tinha dito, e passo a citá-la, se me permite: “tudo o que toda à alimentação das crianças e dos jovens das nossas escolas temos tido sempre a atenção e os cuidados exigidos para saber o que se passa. Se as regras não

estiverem a ser cumpridas estaremos cá para tomar as devidas precauções e as devidas recomendações que forem cabais”. E votaram favoravelmente a urgência.

Eu fiquei um pouco sem perceber o que é que se tinha passado para depois votarem contra a iniciativa atendendo a que, em Comissão, a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado colocou apenas uma questão ao Sr. Secretário que foi, se as queixas estavam relacionadas apenas com a qualidade dos alimentos ou se também com a quantidade? E o Sr. Secretário respondeu que havia queixas relativas às duas questões.

Fiquei sem perceber em que é que se tinham baseado para subitamente votarem contra este Projeto.

Agora percebi, das declarações do Sr. Deputado Nuno Meneses, que se basearam nos pareceres que chegaram e que se basearam exclusivamente nos pareceres positivos dados pelas escolas, e leu o parecer da escola do Nordeste, que é uma escola com uma confeção própria.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não tem refeitório concessionado!

**A Oradora:** Tem confeção própria.

**Presidente:** Por favor, não entrem em diálogo, Srs. Deputados.

**A Oradora:** Nós sabemos que as escolas com confeção própria conhecem melhor os seus alunos e podem ter determinadas atenções que aquelas que têm a alimentação concessionada não podem ter, o que não quer dizer... Eu não concordo com o Sr. Deputado Aníbal Pires quando diz que os refeitórios devem ser todos por conta das escolas.

Não concordo com isso...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso é outra questão!

**A Oradora:** ... mas acho que se deve exigir dos privados, das empresas de *catering*, que tenham cuidado com as refeições.

Agora, Sr. Deputado Nuno Meneses, acho que o senhor deveria ter lido todos os pareceres, os positivos, como fez em relação à escola do Nordeste e da Ordem dos Nutricionistas, mas também aqueles...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso eu compreendo! Não convém!

**A Oradora:** ... que têm opiniões contrárias, porque há pareceres que dizem que na ilha não tem nutricionista a tempo inteiro e portanto não podem garantir essa qualidade e há outros que dizem mesmo que há má qualidade alimentar.

Portanto, o que eu faço é convidar o Sr. Deputado Nuno Meneses a ler-nos também o parecer da escola da Graciosa, o parecer da Escola Profissional da Ilha de São Jorge, o parecer da Escola Tomás de Borba, o da Associação de Pais da Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, ou o da Associação de Estudantes da Escola Secundária da Lagoa, para ficarmos a perceber bem a opinião que eles têm sobre esta questão.

Muito obrigada.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Esses não foram fornecidos ao Deputado Nuno Meneses!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Eu espero que o seu apelo tenha sido meramente retórico, naturalmente, para que depois não fiquemos aqui o resto do tempo a ler os pareceres que estão anexos ao relatório.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretários do Governo:

Começo por fazer um esclarecimento enquanto Presidente da Comissão relativamente à audição da Dra. Sara Ferreira.

Efetivamente aqui ainda no plenário trocámos informalmente, eu e a Sra. Deputada Zuraida, algumas hipóteses de audições. Depois, formalmente, a Sra.

Deputada fez-me chegar por escrito a intenção que tinha de diligências a efetuar no âmbito da análise deste Projeto de Resolução.

Eu levei as mesmas, os outros membros da Comissão ainda se devem lembrar, à Comissão e disse, de facto, que a questão da Dra. Sara tratava-se de um estudo de tese de mestrado que ainda não tinha sido apresentado. Como tal, ainda não estava avaliado e validado e que já tínhamos o Conselho Regional da Ordem dos Nutricionistas.

Se a Comissão terá ideia, esta diligência foi, de facto, rejeitada por unanimidade, da qual eu dei depois Sra. Deputada parecer por escrito.

Feito o esclarecimento, que eu acho que estará de acordo que foi assim que fiz, o que não ficou claro foi o melindre da Sra. Doutora Sara, porque o melindre da Dra. Sara não é por não ter sido ouvida em Comissão, eu pelo menos não depreendo disso, nem da parte que o Deputado Nuno Meneses leu, nem do resto da parte do que ela disse.

O que ela disse foi: a questão do Bloco de Esquerda ter-se apropriado ou ter partido de um estudo que ela apresentou numa conferência e que podia ter sido descontextualizado.

E mais: o que ela diz é que (se a senhora vir) convém, “importa esclarecer que a avaliação das ementas escolares comporta a apreciação de vários itens, em termos gerais e vários. Neste sentido o que se verificou no decorrente estudo foi que os itens...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Vou ler outra vez, Sra. Presidente!

**A Oradora:** ... com menos pontuação, correspondendo à classificação não aceitável, segundo o sistema planeamento e avaliação de refeições foram a carne, o pescado, o ovo e acompanhamento de hortícolas e leguminosas”.

Isto não quer dizer que a apreciação final das ementas observadas através dos dados obtidos seja negativa na maior parte das escolas. Quer dizer apenas que



dentro das ementas escolares os itens que necessitam melhoria e maior atenção por parte dos profissionais desta área são efetivamente os acima citados.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Nem que fosse só numa!

**A Oradora:** E continua:

É de salientar que a avaliação das ementas escolares é um item que compõe o sub-módulo cantina e que representa seis, das 59 questões do instrumento, representando assim 10,2% da totalidade de questões avaliadas não se podendo confundir a apreciação geral do ambiente alimentar das escolas...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Já li isso!

**A Oradora:** ... com a avaliação de ementas, nem tão pouco com a apreciação de apenas dois itens que compõem avaliação completa das ementas escolares.

Como a Sra. Deputada já leu...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Já li em voz alta!

**A Oradora:** ... e já quero crer que todos já leram, eu vou então passar para outro nível que eu julgo que a senhora ainda não leu.

Respondendo à Sra. Deputada Judite Parreira, eu quando disse o que disse no pedido de urgência e aprovação, disse e mantenho. Disse e mantenho-o!

Nós temos, sim, muita preocupação com o nível alimentar e com as condições de comida que são servidas das nossas escolas, eu disse e mantenho-o.

Mas se a senhora quer que eu lhe recorde há aqui os depois pontos do Projeto Resolução que diz “as escolas públicas da Região implementem no prazo de seis meses critérios de qualidade nutricional que orientem um processo de avaliação”.

A senhora se chegar ao caderno de encargos que está aqui, que é dado às empresas de “*outsourcing*”, para aquelas que têm empresas de *catering*, está aqui claríssimo o que é que deve acontecer.

No artigo 13.º fala da representação em que de facto cada uma das partes é a escola e a empresa e eu lia-lhe apenas o ponto 7. O ponto 7 diz que deve existir

um registo diário do funcionamento do refeitório, conforme anexo D”... Ah! E o anexo D (pasmese!), diz: a sopa, a ementa prevista, a ementa oferecida e as capitações. Para quem não percebeu o que são as capitações são as quantidades de comida servida.

“Prato: a componente proteica, o acompanhamento, a salada, legumes, sobremesa, justificação de desvios.”

**Deputada Judite Parreira (PSD):** Se isso aumenta a sua autoestima!

**A Oradora:** “Isto cabe ser supervisionado a verificação quantitativa, aliás, o registo de funcionamento do refeitório, em que os representantes dos contraentes da escola, registam a apreciação relativa à execução do serviço diário. O representante do adjudicatário deve fornecer os dados referentes ao peso da matéria-prima.”

No ponto 8 diz: “a verificação quantitativa referida no ponto anterior, por objetivo comprovar em conformidade nomeadamente quantidades globais adquiridas com as quantidades a fornecer a cada dia dos componentes do prato, as capitações”, que também é outro anexo.

E depois diz: “a verificação qualitativa tem por objetivo comprovar a conformidade nomeadamente da qualidade dos géneros incorporados”, e de outra lista, que é a lista dos autorizados.

O que é dito aqui, na questão do dever de verificação é que compete às escolas acompanharem e depois preencherem os anexos de qualidade da refeição que é a avaliação”, que diz satisfaz, não satisfaz, muito bom, e não tem observações ou com observados.

Depois tem um anexo que o mapa de controlo mensal e depois ainda tem o modelo de reclamação do funcionamento do refeitório.

Sra. Deputada, parece-me que os mecanismos estão aqui. Até há o modelo de reclamação do funcionamento dos refeitórios.

Parece-me que a identificação da queixa, o sítio para fazer a identificação da queixa, também consta do manual do procedimento de adjudicação.

Mais: se nós quiséssemos ver ainda tem depois ementas tipo fornecidas pela DRE de quantas vezes em que há aqui uma ressalva que, por exemplo, peixe frito (chicharros fritos, que é uma coisa que eu adoro), só pode ser servido uma vez por mês. As diretivas dizem devido ao facto dos nutricionistas.

Falando de nutricionistas, há aqui uma questão que eu pessoalmente ainda não percebi, ou é a “Olívia patroa” ou é a “Olívia palito”. Umas queixam-se porque não têm nutricionistas, outras dizem que não vale a pena, porque os nutricionistas dizem que tem muita comida ou comida a mais.

Mas afinal os senhores querem nutricionistas a acompanhar as escolas e as refeições, ou não querem nutricionistas no trabalho?

Querem implementar estilos de vida saudáveis com refeições como deve ser com a introdução de novos alimentos, ou não querem? Ou querem apenas quantidade, tipo rancho de tropa como antigamente ou em tempo de guerra.

**Deputada Benilde Oliveira (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Vamos lá ver se nós queremos inculcar hábitos alimentares saudáveis e credíveis, compatíveis, com a sociedade que hoje temos e com os cuidados?

Eu disse-lhe que não era preciso porque afinal os mecanismos que a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda diz no seu primeiro ponto estão aqui, os mecanismos de queixa formal.

Mas se a senhora quiser os pareceres, vamos aos pareceres. Falou na Tomás de Borba, e falou muito bem.

Falou na Tomás de Borba, que até é uma questão que nem vem do conselho executivo, para não irmos a questões anteriores, desagradáveis como tivemos no Projeto anterior.

A Tomás de Borba diz que “a Associação de Pais e Encarregados de Educação acolhe positivamente a proposta de Projeto de Resolução.

Na verdade, a Associação de Pais tem vindo a discutir a necessidade de serem considerados outros critérios na avaliação de propostas para adjudicação de serviço de refeitório, além do critério do preço.

A Associação inferiu, através das respostas a um inquérito aos alunos sobre a qualidade do refeitório realizado em outubro de 2014, a 434 inquiridos, que houve uma melhoria na qualidade das refeições relativamente ao ano anterior; 60% responderam que tinha havido uma melhoria.

No entanto, esta melhoria não resultou necessariamente numa melhor qualidade nutricional, mas eventual de uma melhor confeção dos alimentos.

Consideramos, portanto, que o critério da qualidade nutricional deve ser considerado tanto nos processos de avaliação da qualidade como na adjudicação”, ou seja, que se cumpra o caderno de encargos. Quando se faz a adjudicação, que se faça cumprir.

Ou seja, parece-nos que o objeto de pontos da Resolução do Bloco de Esquerda está esvaziado, porque o que há a fazer é uma fiscalização.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já está feito, Sra. Deputada!

**A Oradora:** A montante, os mecanismos por parte da DRE existente, estão aqui. As escolas têm que fazer uma fiscalização mais atuante e têm que reclamar quando assim for, porque a Sra. Deputada não disse aqui uma coisa que foi, a nutricionista Sara Ferreira fez aquele estudo na Ilha de São Miguel. Não fez nas outras oito ilhas!

Os Açores, e o Governo, zelam por nove ilhas!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mas as queixas são de outras ilhas!

**A Oradora:** O Governo governa para nove ilhas! Não é só para São Miguel.

E mais, esses pareceres todos, os Srs. Deputados devem ter feito como eu, distinguem-se em dois tipos distintos.

A única que diverge aqui é a questão da Tomás de Borba, da sua Associação de Pais.

Até há uma associação de estudantes da Escola Secundária da Lagoa que ele dá a sua opinião pessoal. Releva-se, é jovem, está fazendo um trabalho de aprendizagem, é Presidente da Associação de Estudantes.

Ele diz, na sua opinião pessoal... Diz aqui: “na minha opinião pessoal eu acho que a comida é má”.

Portanto, não responde pela Associação de Estudantes, mas eu relevo.

Mas também há umas outras, senhoras, que é a Associação de Pais da Roberto Ivens,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... ou a Associação de Pais da Canto da Maia, já não sei agora precisar qual, que teve o cuidado de acompanhar com fotografias no Facebook, todo o ano as cantinas.

Sr. Secretário, pergunto-lhe eu: quantas queixas o senhor teve da Associação de Pais da Escola Roberto Ivens ou da Canto da Maia relativamente às refeições?

Sejamos sérios. O Projeto de Bloco está esvaziado.

O que é preciso? Mais fiscalização? É preciso!

É preciso mais atuação? É!

Das escolas, dos pais,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... da sociedade e das famílias. É disso que nós precisamos. Convocar a sociedade para a escola.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Informo que o Partido Socialista esgotou o seu tempo com esta intervenção.

O Sr. Deputado Aníbal Pires está a inscrever-se?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Eu estive aqui a ver na minha gaveta, mas não tenho aqui o Regimento e estou outra vez aqui com uma dúvida regimental.

Há bocadinho eu pedi um esclarecimento sobre um Projeto de Decreto Legislativo Regional que estávamos a discutir, para saber se o Governo poderia ou não falar.

Agora como se trata de um Projeto de Resolução, é portanto uma outra figura (muito obrigado, eu depois já vejo) queria saber se efetivamente o Governo Regional tem direito a participar neste debate, ou não tem direito? Porque realmente já era tempo, Sr. Secretário.

Gostaria de um esclarecimento.

**Presidente:** Sr. Deputado, eu na sua última interpelação esclareci. Disse que em todas as figuras regimentais o Governo podia intervir. Portanto, que já deve estar esclarecido.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Menos nos protesto!

**Presidente:** Porque na sua última interpelação eu já lhe tinha respondido.

Uma interpelação à Mesa, tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para um esclarecimento e apenas para um esclarecimento.

Há figuras regimentais em que nós sabemos que o Governo Regional não pode intervir.

Eu, se a Sra. Presidente especificou quais...

**Presidente:** Foi o que aconteceu.

**O Orador:** ... eu peço desculpa, eu não percebi, se de facto a Sra. Presidente esclareceu.

É que como há figuras regimentais em que o Governo não pode participar, eu pensei...

**Presidente:** Já percebi a sua questão, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado.

Então pode participar, não é?

**Presidente:** Já percebi a sua questão. Há pouco esclareci convenientemente.

A Sra. Secretária Regional penso que pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sra. Secretária.

(\*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para perguntar à Mesa qual a norma do Regimento ao abrigo da qual se determina o momento em que o Governo Regional deve intervir, e a quem cabe também, nos termos do Regimento a gestão do tempo e do momento das intervenções dos Membros do Governo?

Muito obrigada.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

**Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Depois queixem-se dos votos de protesto! Agora podem falar!

**Presidente:** Sra. Secretária, há pouco e na primeira interpelação do Sr. Deputado Aníbal Pires, naturalmente não poderia...

*(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, eu agradecia algum respeito, pelo menos quanto eu estou a falar.

Sra. Secretária, eu, nas duas interpelações do Sr. Deputado Aníbal Pires, como compreenderá, não poderia responder desta forma. Não é isso que me compete. Apenas esclarecer à pergunta que me foi feita.

Assi digo-lhe que claramente não há no Regimento nenhuma norma que indique quando, como e em que tempo devem intervir as bancadas. Neste caso o Governo intervém quando assim o entender.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Um protesto.

**Presidente:** Um protesto a?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sobre a...*(corte na gravação)*

**Presidente:** Não lhe vou conceder a palavra para um protesto, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, a questão é a seguinte:

Não foi perguntado pela Representação Parlamentar do PCP...

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires...

**O Orador:** ... se o Regimento determinava isto ou aquilo.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires...

**O Orador:** Não! Isso foi abusivo!

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, permita-me:

O Sr. Deputado fez-me uma pergunta e eu respondi.

A Sra. Secretária fez-me uma pergunta e eu respondi.

A Sra. Secretária não lhe respondeu a si. Perguntou-me e eu respondi-lhe a ela.

Logo, se o senhor quer protestar, é em relação à Mesa...

*(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)*

**A Oradora:** ... e não à Sra. Secretária, como compreende.

Portanto, penso que estamos esclarecidos quanto a esta situação.

Muito bem. Vamos continuar o nosso debate.



Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos pegar em algumas das intervenções e dos esclarecimentos dados, e que eu agradeço, em nome do Bloco de Esquerda, mas já agora também gostaria de prestar alguns.

Foi aqui dito que as empresas de *catering* têm claríssimo, no caderno de encargos, aquilo que devem fazer.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas não fazem!

**A Oradora:** Pois podem ter. Pode lá estar tudo claríssimo, até escrito em braile, mas não fazem. A maior parte delas não faz.

Agora vale a pena perguntar porquê?

Porque são más?

Porquê?

Porque querem meter o dinheiro todo que lhes é pago ao bolso e fazer lucro à custa das crianças e dos jovens?

Ou porque estas empresas são escolhidas com um critério que é apresentar o caderno de encargos mais baixo no seu valor?

Portanto, o Governo Regional escolhe a mais barata. E a mais barata tem custos, porque a comida custa dinheiro. Esse é que é o problema, Sr. Secretário Regional.

Uma das responsabilidades do Governo é essa. É juntar outros critérios, porque ser só o preço mais barato não chega. Aliás, isso seria uma discussão longa até para outro tipo de fornecimento de serviços.

Agora, o preço baixo não! Porque o preço baixo quem o paga são as crianças quando depois, para ganharem, não é muito dinheiro, é algum dinheiro, estas empresas de facto poupam e ganham algum dinheiro à custa de uma comida

cuja qualidade e quantidade, em muitos casos, não é aceitável na nossa escola pública.

Depois, compete às escolas, às Unidades Orgânicas, fiscalizarem o tipo de comida.

Sras. e Srs. Deputados, se nos pareceres que a Comissão de Assuntos Sociais recebeu, são as próprias Unidades Orgânicas, algumas delas, a reconhecer que a comida não presta, agora nós temos que dizer às escolas para fiscalizarem?

Sras. e Srs. Deputados, elas estão a fiscalizar. Elas estão a dizer “não presta”, “é pouca”, “não tem qualidade”, “abusa da massa”, “abusa das batatas”. Está lá escrito nos pareceres, não estou a inventar nada.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Isso não é verdade! Não está a ser séria!

**A Oradora:** Portanto, quem não fiscaliza, neste caso concreto...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Seja séria!

**A Oradora:** ... é a tutela.

Sra. Deputada, não me dê lições de seriedade, porque não vai longe. Vamos ficar por aqui.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Mas já disse que eu não era séria! Não tenho tempo!

**Presidente:** Por favor, Sras. Deputadas, não entrem em diálogo.

**A Oradora:** Eu nunca lhe disse para ser séria!... Eu nunca lhe disse para ser séria! Portanto, também não lhe admito que o diga para este lado.

*(Aparte inaudível da Deputada Catarina Moniz Furtado)*

**Presidente:** Sras. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

**A Oradora:** Se quer vir ao debate inscreva-se.

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não tenho tempo.

**A Oradora:** Mas isso não problema meu. Agora vá chamar séria a quem a senhora quiser.

**Presidente:** Sras. Deputadas, por favor...

**A Oradora:** Aqui não!

**Presidente:** ... não entrem em diálogo.

**A Oradora:** Continuando.

A Sra. Doutora Sara Ferreira ficou ofendida porque o Bloco de Esquerda utilizou um estudo dela?

Sras. e Srs. Deputados, eu peço imensa desculpa, mas eu dirijo-me diretamente à Dra. Sara Ferreira:

Não foi o Bloco de Esquerda que utilizou o estudo dela. Foi o Açoriano Oriental que fez uma notícia de uma página que a senhora se esqueceu de desmentir.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Exatamente! Ora aí está!

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Ela diz no parecer que foi descontextualizado!

**A Oradora:** Portanto, se se esqueceu de desmentir, a partir do momento em que está publicado, isto não é do Bloco de Esquerda e já não é da senhora. É público! E se é público pode ser usado por qualquer pessoa desde que a cite...

**Deputado André Bradford (PS):** Não é verdade!

**A Oradora:** ... com toda a exatidão e boa-fé e não ponha sua boca aquilo que aqui não está, mas nada do que o Bloco de Esquerda disse está fora daqui. Está tudo aqui!

Finalmente, continuando.

Perguntam alguns Sras. e Srs. Deputados: mas afinal o que é que os senhores querem?

Sras. e Srs. Deputados, eu não sei o que é que os senhores querem. Eu sei o que é que o Bloco de Esquerda quer. O Bloco de Esquerda quer que a escola pública

cumpra a sua função e a sua obrigação de disponibilizar às crianças e aos jovens que a frequentam refeições com qualidade e quantidade e sobretudo com honestidade.

Não pôr na ementa semanal uma coisa e depois no prato aparece outra, porque isso não é só enganar as crianças, é enganar os pais, as mães e os encarregados de educação e isso acontece nesta Região.

É isto que o Bloco de Esquerda quer.

Depois, dizem também alguns Srs. Deputados: queremos – e estou a citar – uma alimentação, na escola pública, saudável, variada, equilibrada. E eu acrescento também, porque é importante: suculenta, saborosa. Não pode é ter peixe dos Açores, porque essa foi chumbada. Tem que ter outro peixe que é mole e outras coisas.

Queremos isto tudo!

Ó Sras. e Srs. Deputados, então mas se é isto que o Partido Socialista quer, como é que vai votar contra o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda?

Não. O Partido Socialista deve querer outra coisa qualquer. Agora não pode é dizer às crianças e aos jovens que quer uma alimentação saudável, variada, equilibrada, suculenta e saborosa quando não é isto que existe em grande parte das nossas escolas.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(\*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado o trabalho que teve a ler, mas eu quero só lembrar-lhe que eu também sou professora. Vim há muito pouco tempo de escola, portanto, lembro-me exatamente os mecanismos que podem ser utilizados.

Vou ler-lhe então apenas um dos pareceres que chegou à nossa Comissão.

**Deputado André Bradford (PS):** Qual é?

**A Oradora:** “Há consciência por parte da comunidade escolar do que é prejudicial à saúde, como o excesso de sal, gorduras e alimentos transformados e congelados.

As docentes da escola de São Bartolomeu consideram que a qualidade das refeições é fraca e pouco variada. A maior parte das refeições foi à base de massa e batata, sendo as quantidades de carne ou peixe muito reduzidas. A salada foi servida com pouca frequência não se justificando que não seja distribuída diariamente.

No que concerne ao tempero, embora não querendo que fosse em exagero...

**Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Falta tempero!

**A Oradora:** ... existiam situações em que a sopa e os acompanhamentos vinham sem sal nenhum. Seria preferível que usassem as quantidades recomendadas de sal e alimentos melhor confeccionados prevenindo assim a recusa dos alimentos por parte das crianças.”

Dir-me-á a senhora (creio que já não tem tempo, mas depois o Governo que ainda tem algum tempo pronunciar-se-á), dir-me-ão que isto é apenas uma escola. Pois é! Também nunca se disse que eram as escolas todas, mas mesmo que fosse só uma...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Exatamente! Só uma!

**A Oradora:** ... parece-me que já seria objeto da nossa observação e consideração.

Eu gostava de saber como é que explicam estes pareceres negativos e sobretudo o que é que se vai fazer às crianças que estão nesta situação?

A Sra. Deputada perguntou o que é que queremos?

Eu digo-lhe. O que nós queremos é rigor e transparência. É isso que nós queremos, mas queremos ainda mais do que isso. Nós queremos a saúde e o

bem-estar das crianças açorianas e é por isso que vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No ano letivo de 2010/2011, com mais cerca de 1.300 alunos, nós servíamos nas cantinas escolares menos cerca de 5.000 refeições.

No ano letivo de 2014/2015, que findou há meses, com cerca de menos 1.300 alunos, de concreto 42.058, nós servimos nas cantinas escolares mais cerca de 5.000 refeições, ao todo, como disse há pouco, 16.714.

Para justificar este acréscimo da procura, não servem somente as estafadas consequências da crise económica, até porque os últimos trimestres nos Açores os sinais são de uma evidente retoma.

**Deputado André Bradford** (*PS*): Muito bem!

**O Orador:** Para justificar este acréscimo da procura conta decerto a adequação, o mesmo é dizer a qualidade da oferta de alimentação.

A comprová-lo, em 2013/2014, registamos apenas oito queixas formais, contra a qualidade das refeições escolares. Três das queixas sobre um velho infantário de Ponta Delgada, já encerrado, e que, ao que creio, o Bloco de Esquerda não queria fechar. Metade das queixas destituídas de fundamento após a realização das convenientes averiguações.

A comprová-lo, em 2014/2015 registámos apenas três queixas formais contra a qualidade das refeições escolares, uma das queixas relativa à Escola Antero de Quental que, num período de obras, para desinfestação das instalações, teve de proceder à substituição por dois dias de refeições completas por refeições ligeiras, naturalmente não confeccionadas na cantina.

Nos últimos anos, como lembrou a Sra. Deputada Zuraida Soares, lendo as minhas declarações na CAS, a transição social e económica teve por expoente a adoção de maus hábitos alimentares.

Por acréscimo, a revolução informática e o progresso das comunicações, teve por consequência o acréscimo da sedentarização das crianças, dos adolescentes e dos jovens.

A obesidade, que é um distúrbio, que é mesmo uma doença, foi o resultado da inversão do modo de vida mais salutar e mais tradicional.

Todavia, a propósito da obesidade, e alguém já falou dela nesta discussão, conviria dizer alguma coisa.

No capítulo da obesidade, nos últimos anos, nós obtivemos aqui nos Açores uma vitória substancial. Um estudo internacional feito mediante critérios definidos pela Organização Mundial de Saúde, um estudo que em Portugal foi coordenado pelo Instituto Ricardo Jorge, refere que os Açores são a Região portuguesa com melhor evolução no combate à obesidade, isto no quinquénio 2008 a 2013, caindo de uma média 22.7% para somente 10% agora inclusivamente abaixo da média nacional que se cifra nos cerca de 14%, concretamente 13,9%.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Diga o resto dos dados?!

**O Orador:** Estes dados também foram revelados em fórum recente, ocorrido há poucos dias, mas infelizmente como somos sempre pessimistas as boas notícias só muito raramente alcançam o devido destaque público e também não geral Projetos de Resolução, muito menos por parte da oposição.

Continuando:

Neste contexto, na sociedade de hoje, as cantinas escolares, como já disse esta tarde, ainda são o melhor bastião, o melhor exemplo da nutrição mais racional... (Peço desculpa, isto já chega ao sítio).

Estava eu a dizer que as cantinas escolares são o melhor bastião, o melhor exemplo da nutrição mais racional.

Dentro das escolas o fornecimento de refeições completas, equilibradas, variadas e seguras, constitui um meio de prevenção da doença e um modo de promoção da saúde, tudo em proveito do bem-estar físico, emocional e educativo dos estudantes.

Fora das escolas, até no próprio ambiente familiar, a violação das regras mais básicas da educação alimentar estraga, infelizmente, muita da pedagogia que diariamente incutimos no espírito dos alunos.

Anualmente a Direção Regional da Educação atualiza o manual com orientações básicas e práticas sobre o funcionamento do serviço de refeições escolares, a complementar este ano letivo com um outro manual sobre higiene e segurança alimentar a disponibilizar às Unidades orgânicas do sistema educativo regional.

Ao mesmo tempo cada unidade orgânica desenvolve um programa de educação e higiene alimentares promovido pelas equipas de saúde escolar à luz do preceituado no Plano Regional de Saúde no âmbito da área de intervenção para a saúde em contexto escolar.

Por acréscimo, na adjudicação e na compra de serviços e de produtos, quer as cantinas concessionadas (28), quer as cantinas exploradas diretamente (9), seguem um modelo de caderno de encargos definido pela Direção Regional da Educação que inclui instruções de confeção, distribuição e empratamento de refeições com indicações sobre a ementa, a composição e as capitações mínimas.



De resto, os problemas de saúde e as convicções e práticas religiosas justificam o fornecimento regular de refeições mais específicas.

Não quero, pelo simples facto de ser Secretário Regional da Educação e Cultura, traçar um panorama irrealista, muito menos paradisíaco do universo das refeições escolares, a bem de querer que o reforço de pessoal técnico especializado suscitasse alguma melhoria da nossa ação, permitindo ainda maior acompanhamento e fiscalização, um acompanhamento e uma fiscalização entretanto agora reforçados por via da colaboração estabelecida entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Secretaria Regional da Saúde.

Mesmo assim, no início e no fim dos anos escolares, bem como no decurso do período letivo, junto das escolas, a Direção Regional da Educação segue atentamente as incidências do fornecimento das refeições considerando particularmente as áreas da qualidade e da higiene.

Além disso, ocorrem periodicamente visitas a cantinas escolares mais frequentes na Terceira e em São Miguel, dada a maior concentração de unidades orgânicas, como sucedeu agora em 2014/2015 com a realização de nove deslocações.

Claro que os imprevistos e as suspeitas mais fundadas de desrespeito pelas regras de funcionamento das cantinas escolares suscitam também vistoria extraordinárias à semelhança do que este ano ocorreu em São Miguel por particular chamada de atenção da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Aliás, a propósito disto, obviamente que confirmo aqui, perante esta Assembleia, a conversa que mantivemos (não me lembro do dia, do mês, mas acredito que tenha sido exatamente quando disse, não tenho, portanto, dúvida absolutamente nenhuma). Confirmo também que face à denúncia e face à generalização da denúncia e face à dificuldade de um momento para o outro intervir no lugar mais certo, falei consigo, pedi que concretizasse e efetivamente concretizou.

E na sequência da concretização, que aliás foi aqui bem referida, a Direção Regional da Educação fez uma vistoria à unidade orgânica em causa e algumas das escolas básicas que se encontravam na sua dependência.

A conclusão do relatório data do dia 12 de janeiro de 2015. A conclusão do relatório foi de que o serviço de refeições se encontrava adequado em matéria de qualidade e de quantidade, havendo entretanto uma sugestão de que fosse incluída diariamente nas refeições uma salada de legumes.

Por acréscimo dizia-se que na escola sede o espaço da cantina podia ser eventualmente pequeno para servir mais de 1.000 refeições.

Digo-lhe, Sra. Deputada, que este problema resolvemo-lo e já o tínhamos resolvido, quer nesta unidade orgânica, quer noutras unidades orgânicas do sistema educativo regional, através, portanto, da diferenciação dos horários. Acontece em toda a parte.

Eu acabo de vir de São Jorge. O ano letivo começou este ano em São Jorge no passado domingo, com a inauguração da Escola Básica e Secundária das Velas.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Era para estar pronta quando?

**O Orador:** Mais uma escola, como diz o Professor António Câmara, da Suécia. Estive nas Velas na segunda-feira, no dia do Pró-Sucesso, comi na Escola das Velas. A Escola das Velas que tem as condições todas para um bom funcionamento, também não pode albergar todos os alunos a comer na cantina ao mesmo tempo. O que se faz aqui é, portanto, uma diferenciação de horários.

Portanto, a averiguação foi feita, mas eu admito que a Sra. Deputada tenha eventualmente ficado minimamente ofendida comigo. Se ficou eu peço publicamente desculpa,...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Já respondeu a isso ainda agora!

**O Orador:** ... porque efetivamente eu não lhe dei conhecimento do ocorrido. Não dei, Sra. Deputada, por duas razões: porque não me fez nenhum pedido formal, eu não tinha a obrigação de dar uma resposta formal; e porque isso

coincidiu, creio eu, com o tempo em que a Sra. Deputada, à luz da lei, foi substituída neste Parlamento por uma outra colega.

Continuando, nestas circunstâncias, pese embora a importância do Projeto de Resolução que nos desperta para a necessidade do desenvolvimento de uma mais apertada vigilância sobre a alimentação escolar, não se antevê, não antevejo, a obtenção de grande vantagem da implementação num prazo de seis meses de novos critérios de aferição da qualidade nutricional das cantinas das escolas, simplesmente porque esses critérios já existem.

De resto, independentemente da total liberdade do exercício da função de deputada ou de deputado, eu estranho (isto já foi muito debatido aqui) que esta iniciativa, pelo menos aparentemente decorra da mera assistência a uma comunicação proferida numas jornadas, fruto de uma investigação ainda não sujeita a validação científica, com dados divergentes das recolhas efetuadas pelos serviços da Direção Regional da Educação e que inclusivamente foram alvo de contestação no local.

Eu diria que a procura da verdade exigiria maior prudência.

Vou ter Sra. Presidente, de repetir algumas coisas que foram ditas, porque já muita gente leu a mesma coisa, prometo ser entretanto sintético.

A propósito, efetivamente, a Ordem dos Nutricionistas classifica o trabalho de investigação da nutricionista do Centro de Saúde do Nordeste, de ferramenta não publicada, ainda não validade, até com resultados contraditórios, por exemplo, a má nota conferida à Escola Roberto Ivens, que vem desenvolvendo um trabalho exemplar na promoção da alimentação saudável com evidente satisfação dos utentes.

A mesma Ordem dos Nutricionistas não confirma, nem a falta de qualidade, nem a falta de fiscalização das refeições escolares, mas já confirma o esforço da Direção Regional da Educação e da Direção Regional da Saúde na melhoria do estado nutricional da população, em particular da população infantojuvenil,

tudo isto traduzido na oferta de refeições mais saudáveis e adequadas ao meio escolar que justifica, decerto, o acréscimo de refeições nas escolas do sistema educativo regional, desde 2009, mais seguramente desde 2010.

De resto, como também aqui foi recordado, a própria nutricionista cuja comunicação terá suscitado ou terá ajudado a suscitar este Projeto de Resolução considera que as declarações por ela própria prestadas num encontro científico foram alvo de descontextualização, não entendendo mesmo que tais dados científicos tenham gerado uma iniciativa parlamentar.

Além disso, a propósito da ação da Direção Regional da Educação, refere a mesma nutricionista, e passo a citar:

“O trabalho efetuado pela tutela ao nível da nutrição nas escolas tem sido, a meu ver, louvável.”

Em particular a nutricionista releva o interesse da colaboração entre a Direção Regional da Educação a Direção Regional da Saúde que permitiu a inclusão dos nutricionistas das Unidades de Saúde nas equipas de saúde escolar.

Dir-se-á que muito é sempre pouco, em defesa da promoção de uma alimentação saudável.

Bastas vezes, como confirma o Presidente do Conselho Executivo da Escola do Nordeste, é preciso vencer nas escolas a resistência dos utentes, por exemplo, avessos às hortícolas e às leguminosas. Reitero entretanto que a obtenção dos melhores resultados não passa pela implementação nos próximos seis meses de novos critérios de aferição da qualidade nutricional das cantinas escolares, simplesmente porque a vigilância existe porque os resultados são positivos.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, concordo com o senhor quando diz que a procura da verdade exige prudência, mas também exige coragem. É a coragem que a procura da verdade exige vai fazer-me repetir nesta Casa que a fiscalização que o senhor referiu na escola que eu lhe referi com todos os seus anexos, em janeiro de 2015, continuo aqui a dizer que em fevereiro, em março, em abril, em maio e em junho de 2015 houve problemas na qualidade, na quantidade, na temperatura até das refeições.

As crianças comem a comida fria, porque ela vem dentro de caixinhas que não vão ao micro-ondas. A comida está intragável, está fria.

A inspeção que o Sr. Secretário referiu dirá o que quiser, agora eu continuo aqui a afirmar e, se o assim entender, tenho variadíssimas pessoas que podem fazer também comigo, independentemente da inspeção.

Deve ter calhado num bom dia, mas os meses têm 30 dias e têm muitos dias.

Depois, Sr. Secretário Regional, o Sr. Secretário Regional vai permitir-me dizer-lhe o seguinte:

Esteve um pouco desatento ao que se foi passando aqui no plenário, porque as citações que o Sr. Secretário Regional fez do parecer da Dra. Sara Ferreira, eu já tinha tido a oportunidade, aqui, de mostrar que a senhora noutras partes, noutros parágrafos que o Sr. Secretário Regional não leu, tal como o Sr. Deputado Nuno também não leu, a senhora diz outras coisas e é muito clara naquilo que diz.

Portanto, quanto às afirmações da Dra. Sara Ferreira também passou em branco, Sr. Secretário Regional, que isso já tinha aqui sido ventilado.

Depois, o que desencadeou a iniciativa do Bloco de Esquerda, ou Sr. Secretário Regional, mais uma vez esteve desatento, porque eu também já tive oportunidade de dizer aqui, a nossa conversa informal, como senhor lhe chama,

e bem, porque foi uma conversa informal, foi no último plenário de dezembro de 2014.

**Presidente:** O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Este estudo foi publicado na comunicação social em maio de 2015. Portanto, aquilo que eu disse ao Sr. Secretário em dezembro de 2014, não tem nada a ver com este estudo. Tem a ver, volto a dizer, com as pessoas que falam connosco, com as denúncias que nós recebemos e com a vivência prática e próxima com uma situação destas, que eu reconheci perante o Sr. Secretário. Finalmente, Sr. Secretário Regional...

**Presidente:** Sra. Deputada, tem que terminar.

**A Oradora:** ... quanto? Dê um exemplo a esta câmara de quanto é pago a uma empresa de “catering” por uma refeição? Quanto é que ganha uma empresa de “catering”, uma qualquer – o Sr. Secretário escolhe – que fornece qualquer Unidade Orgânica, qualquer uma, mas mais ou menos em média, quanto é que custa uma refeição por criança ao Governo Regional?

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco esgotou o seu tempo. Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Sras. e Srs. Deputados, considerando que atingimos o nosso horário regimental e havendo ainda inscrições, este ponto será debatido amanhã de manhã e continuamos amanhã às 10 com a continuação da nossa Agenda.

*Eram 20 horas.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

*Deputado que faltou à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

**P<sup>1</sup>a redatora:** Noélia Escobar.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco.